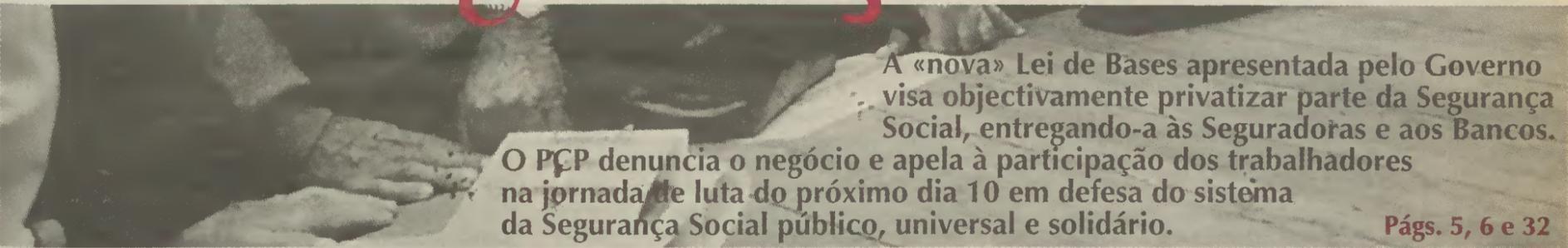


Jornada de luta dia 10



Não ao assalto à Segurança Social



A «nova» Lei de Bases apresentada pelo Governo visa objectivamente privatizar parte da Segurança Social, entregando-a às Seguradoras e aos Bancos.

O PCP denuncia o negócio e apela à participação dos trabalhadores na jornada de luta do próximo dia 10 em defesa do sistema da Segurança Social público, universal e solidário.

Págs. 5, 6 e 32

Em diversos sectores

Intensifica-se a luta

A luta pelo salário e pelo emprego sobe de tom nos mais variados sectores, desde a Administração Pública aos mineiros e aos pescadores. Os trabalhadores contestam medidas anti-sociais.

Págs. 12, 13 e 32

Argentina

Repressão e morte

Dois mortos e uma centena de feridos é o balanço dos protestos de 26 de Junho. O governo usa a repressão para impor os ditames do FMI. Uma sede do Partido Comunista foi invadida.

Pág. 20

Educação

Propostas do PCP

PCP defende, em projecto de lei, uma Lei-Quadro do Ensino Superior que dá corpo a uma política educativa assente nos princípios e valores democráticos consagrados no texto constitucional.

Pág. 7

Vem aí a Festa

A Festa do Avante! está a chegar. Inovação e criatividade são a aposta para a edição deste ano. Em entrevista ao Avante!, Dias Coelho e Augusto Flor, da direcção da Festa, levantam uma ponta do véu das novidades que esperam os visitantes.

Págs. centrais



Jornadas de trabalho – estão à tua espera na Atalaia

6,7 e 8 Set.
Atalaia • Amora • Seixal

Avante!
Proletários de todos os países
UNI-VOS!

PROPRIEDADE
Partido Comunista Português
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO
Editorial «Avante!», SA
Av. Gago Coutinho
121/1700 Lisboa
Capital social:
€ 125 000.
CRC matrícula: 47058.
NIF — 500 090 440

DIREÇÃO E REDACÇÃO
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90/91
Fax: 21 781 71 93
E-mail:
avante.pcp@mail.telepac.pt
Web:
http://www.pcp.pt

Director
José Casanova

Chefe de Redacção
Leandro Martins

Chefe Adjunto
Anabela Fino

Redactores
Carlos Nabais
Domingos Mealha
Gustavo Carneiro
Henrique Custódio
Isabel Araújo Branco
João Chasqueira
Lígia Calapez
Margarida Folque
Miguel Inácio

Grafismo
José Araújo

Fotografia
Jorge Caria
Jorge Cabral

Secretaria da Redacção
Ivone Dias Lourenço
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial Avante!
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

Alterações de remessa
Até às 17 horas
de cada sexta-feira:
Tel. 218 429 836

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS
Delegação Lisboa:
Tapada Nova - Capa Rota
Linhó - 2710 Sintra
Tel. 21 923 99 21
Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia
Tel. 22 941 76 70

ASSINATURAS
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

TABELA DE ASSINATURAS*
(IVA e portes incluídos)

PORTUGAL
(Continente e Regiões
Autónomas)
50 números: 9 000\$00
44.90 euros

25 números: 4 600\$00
23.00 euros

EUROPA
50 números: 23 000\$00
114.75 euros

EXTRA-EUROPA
50 números: 33 000\$00
164.60 euros

*Enviar para
Editorial «Avante!»
nome, morada
com código Postal
e telefone
a acompanhar cheque
ou vale de correio.

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85



OGMA: Salários em atrasos levam trabalhadores à rua

Resumo

26

Quarta-feira

A Federação Nacional dos Sindicatos da Educação classifica de «inaceitável» a decisão do Governo português de enviar para a Assembleia da República o «Regime Jurídico do Desenvolvimento da Qualidade do Ensino Superior» a ser debatido «sem que tenham sido ouvidas as organizações sindicais» ● Cerca de duas centenas de moradores do bairro da Bela Vista participam numa «marcha silenciosa» para exigirem «justiça», depois dos incidentes com a polícia que provocaram a morte de um jovem de 24 anos ● Duas pessoas morrem na sequência de confrontos entre a polícia e manifestantes argentinos no distrito de Buenos Aires ● Mais de 700 mil palestinianos estão sob recolher obrigatório na Cisjordânia, enquanto as tropas israelitas prosseguem com detenções na alegada «caça aos terroristas».

27

Quinta-feira

O PCP acusa o Governo de não ter uma «política concreta» para os problemas ligados à droga, sustentando que a única preocupação do executivo nesta matéria é reduzir custos ● Os trabalhadores da Carris entram em greve por melhores condições de vida ● Os trabalhadores da Petrolgal iniciam uma greve de dois dias para exigirem uma estratégia de desenvolvimento da empresa e o pagamento de um prémio de produtividade ● O exército israelita invade o quartel-general do presidente palestiniano, Yasser Arafat, em Nablus ● A Assembleia Nacional do Poder Popular de Cuba aprova por unanimidade o carácter «irrevogável» do sistema socialista na ilha.

28

Sexta-feira

Os trabalhadores do sector público da saúde entram em greve contra a precariedade no emprego ● As primeiras exumações de corpos do cemitério da Luz iniciam-se e prolongam-se por mais de duas semanas, período durante o qual vão manter-se as «medidas de excepção» na aldeia por razões de saúde pública ● A Autoridade Nacional Palestiniana lança um apelo urgente aos membros do G8 para que ponham fim à ocupação e ofensiva israelita e insturem um cessar-fogo na região ● O ex-líder da milícia Aitarak, Eurico Guterres, é formalmente acusado num tribunal de direitos humanos em Jacarta de ter ordenado o assassinato de apoiantes da independência de Timor-Leste, em 1999.

29

Sábado

O secretário-geral da CGTP acusa o Governo de desrespeitar os interesses nacionais e de fazer «jogo político interno», quando revelou o valor do défice público estimado para 2001 ● A Federação Nacional dos Professores

anuncia o lançamento de um abaixo-assinado «em defesa da gestão democrática das escolas» ● A Associação Sindical dos Juizes Portugueses pede uma audiência à ministra da Justiça para lhe manifestar as suas preocupações com o novo Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais ● Israel prossegue a destruição dos edifícios da Autoridade Palestiniana.

30

Domingo

A Federação Nacional dos Professores admite recorrer à greve no 1.º período do próximo ano lectivo, caso o Governo não reveja a política para o sector ● A Ordem dos Enfermeiros reúne com associações e sindicatos do sector para adoptar uma posição comum sobre a proposta de lei do Governo de gestão hospitalar ● O Conselho de Ministros de Israel resolve, na sua reunião semanal, que não apoiará a convenção internacional para a instituição plena do Tribunal Penal Internacional para os crimes de guerra ● O Brasil sagra-se pentacampeão do Mundo, depois de vencer a Alemanha por 2-0 na final do Mundial 2002.

1

Segunda-feira

Os organismos executivos do Comité Central do PCP convocam para audição, «com vista à eventual aplicação das sanções disciplinares», Carlos Brito, Carlos Luís Figueira e Edgar Carreira, devido à sua «reiterada e frontal violação dos estatutos» ● A administração da OGMA convoca os sindicatos dos cerca de 2200 trabalhadores da empresa para comunicar que conseguiu desbloquear as verbas para pagar os salários de Junho ● O exército israelita mata dois militantes do Movimento da Resistência Islâmica, em Nablus ● O antigo chefe dos espões do Peru, Vladimiro Montesinos, é condenado por abuso de autoridade, no primeiro de cem julgamentos que vai enfrentar por acusações que vão desde corrupção a ordens para assassínios.

2

Terça-feira

Os trabalhadores da OGMA manifestam-se frente à Assembleia da República em defesa do pagamento dos salários que deveriam já ter recebido ● O Conselho de Opinião da RDP reúne para eleger o vice-presidente e o vogal do Conselho de Administração daquela empresa, enquanto na RTP a Comissão de Trabalhadores e o Sindicato dos Jornalistas denunciam em uma conferência de imprensa as medidas avulsas do Governo para a televisão pública ● A ANP apela aos dois milhões de palestinianos residentes na Cisjordânia para empreenderem uma «rebelião civil» contra Israel, por este ter invadido sete das oito cidades autónomas cisjordanas, além de várias aldeias rurais ● Quarenta pessoas morrem durante um casamento no Afeganistão quando um avião norte-americano bombardeia o local.

Aconteceu

Brasil pentacampeão

A selecção brasileira venceu domingo a Alemanha por 2-0 em jogo disputado em Yokohama, no Japão, e sagra-se pentacampeã mundial de futebol.

Ronaldo abriu o activo aos 67 minutos, aproveitando um lapso do guarda-redes Kahn, que deixou escapar a bola após um remate de Rivaldo, e matou o jogo aos 79, ao concluir com êxito uma jogada de entendimento na área germânica. O avançado brasileiro sagrou-se assim o melhor marcador do torneio, com oito golos em sete jogos.

A final de domingo foi o primeiro embate entre brasileiros e alemães em campeonatos do mundo de futebol, e permitiu ao Brasil repetir os títulos mundiais de 1958 (na Suécia), 1962 (no Chile), 1970 (no México) e 1994 (nos Estados Unidos).

Quer brasileiros quer alemães, estes tricampeões do mundo, em 1954, 1974 e 1990, disputaram pela sétima vez a final do campeonato do Mundo, cuja próxima edição se disputa na Alemanha, em 2006.

Aldeia da Luz de luto

As primeiras exumações de corpos do cemitério da Luz (Mourão) começaram sexta-feira e prolongam-se por mais de duas semanas, período durante o qual vão manter-se as «medidas de excepção» na aldeia por razões de saúde pública.

A equipa a quem cabe executar os trabalhos para a exumação dos 300 cadáveres a transferir para o cemitério da nova aldeia, prevê um ritmo de 17 a 18 trasladações diárias.

O acesso ao cemitério da aldeia da Luz está limitado, por indicação da

Direcção-Geral de Saúde, e a GNR mantém na aldeia um dispositivo policial desde quarta-feira da passada semana.

Considerada como o principal impacto negativo da construção da barragem de Alqueva, cuja albufeira vai submergir quase um terço do território do concelho de Mourão, a transferência da aldeia da Luz foi aceite pela população, mas o processo de negociações com a Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas de Alqueva foi, desde o início, conturbado.

O SJ e as alterações à Lei da Televisão

A Assembleia da República discutiu ontem a alteração ao decreto de revisão da Lei da Televisão, declarado a 17 de Junho inconstitucional pelo Tribunal Constitucional.

O Sindicato dos Jornalistas (SJ) considerou entretanto que deve ser mantido o princípio da submissão da composição do Conselho de Administração ao parecer vinculativo de um órgão que, pela sua composição, garante independência face ao Governo.

O sindicato considera ainda que a nomeação e destituição dos directores de Informação e de Programas deve não só continuar a ser objecto de parecer prévio de um órgão independente - na circunstância da Alta Autoridade para a Comunicação Social -, como esse parecer, para ter utilidade, deve passar a ser vinculativo.

A isenção e independência dos jornalistas e dos órgãos de comunicação social, nomeadamente face aos poderes político e económico, representam, segundo o SJ, uma garantia constitucional, legal e ética que deve ser preservada a todo o custo, em ordem a satisfazer plenamente os direitos do público.



Portas pressionado a esclarecer fundos

O Tribunal quer que o ministro da Defesa, Paulo Portas, esclareça a notícia que saiu na comunicação social na passada semana, segundo a qual a Moderna terá financiado o Congresso CDS/PP realizado em Braga em 1998, data em que assumiu a pre-

sidência do partido.

Segundo o colectivo do Tribunal de Monsanto, que julga o actual processo do caso Moderna, Paulo Portas terá ainda de esclarecer por que razão algum do

dinheiro por si recebido da Dinensino, gestora da

universidade, surge na contabilidade desta como despesas confidenciais.

O Tribunal de Monsanto já notificou o ministro da Defesa para que responda a um total de 117 perguntas. Destas, 12 saíram do Ministério Público.



A transferência dos cerca de 400 habitantes da Luz está prevista para finais de Junho.

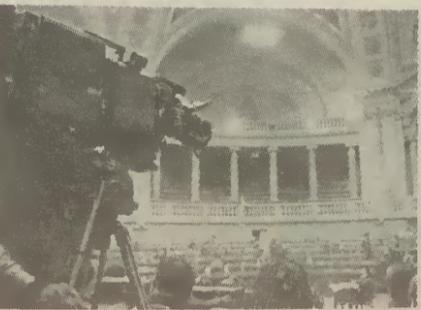
Isabel Allende acusa EUA

A famosa escritora chilena Isabel Allende criticou os EUA por estarem a destruir regimes democráticos «em todo o mundo», como fez com o Chile, e avisa que «arrastar as populações para os braços dos ditadores» também é uma forma de «terrorismo».

«Há que chamar as coisas pelos nomes. Oponho-me a que se qualifique de terrorismo apenas o que os outros fazem, mas nunca o que fazem os norte-americanos», disse Allende, numa entrevista ao jornal suíço de idioma alemão Sonntagszeitung, publicado domingo.

A escritora critica a política «própria de macho» do presidente dos EUA, George W. Bush, em relação ao Médio Oriente porque «é evidente que não trouxe nenhuma solução, antes pelo contrário, trouxe mais conflitos e mais violência». Segundo Isabelle Allende, é urgente pensar no «diálogo como solução, e Bush não o faz».

A autora da obra «Casa dos Espíritos», já adaptada para o cinema, critica não só aqueles homens que desenvolvem uma política «machista», mas também aquelas mulheres que seguem essas regras, nomeadamente a conselheira para a Segurança dos EUA, Condoleezza Rice, que representa o núcleo mais duro do governo, ou a ministra da Defesa chilena, Michelle Bachelet.



Crónica Internacional

• Manuela Bernardino

Resistência e luta na América Latina

Em vários países da América Latina ocorreram, na última semana, acontecimentos que revelam a acumulação de factores de instabilidade e de crise económica e financeira que tiveram, têm e terão profundas e explosivas repercussões sociais.

A crise argentina mantém-se. E com ela a recessão, o desemprego, o desastre e o protesto social. A bancarrota, a que as «terapias de choque» (paridade cambial), introduzidas há uma década por D. Cavallo, conduziram a Argentina, não merece do FMI qualquer «compreensão». Antes pelo contrário. Exige agora novas reformas ao sistema bancário argentino. O presidente E. Duhalde hesita entre tal «solidariedade» e a recusa dos governadores das principais províncias em aceitar as drásticas reduções aos seus orçamentos, impostas pelo mesmo FMI, para descongelar empréstimos. E enquanto ao nível do poder político o impasse se mantém, o povo sai de novo às ruas exigindo pão e trabalho. A jornada de luta nacional dos mineiros, em 25/6, foi secundada por manifestações de desempregados. As forças «antimotim», de novo, reprimiram, mataram, feriram e prenderam. E chegaram ao ponto de atacar uma sede do PCA. A repressão é, desde Dezembro, a única resposta de sucessivos governos aos protestos populares contra o desemprego, a fome e a miséria que se expandem. Mas, na resistência a uma das maiores crises da história da Argentina, o povo ganha consciência que só medidas corajosas que promovam a produção nacional, gerando emprego, poderão pôr fim à crise e garantir a independência e soberania nacionais.

Perante a incapacidade do capitalismo, há lutas que se radicalizam

Se dúvidas restassem quanto as reflexos da prolongada crise argentina na região, aí estão os seus efeitos com a desvalorização da moeda no Brasil, Uruguai, Chile e México. A queda do real, ao nível mais baixo desde a sua criação, não estará por certo desligada das expectativas da eleição de Lula. E do recente alargamento da aliança em que se apoia a sua candidatura, com a escolha dum empresário para seu vice-presidente. A declaração do Brasil como «país de risco» foi uma primeira medida das instituições internacionais, pois o imperialismo tudo fará para impedir que o Brasil tenha à sua frente um homem cujo percurso radica na contestação ao neoliberalismo. E cuja vitória projectaria para a região a possibilidade de alternativas antineoliberais, que abririam novos espaços para o desenvolvimento da luta popular de massas.

Crescem as contradições em toda a região. Perante a incapacidade do capitalismo em dar resposta aos mais profundos anseios dos trabalhadores e dos povos, há lutas que se radicalizam, pondo em causa a submissão do poder político aos interesses económicos das multinacionais. Foi o que sucedeu no Peru. Na segunda cidade do país, e em toda a região sul, a revolta popular obrigou o presidente Toledo – que despertou expectativas, em largas camadas, após dez anos de fujimorismo – a suspender a venda das empresas de electricidade Egasa e Egesur à belga Tratebel. Esta importante vitória do povo peruano soma-se à extraordinária experiência de luta antiprivatizações de vários povos da América Latina, de que destacamos o NÃO num referendo que há anos suspendeu um processo privatizador no Uruguai.

Da Venezuela chegam notícias preocupantes. A partir do exterior lança-se o espectro da guerra civil, através dumas autodenominadas Autodefesas Unidas da Venezuela. Sendo sabido que as forças reaccionárias se reorganizam, após o fracassado golpe de Abril, com o apoio dos EUA, as recentes declarações de Thomas Shannon, do Departamento de Estado norte-americano, são claras quanto ao objectivo de liquidar o processo bolivariano. Ameaça com «uma crise de governabilidade» se não houver diálogo entre governo e oposição. Hugo Chávez responde convocando uma poderosa manifestação, em que 200 mil venezuelanos, testemunham a disposição popular de reagir às novas manobras desestabilizadoras.

Contrariando a crise continental e a instabilidade, Cuba deu a todo o mundo, na última semana, um novo e inequívoco testemunho da opção socialista da revolução cubana. Face à violenta ofensiva política e ideológica da Administração Bush – produção de armas biológicas e inclusão na lista dos países que apoiam o terrorismo –, o povo cubano mobilizou-se para reafirmar os ideais do socialismo. Iniciativa que constitui, por certo, mais um estímulo à luta dos povos da América Latina.

Editorial

A PERGUNTA

Como incisivamente acentuou a Conferência Nacional, a situação que hoje se vive no País e no mundo, o tempo histórico que vivemos, colocam a um partido com as características, a natureza e os objectivos do PCP exigências de dimensão e volume consideráveis: «exigem um PCP empenhado em revivificar e renovar, no estudo, na teoria, na acção, a afirmação da sua real identidade e verdadeiro projecto político, capaz de escutar, compreender e oferecer respostas e opções para o movimento, ainda que contraditório e complexo, de ideias, interrogações e aspirações que se manifestam na sociedade portuguesa»; exigem, igualmente, um PCP mais forte e mais interveniente, dinamizador maior da luta pelas grandes causas da justiça social, do progresso e do desenvolvimento nacionais, da valorização do trabalho e dos trabalhadores, do fortalecimento da democracia em todas as suas vertentes; exigem um PCP ocupando todos os dias e em todas as situações o espaço que é o seu: o espaço da resistência a tudo quanto ofende a dignidade humana, a tudo quanto sacrifica os interesses do povo e do País em benefício dos interesses dos grandes e dos poderosos, o espaço da luta pelos interesses e direitos dos que, sendo os construtores da riqueza do País, sofrem na pele as consequências de um sistema sustentado na exploração – sistema velho de séculos, injusto, opressor, desumano, mas hipocritamente protegido por um manto de modernidade, de justiça, de democracia, de direitos humanos.

“Se o PCP está morto, porquê a violência deste ataque?”

Por tudo isto, a preocupação da dinamização e do reforço da iniciativa e da intervenção partidária, esteve presente em toda a Conferência Nacional que, aliás, apontou linhas de desenvolvimento do trabalho quer visando o reforço da organização e da coesão do Partido, quer no plano da luta de massas, na intervenção e iniciativa políticas, na acção institucional.

Sabendo-se que a organização do Partido é o instrumento fundamental de ligação aos trabalhadores e às populações – e sabendo-se que é na dimensão e na solidez dessa ligação que se situam as fontes essenciais do reforço social, eleitoral e político do Partido – torna-se evidente a necessidade de dispormos de uma organização forte, interventiva, actuante, conhecedora dos problemas, com capacidade de iniciativa, com um núcleo activo em expansão – ou seja, uma organização capaz de dar força e expressão plenas às nossas ideias, propostas e objectivos.

Conhecemos as dificuldades que se nos deparam, mas conhecemos também a capacidade, disponibilidade e determinação do

colectivo partidário, o esforço de milhares e milhares de membros do Partido que, com a sua militância e inserção na vida partidária, constituem uma das fontes de força essenciais do PCP.

Como sublinhou a Conferência, os princípios de funcionamento do Partido, a coesão e a democracia interna são questões essenciais para o Partido. Ferir a coesão do Partido significa afectá-lo na sua força e na sua capacidade de intervenção. Sabem todos os que aderem ao PCP que o Partido tem princípios e regras de funcionamento, democraticamente decididos pelo colectivo partidário. Sabem todos os que aderem ao Partido que, ao fazê-lo, assumem, livre e voluntariamente, um conjunto de direitos e deveres, os quais, conjuntamente com os objectivos da luta e com o nosso Programa, constituem um compromisso básico, fundamental, inerente à condição de membro do Partido. Sabem todos os que aderem ao PCP e nele militam que a organização do Partido é um colectivo composto por pessoas com as suas opiniões próprias, que as defendem e por elas se batem, que as vêem aceites ou não, mas que, sempre e democraticamente, dão o seu contributo na aplicação das orientações definidas pelo colectivo.

E, como foi sublinhado pela Conferência, «só no quadro da coesão do Partido, do cumprimento das suas normas e princípios de funcionamento, baseados no desenvolvimento criativo do centralismo democrático e consagrados nos Estatutos, alicerçados na vontade e no querer dos militantes, será possível encontrar soluções para ultrapassar os muitos problemas que se colocam à organização partidária.»

Consciente da dimensão e complexidade desses problemas e de que não há resultados fáceis no trabalho de organização, mas também consciente da determinação, da capacidade, da inteligência, da vontade do colectivo partidário, a Conferência decidiu promover um movimento geral de reforço do Partido que, suportado nas conclusões aprovadas pelo XVI Congresso e sob o lema «Sim, é possível! Um PCP mais forte», se desenvolverá, através de um conjunto de linhas de acção e intervenção e de iniciativas, até finais do ano 2003.

Sabemos que os tempos que vivemos colocam aos militantes comunistas dificuldades e obstáculos de monta. A noção rigorosa do conteúdo, da natureza e da dimensão dessas dificuldades e obstáculos e a determinação revolucionária de os enfrentar, são condições indispensáveis para superarmos todos os que forem superáveis – e essas condições tem-nas o colectivo partidário.

A ofensiva ideológica contra o Partido – que tem tantos anos de existência quantos o PCP tem de vida – assume, no momento actual, proporções invulgares. Curiosamente, uma das linhas básicas dessa ofensiva é a que apresenta o PCP como um partido morto e enterrado... É caso para, mais uma vez, perguntarmos: se o PCP está morto, porquê a violência deste ataque e a utilização de todo este arsenal anticomunista? – com a certeza de que, mais uma vez, a pergunta ficará sem resposta.

Actual

Um velho sonho

● José Casanova

Informa o correspondente do «Público» em Moscovo que «Andrei Bregnev, neto do antigo secretário-geral» do PCUS, decidiu criar um novo partido comunista ao qual deu o nome de «Novos Comunistas». O novo partido é uma cisão do Partido Comunista da Federação da Rússia (PCFR).

A cisão protagonizada por A. Bregnev aparece suportada por um argumento por de mais conhecido. Como sempre acontece em situações similares, não há nada de novo nesta história, estamos perante uma reprise, uma fita rodada nos tempos do cinema mudo e, entretanto, colorida, sonorizada, passada e repassada e sempre apresentada como se de coisa nova e moderna se tratasse. Mesmo assim, vale a pena acompanhar e observar o novo pensamento do novo líder: 1) – começa por jurar a pés juntos que «não somos contra o PCFR», antes pelo contrário; 2) – garante, a seguir, que não

só é – e, certamente, toda a vida será – comunista, como, upa-upa, é «novo comunista»; assegura, depois, que, por obra e graça desse conteúdo «novo» que preenche a sua condição de comunista, lutar «sempre contra a estagnação existente na direcção» e «contra a inércia na direcção do comunismo na Rússia»; 3) – garante, enfim, que no PCFR «não há diálogo (e que) por isso queremos ser a força da discussão, de novas ideias».

Aqui chegado, o líder começa a exhibir algumas das «novas ideias»: 1) – forma o partido «Novos Comunistas» com, entre outros objectivos, o de concorrer às eleições parlamentares do próximo ano; e 2) – anuncia, desde já, que «exclui a possibilidade de aliança com o PCFR».

Ora, como muito bem observa o correspondente do «Público», a formação do novo partido e a sua declaração de intenções de concorrer às eleições parlamentares do próximo ano, constitui... «um novo triunfo para Putin, que vê dividido o seu mais forte adversário». Com efeito, e como relembra o referido correspondente, «o PCFR é a maior força da oposição à política do presidente Putin», pelo que – digo, agora, eu – enfraquecer o PCFR (e, se possível, exterminá-lo) há-de ser um dos objectivos maiores de Putin – ao qual, o «novo comunista» A. Bregnev vem dar a ajuda certa na hora certa...

Exterminar todos os partidos comunistas é um sonho velho dos donos do sistema capitalista – que sabem, por experiência transmitida de geração para geração, desde há mais de cem anos, quais os caminhos, apoios, meios, expedientes a que devem recorrer, em cada momento.

Mas sabem, também por experiência centenária, que jamais verão o seu velho sonho concretizado.



Retórica anti-PCP

● Jorge Cordeiro

Texto de opinião publicado por Oscar Mascarenhas no «DN» acerca da Conferência Nacional do PCP surpreende pela negativa. Não tanto pelo que ele revela de preconceitos sobre o PCP. Nessa matéria, o de querer ou não vencer e afastar visões preconceituosas contra o PCP no seu critério de análise, é do seu exclusivo foro de decisão. O que já surpreende é o que, para além disso, percorre o referido texto. Um indisfarçável rancor e animosidade em muitos pontos próximos da ofensa e da calúnia.

O autor pode não gostar do PCP, da sua forma de funcionamento, das iniciativas que realiza, do papel que representa na sociedade. Está no seu pleno direito. O direito que se lhe contesta é o de a partir de deliberada caricatura e de ostensivo desconhecimento sobre matéria que critica construir uma imagem do PCP, não à medida do que ele é mas do que na sua mente existe, para sobre ele disparar.

A sua afirmação de que a Conferência foi um «vazio de debate político e de inovação» só pode ser sustentado por quem lá não tendo estado não ouviu ou, que lá tendo estado, não quis ouvir nas mais de meia centena de intervenções a opinião sobre importantes problemas da vida política nacional, da evolução do mundo e da União Europeia, de candentes matérias no domínio do direitos e conquistas sociais, do desenvolvimento da luta, da situação social e laboral.

A ligeireza e leviandade com que o autor pretende sentenciar o debate preparatório por nele terem participado «apenas» trinta mil membros do Partido justificam duas observações. A primeira para lhe afirmar, porventura sem qualquer esperança de que o consiga perceber, que não nos sentindo auto-satisfeitos, desde logo porque o esforço feito é sempre para trazer mais e mais militantes à participação, estamos longe de desvalorizar o significado e importância de trazer algumas dezenas de milhares de militantes ao debate sobre os problemas do país e a melhor forma de lhes responder. A segunda para lhe anunciar a nossa expectativa de que nos venha a informar em que outro partido encontra este esforço e objectivo de atribuir aos seus membros o papel de contribuírem com a sua opinião e reflexão para o debate e para a construção, durante três meses, da orientação do partido, em vez da mera redução do «debate» à eleição de delegados em função de prévias moções feitas por chefes, e candidatos a isso, que outro objectivo não têm que o de arregimentar apoios para a disputa de projectos pessoais de poder.

E já agora em matéria «de tento na língua e juízo na cabeça» que sobranceiramente recomendou aos dirigentes do PCP, bem podia Oscar Mascarenhas começar por se servir ele próprio desse conselho antes de despear insultos e deturpações sobre o PCP.



O almoço

● Anabela Fino

Não foi bem o «quem quer figos, quem quer almoçar», mas quase. De avental ao peito e folha de inscrições na mão, um dos «conjurados» entrou-nos pela Redacção e com o ar mais sério do mundo perguntou: quem quer almoçar?

Apanhados de surpresa, entre divertidos e perplexos com o insólito da situação, assinámos quase todos, garantindo apenas que o cardápio era aceitável. E era: bife grelhado, para as dietas, e bifanas.

À hora marcada descemos para o refeitório de todos os dias, suspeitando uns tratar-se de uma qualquer comemoração, de um aniversário talvez, mais informados outros das razões da iniciativa, mas desconhecendo todos o que nos esperava neste almoço, que sendo igual ao de todos os dias era também diferente dos almoços que diariamente engolimos sem pensar em quem o faz.

A primeira reacção foi de espanto, a segunda de agrado. Estava tudo virado do avesso. As mesas, habitualmente alinhadas em filas, como em qualquer res-

taurante, estavam agora dispostas de forma rectangular para que os comensais melhor pudessem conversar, lembrando que comer é muito mais do que encher o estômago, é também alimentar o espírito, que por isso se inventaram as mesas à volta das quais não só nos sentamos, mas convivemos.

Desta vez, além do bruá característico das vozes, pairava no ar a música de Chico Buarque e as suas palavras lindas de morrer, apenas audíveis para que déssemos por elas sem atrapalhar as nossas próprias vozes.

O melhor, porém, estava do outro lado do balcão, na cozinha. Tutelados pela figura terna e resmungona da «mais velha», um punhado de jovens vestidos a preceito – camisola branca e barrete de papel a condizer – garantia a função. Os pratos estavam prontos, as bebidas preparadas, as saladas servidas, e nem sequer faltava o doce para tentação dos gulosos. E ninguém teve de

esperar para ser servido!

O mistério foi esclarecido já à mesa. A cozinheira – dedicada companheira do nosso quotidiano – não pôde vir e um grupo tomou a iniciativa de a substituir, garantindo assim o almoço do colectivo. Parece coisa simples, natural. Não é. Mais fácil seria que cada um se desembrulhasse pelos próprios meios, comendo sandes ou indo ao restaurante do lado, cumprindo a máxima predominante nos tempos que correm nesta nossa sociedade individualista, ou seja, cada um trate de si.

Aqui é diferente, e ainda bem. Disse-o a minha companheira do lado, com um sorriso grande nos lábios: «Este é o Partido que conhecemos.» E repito-o eu: «Este é o nosso Partido, solidário, fraterno, com iniciativa e sentir colectivo.»

Foi só um almoço, mas foi muito mais do que um almoço. Foi uma lição de vida. Sabe bem comer assim.



Frases

“É vergonhoso ouvir o ministro da Defesa [israelita] falar em dismantelar colonatos [nos territórios palestinianos], quando ele próprio incentiva diariamente a sua criação”

(Movimento pacifista israelita «Paz Agora», Diário de Notícias, 01.07.02)

“EUA voltam a rejeitar Arafat como interlocutor”

(Título no Diário de Notícias, idem)

“Não é habitual um primeiro-ministro divulgar no Parlamento um número reservado do Banco Central Europeu – o défice orçamental português em 2001, estimado em 3,9 por cento do PIB (seria preferível que o Governo se concentrasse em cortar despesa pública, em vez de chover no molhado)”

(Francisco Sarsfield Cabral, idem)

“Pode perguntar-se: se já não somos um país de agricultores, nem de marinheiros e pescadores, nem de descobridores e emigrantes, o que é que somos?”

(Mário Pinto, Público, 01.07.02)

“Se o PS vai à frente nas sondagens, tal deve-se pouco à prestação dos seus dirigentes e tudo ao descalabro que é esta governação”

(Leonel Moura, A Capital, 30.06.02)

“A actual situação da RTP é fruto de medidas tomadas por Marques Mendes, que hoje está calado”

(José Lello, 24Horas, 29.06.02)

“Para ter uma relação de igual para igual com Espanha, Portugal não pode deixar de acautelar níveis mínimos de autonomia em relação a ela, em termos económicos, em termos políticos e em termos estratégicos”

(Duarte Lima, Expresso, 29.06.02)

“É preciso falar claro e responder em português quando nos ameaçam em castelhano (...) O problema entre nós é que nem sequer somos capazes de obrigar Madrid a pedir perdão em portunhol”

(Carlos Magno, Diário de Notícias, 30.06.02)

“A política de Durão Barroso é privilegiar interesses minoritários contra os da maioria do povo português”

(Dias da Cunha, O Jogo, 30.06.02)

“Se é incontornável reconhecer – como Durão Barroso gosta de repetir – que o anterior primeiro-ministro “fugiu”, não é menos exacto afirmar que, na verdade, ainda não apareceu nenhum outro para ocupar o lugar abandonado...”

(Manuel Maria Carrilho, Expresso, 29.06.02)

“A questão da comunicação social não pode ser desligada da luta pelo poder político e económico. Perante a enorme capacidade dos “media” para influenciar a opinião pública e o eleitorado, os governos têm cedido à tentação de os instrumentalizar na defesa do seu ideário”

(Feliciano David, Expresso, 29.06.02)

“Parece que o PS emigrou outra vez para o sótão e quer que se esqueçam dele”

(Vasco Pulido Valente, Diário de Notícias, 28.06.02)



CGTP manifesta-se na quarta-feira no Parlamento contra proposta do Governo

Não ao assalto à segurança social

«**N**ão há razões para rever a lei de bases da segurança social», defende a CGTP-IN, recusando a proposta do Governo para alterar a actual legislação. Por isso a central sindical apela à participação de todos na manifestação em frente ao Parlamento na próxima quarta-feira, dia em que a proposta é debatida.

O Governo apresentou um pedido de autorização legislativa, que impede a Assembleia da República de introduzir alterações à lei em sede de especialidade. No entanto, no dia do debate a CGTP estará à porta do Parlamento para manifestar o seu repúdio às pretensões do executivo de Durão Barroso.

Para a central sindical, Bagão Félix é o «ministro dos bancos e das seguradoras» e não da Segurança Social e do Trabalho. «O que ele quer é aumentar o negócio das seguradoras. Sempre de sorriso simpático e dizendo-se dono de uma “grande consciência social” e de uma verdadeira preocupação com os desprotegidos, Bagão Félix é de facto o testa de ferro do sector financeiro no Governo», acusa a CGTP.

De facto, antes de ser ministro, Bagão Félix era consultor do Grupo Seguros e Pensões do BCP, detentora das companhias Império, Bonança, Ocidental, Seguro Directo e Pensões Gere, entre outras empresas. Desempenhava também o cargo de administrador do maior grupo segurador, que detém 33 por cento de quota no ramo «vida».

«Agora continua a trabalhar para os mesmos interesses», comentam os sindicalistas, que consideram que o ministro tem a missão de «satisfazer rapidamente velhos interesses das seguradoras e dos bancos que há anos querem deitar a mão às centenas de milhões de contos que os trabalhadores descontam para a segurança social».

A lei actual é boa

A CGTP garante que a actual lei da segurança social é boa. Primeiro, porque garante que todos os trabalhadores sem excepção sejam abrangidos pelo sistema e por se reger pelo princípio da solidariedade entre as várias gerações. Segundo, porque garante a estabilidade financeira da segurança social a longo prazo e porque define um modelo de protecção social para durar pelo menos uma geração. Terceiro, porque permitiu criar um fundo de reserva público que já tem cerca de 900 milhões de contos e deverá até três mil milhões de contos.

A proposta do Governo põe em causa todos estes aspectos, prevendo a redução do sistema público em favor do desenvolvimento de um sistema complementar substitutivo, essencialmente privado, gerido segundo as regras do mercado, com todos os riscos que isso acarreta. «Basta ver o que se verifica nos Estados

Unidos e na Inglaterra com a falência dos fundos de pensões», diz a CGTP.

Se for aprovada, esta proposta reduz a função social do Estado às situações de maior carência e faz com que se encaminhe para um patamar mínimo de protecção pública, empurrando os trabalhadores, sobretudo os jovens, para esquemas privados de protecção individual. «É a aplicação do

princípio “cada um trate de si”», considera a central sindical.

Com a introdução de um tecto contributivo nas contribuições e nas prestações, os trabalhadores com mais altos salários deixariam de descontar para a segurança social e passariam a fazê-lo para o sector privado e as receitas do sistema público sofreriam uma redução, o que poria em causa a futura estabilidade

financeira da segurança social.

Por outro lado, os patrões deixariam de descontar porque uma parte dos salários não seriam considerados para os descontos e porque os trabalhadores que aderissem aos esquemas privados fariam os descontos por si. O subsídio de doença diminuiria porque também passaria a ter um tecto contributivo. A segurança social pagaria apenas uma parte e o restante teria de ser garantido pelos próprios trabalhadores através de um seguro.

A CGTP alerta para a falência dos fundos de pensões privados nos EUA

tema público sofreriam uma redução, o que poria em causa a futura estabilidade

As propostas do PCP Garantir o futuro dos trabalhadores

O sistema de segurança social e a proposta de alteração apresentada pelo Governo foram o tema de uma audição pública promovida pelo grupo parlamentar do PCP, na semana passada. Foram ouvidas diversas personalidades e organizações sindicais e sociais e foi unânime a recusa em relação à proposta do executivo.

Para os intervenientes é evidente a pretensão de aumentar os lucros das empresas privadas, pondo de lado os direitos dos trabalhadores consagrados na actual lei. O deputado Lino de Carvalho alertou para o facto de os contribuintes «ficarem sujeitos às incertezas das especulações bolsistas» e acusou o Governo de tentar fugir ao debate público e parlamentar e «aprovar a lei à pressa». Carlos Carvalhas apelou à união dos trabalhadores em defesa do sistema público e referiu a mistificação e as promessas que envolvem a proposta governamental.

A acção do PCP nesta área vai muito para além da audição pública. O grupo parlamentar comunista apresentou vários projectos de lei, defendendo um sistema público de segurança social assente na garantia de uma segurança social para todos, na melhoria significativa das reformas e subsídios e num adequado financiamento e na boa gestão dos recursos.

O PCP aponta três medidas essenciais: a liquidação das dívidas à segurança social, a diversificação das fontes de financiamento e a transferência pelo Estado do financiamento do sistema. Neste sentido, defende a desagregação das receitas e das despesas por regimes e subregimes e o estabelecimento de um plano plurianual de pagamento da dívida do Estado e do

patronato ao regime geral dos trabalhadores por conta de outrem, bem como a criação de um sistema misto de cálculo das contribuições das empresas para a segurança social, com base na massa salarial e no seu valor acrescentado bruto.

Segurança social para todos

As propostas do PCP não se ficam por aqui. No sentido de assegurar uma segurança social para todos, os comunistas defendem a garantia de inscrição dos jovens trabalhadores e dos trabalhadores em geral no sistema, a reposição da idade de reforma das mulheres aos 62 anos, a melhoria do complemento de dependência, o aumento do subsídio familiar com discriminação positiva para as famílias de mais baixos rendimentos e uma política adequada para os portadores de deficiência e outros grupos mais vulneráveis.

O PCP entregou um conjunto de projectos de lei na Assembleia da República visando o combate à evasão e fraude de contribuições ao regime da segurança social, a correcção do subfinanciamento da segurança social (com o pagamento da dívida do Estado à segurança social, avaliada em mil e novecentos milhões de contos, cerca de nove mil e quinhentos milhões de euros) e a actualização do subsídio familiar a crianças e jovens. Uma outra proposta prevê que as contribuições das empresas com proveitos superiores a 30 mil contos por ano (cerca de 150 mil euros) passem a ser pagas em função do valor acrescentado bruto e não sobre os salários, evitando penalizar a criação de emprego.

Perguntas e respostas

«Perguntas e Respostas sobre Segurança Social» é o título de uma brochura publicada pela Comissão para as Questões da Segurança Social do PCP que pretende responder às principais questões sobre o tema, abordando o actual sistema, a lei de bases, os objectivos do Governo do PSD/CDS-PP e as propostas do PCP.

Esta brochura apresenta perguntas e dá respostas, explicando o que está em causa com a proposta do ministro Bagão Félix e a importância de defender o sistema público.

Disponível nos centros de trabalho do PCP e no site do Partido (www.pcp.pt).

PERGUNTAS
E RESPOSTAS

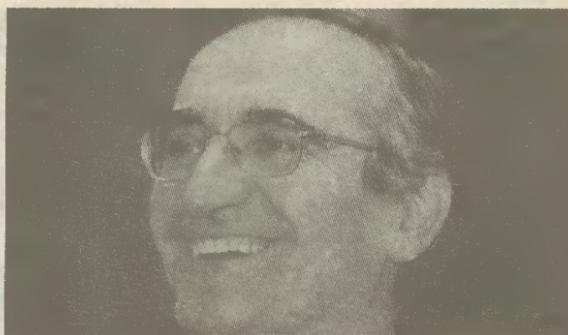
SOBRE

SEGURANÇA SOCIAL

PCP

• Eugénio Rosa

Bagão



Félix

o ministro das seguradoras

As sociedades gestoras de fundos de pensões, controladas na sua maioria pelas seguradoras, estão em estagnação. Quem o afirma é o próprio Instituto de Seguros de Portugal.

Efectivamente, de acordo com um estudo realizado em 2001 por aquele Instituto, as taxas de crescimentos anual das sociedades gestoras de fundos de pensões têm sido as seguintes: 1995: +34,7%; 1997: +19,6%; 1999: +9,7%; e 2000: +3,7%; portanto um crescimento que tende para a estagnação.

Como o próprio Instituto de Seguros afirma também no estudo que fez «o mercado de fundos de pensões continuava numa fase estacionária». E só a reforma do sistema público de segurança social, através da introdução do tecto contributivo e de fundos obrigatórios, é que seria decisivo «para a renovação do mercado de fundos de pensões, criando condições para o início de um novo ciclo».

O Grupo Seguros e Pensões do BCP obteve em 2001 prémios (receitas) avaliadas em 2.267 milhões de euros (454 milhões de contos). Este grupo, que incluía seis empresas de seguros, é o maior grupo segurador português já que tem a liderança do mercado vida com uma quota 33%, e do mercado não vida com uma quota de 22,5%.

graves que são comuns a todas as outras sociedades gestoras de fundos de pensões.

Assim, as receitas da PENSÕESGERE pertencente ao grupo BCP atingiram, em 1998, 10,5 milhões; em 1999 já foram 9,5 milhões de euros, e, em 2000, apenas 6,9 milhões de euros. No entanto, apesar desta quebra de receitas, esta sociedade alcançou no ano 2000 uma taxa de rentabilidade de 34% que é o triplo da taxa de rentabilidade média da generalidade das empresas portuguesas. Portanto, o negócio do fundos de pensões é altamente rentável, o problema para eles é que cada vez menos portugueses acreditam nas suas virtudes, por isso o número de clientes não tem aumentado com as seguradoras desejam. E ainda mais com as quebras contínuas das cotações bolsistas, e com o escândalo da ENRON cujo fundos de pensões desapareceu deixando os trabalhadores sem reformas, e ainda com o caso mais recente da empresa americana WORLDCOM que está próxima da falência por práticas contabilísticas fraudulentas visando enganar quem aplicou dinheiro nela.

Bagão Félix quer resolver dificuldades dos fundos à custa da Segurança Social

O governo PP/PSD aprovou em Conselho de Ministros um anteprojecto de uma nova Lei de Bases da Segurança Social. No entanto, com o comportamento típico de quem deve teme, está a procurar que ele não seja sujeito a discussão pública. Para isso, apresentou na Assembleia da República um pedido de autorização legislativa, e pretende publicar a lei durante o período de férias.

E tem razão para procurar esconder à opinião pública o conteúdo do anteprojecto que aprovou, já que ele visa resolver os problemas dos fundos de pensões desviando dinheiros da segurança social. É o que provaremos seguidamente com base na análise do próprio anteprojecto aprovado pelo governo.

De acordo com o art.º 44 do anteprojecto do Governo seriam criados não um, mas sim dois tectos contributivos. Até ao 1.º tecto contributivo, os trabalhadores e empresas continuariam a contribuir para a segurança social; a partir do 1.º tecto contributivo e até ao 2.º tecto contributivo, em relação a pensões as empresas deixariam de contribuir seja com o que for, e só os trabalhadores é que seriam obrigados a aplicar os seus descontos em fundos de pensões. Isso determinaria que o valor de pensão a receber do fundo de pensões seria muito mais baixo do que se receberiam da segurança social por duas razões. Em primeiro lugar porque não incluiria qualquer contribuição das empresas como sucede para a segurança social; e, em segundo lugar, porque seriam transferidos para os beneficiários, que são os trabalhadores, os custos de incerteza da especulação bolsista.

A lei não fixa qualquer valor para os tectos contributivos, ficando ao livre arbítrio do Governo a sua fixação através de decreto regulamentar. Inicialmente o ministro Bagão Félix falou aos órgãos de comunicação que o 1.º tecto contributivo seria fixado entre 7 e 8 salários mínimos, mas agora já fala entre 5 e 6 salários mínimos, mas sabe-se que o desejo das seguradoras é que o tecto contributivo ainda

seja mais baixo, para que os trabalhadores sejam obrigados a aplicar uma fatia maior dos seus salários em fundos de pensões, criando assim o mercado que falta às sociedades gestoras de fundos de pensões para aumentar os seus activos e os seus lucros.

Tecto contributivo determinaria perda de receitas e subsídios mais baixos

A introdução mesmo de um tecto contributivo correspondente a 5 salários mínimos como já anunciou o ministro Bagão Félix determinaria a perda de receitas para a segurança social avaliadas em cerca de 60 milhões de contos com tendência para aumentar mais todos os anos, porque uma parte dos descontos dos trabalhadores e das contribuições das empresas que neste momento vão para a segurança social deixariam de ser entregues a ela.

Por outro lado, como as prestações pagas aos trabalhadores activos quando estão desempregados ou quando estão doentes são calculadas com base no salário que descontam, deixando de descontar sobre uma parcela dele para a segurança social, então os valores dos subsídios de desemprego e de doença que se recebem diminuiriam. É isso precisamente o que está previsto no art.º 45 do anteprojecto de Bagão Félix.

As grandes mentiras da direita

Procurando esconder os verdadeiros objectivos, que é isentar as empresas do pagamento de uma parte das contribuições para a segurança e desviar uma parcela dos descontos dos trabalhadores para fundos de pensões, o governo PP/PSD, através do ministro Bagão Félix, lançou duas cortinas de fumo, que têm sido propagandeadas por uma comunicação social sempre disponível para transmitir os monólogos do ministro. E essas cortinas de fumo são a convergência das pensões mínimas para o salário mínimo nacional e o aumento da pensão de reforma para as mulheres com muitos filhos.

Mas o que é que estabelece o anteprojecto aprovado pelo Governo em relação àquelas matérias? O art.º 57 fixa que só em 2008 a pensão social atingirá 50% do valor do salário mínimo nacional; que também só em 2008 a pensão do regime especial dos trabalhadores agrícolas atingirá 60% do salário mínimo nacional; portanto, tudo valores muito longe dos 100% do salário mínimo nacional que Paulo Portas prometeu durante as eleições, e que a comunicação social procura sugerir.

Em relação ao próprio regime contributivo dos trabalhadores por conta de outrem, de acordo com o art.º 36 do anteprojecto do Governo, apenas em 2008 só aqueles que tivessem mais de 30 anos é que teriam direito a uma pensão mínima igual ao salário mínimo nacional menos o valor que se desconta para a segurança social. Todos os que tivessem menos de 30 anos de descontos, nunca terão a garantia de receber um valor de pensão igual ao salário mínimo nacional.

Em relação ao aumento da pensão de reforma para as mulheres com muitos filhos a mentira é da mesma natureza. O

art.º 68 do anteprojecto apenas diz que a lei «pode prever e regulamentar mecanismos de bonificação das pensões das mulheres em função do número de filhos», mas nada de concreto estabelece quando isso acontecerá nem qual será o valor dessa bonificação. Tudo é deixado no vago com a clara intenção de ser utilizada na propaganda para iludir.

Fundos de pensões obrigatórios

O n.º 4 do art.º 44 do anteprojecto estabelece, relativamente aos descontos dos trabalhadores que seriam desviados da segurança social, «a livre opção dos beneficiários entre o sistema público de segurança social e o sistema complementar». No entanto, o art.º 93 do mesmo projecto, em clara contradição com a disposição anterior, determina que «o sistema complementar compreende regimes legais, regimes contratuais e esquemas facultativos». E de acordo com o art.º 95 os «regimes legais assumem natureza obrigatória para as pessoas e eventualidades que a lei definir»; portanto, se existe regimes obrigatórios com o próprio anteprojecto do governo estabelece, não existe «a livre opção dos beneficiários entre o sistema público da segurança social e o sistema complementar» como está escrito no art.º 44 do mesmo anteprojecto. Tenha-se presente que a existência de fundos de pensões obrigatórios tem sido uma exigência do grande capital financeiro. E isto porque nos países onde existe a livre opção, como sucede na Alemanha, face à total insegurança dos fundos dos pensões, os beneficiários, que são os trabalhadores, têm optado na sua esmagadora maioria por entregar os seus descontos ao sistema público da segurança social.

Não deixar enganar mais vezes

O PSD prometeu durante a campanha eleitoral baixar os impostos, mas logo que se apanhou no governo aumentou o IVA que atinge fundamentalmente aqueles que têm rendimentos baixos, e baixou os impostos da banca e dos que especulam na bolsa. O PP/CDS, através de Paulo Portas, prometeu durante a campanha eleitoral aumentar as pensões mínimas para o valor do salário mínimo, e acabou de aprovar um projecto de lei que estabelece que isso nunca acontecerá.

Bagão Félix, um homem cuja experiência e conhecimentos foram obtidos fundamentalmente ao serviço das grandes seguradoras diz que pretende resolver os problemas da segurança social, mas elabora e aprova um novo projecto de lei de Bases da Segurança Social que o que pretende verdadeiramente é resolver os problemas que enfrentam os fundos de pensões, à custa da segurança social, desviando dinheiro desta para aqueles, e criando novos problemas à segurança social. Os verdadeiros problemas da segurança social, como são a fraude e a evasão que fazem perder à segurança social todos os anos cerca de 800 milhões de contos de receita; as dívidas das empresas à segurança social que já atingem mais de 420 milhões de contos; a dívida do Estado ao regime geral da segurança social que soma 1900 milhões de contos, etc.; nada diz, nem faz nada.



Bagão Félix era até há pouco tempo um consultor muito bem pago deste grupo. E o BCP paga muito bem aos que o servem. A prova disso são os dados publicados pela revista «EXAME» em 26 de Junho de 2002 que informa que «o BCP pagou 9,5 milhões de contos aos seus administradores em 2001», o que dá uma média 730.000 contos para cada um deles.

O Grupo Seguros e Pensões, onde trabalhava o actual ministro da Segurança Social, tem um sociedade gestora de fundos de pensões chamada PENSOESGERE que estava a enfrentar problemas

Financiamento do Ensino Superior em diploma do Governo

Ver a educação como um negócio

Foi sob fortes críticas dos partidos da oposição que decorreu a apreciação à proposta de Lei de Desenvolvimento e Qualidade do Ensino Superior. Um texto «desfasado da realidade nacional» e comprometido «com interesses alheios à educação e ao ensino», acusou o PCP.

O diploma deverá ser hoje submetido à votação, depois do debate na passada semana, tendo a sua passagem garantida face ao apoio já declarado das bancadas do PSD e CDS/PP. Que não foram sensíveis aos apelos da oposição para que o texto baixasse à Comissão de Educação, sem votação, com vista à sua reformulação. Atitude tanto mais criticável quanto é certo que estavam igualmente em debate duas outras iniciativas legislativas sobre a mesma matéria, uma do PCP e outra do BE.

Os poderes conferidos ao ministro da Ciência e do Ensino para aprovar ou encerrar cursos, assim como para a distribuição anual de verbas para

despesas de funcionamento das instituições foi um dos aspectos mais verberados no diploma do Governo. A quem não foi perdoado, em termos

A educação deve ser um bem público de acesso universal

formais, o não ter procedido à devida auscultação dos parceiros antes da sua aprovação em Conselho de Ministros. Tratando-se do financiamento de todo

o ensino superior, da sua avaliação, qualidade e até classificação, sem esquecer a acção social escolar ou o reordenamento deste grau de ensino, a esse debate prévio o Governo estava obrigado, como salientou a deputada comunista Luísa Mesquita, que lembrou estarem igualmente em causa a «qualificação dos portugueses» e a «competitividade do

País». Por isso a sua condenação firme ao que classificou de «celeridade atabalhoada» evidenciada pelo Executivo neste processo legislativo que desembocou numa proposta que não tem em conta que o processo de democratização do ensino superior está longe de concluído.

Foi a parlamentar do PCP a lembrá-lo ao pôr em evidência que, ao contrário do anunciado pelo Governo – que chegou a hora da qualidade –, a democratização está por fazer, como o atestam, por exemplo, o facto de só 51 por cento dos alunos que completam o secundário acederem ao superior ou de 20 por cento dos alunos não terem acesso ao subsistema público devido ao numerus clausus.

Mas onde as críticas da bancada comunista ao diploma subiram de tom foi no plano das orientações que nele perpassam onde é visível a marca neoliberal que encara a «educação como um negócio e não como um bem público de acesso universal».

É o caso, por exemplo, segundo Luísa Mesquita, do conceito de escola-empresa, «na procura de financiamentos estratégicos para responder às leis do mercado com recursos mínimos e competitividade máxima». Uma ideia a que o diploma «não fecha a porta», sustentou, ao mesmo tempo que dá plenos poderes à «intervenção tutelar e dominadora do ministro», e, em simultâneo, reduz a zero a representação dos docentes.

Alvo das críticas da bancada comunista foi também o propósito claro de proceder ao sub-financiamento do superior em paralelo com o aumento do financiamento do ensino superior privado, bem como a proposta de em relação àquele o financiamento às instituições ser casuístico e resultado de negociação directa entre escola e tutela. Um poder conferido ao Ministério igualmente extensivo, em nome da racionalização, ao encerramento de escolas, à extinção de cursos e ao corte de financiamentos.

Por valores democráticos

Na Lei-Quadro de Ensino Superior avançada pelo PCP, em projecto de lei, estão contempladas ideias estruturantes que dão corpo e uma política educativa assente nos princípios e valores democrático consagrados no texto constitucional.

Expostas sucintamente no debate pela deputada comunista Luísa Mesquita, de entre essas ideias, resultantes de ampla e participada reflexão, está a de que o sistema público de Ensino Superior deve continuar a desempenhar um papel central neste sector do ensino. «Só deste modo se concretizará a democratização do acesso e da fruição de níveis superiores de instrução e cultura», sustentou a deputada comunista, para quem só assim se garantirá simultaneamente «a liberdade de ensino e de aprendizagem».

Quanto às componentes universitária e politécnica que compõem o subsistema de Ensino Superior, de acordo com a Lei de Bases do Sistema Educativo, esta diferenciação, no entender do PCP, tem sido «sobretudo formal» e geradora de conflito de atribuições e de discriminação de recursos «sem que exista uma substancial diferenciação de missões».

Ao Ensino Superior exige-se, pois, cada vez mais, na perspectiva dos comunistas, «a capacidade de dar resposta a uma multiplicidade de necessidades». Por isso, segundo Luísa Mesquita, importante é o «investimento na coerência da oferta de formações e a cobertura territorial deste subsistema». Daí a opção do PCP pela «integração dos actuais subsistemas», a qual, «deveria proporcionar soluções organizativas diferenciadas, conteúdos científicos e modelos pedagógicos muito diversos e modalidades distintas de formação».

Assegurada no projecto do PCP está também a gratuidade da formação inicial a nível superior, tal como consagra a Constituição, que foi posta em causa pelo Governo do PS com o diploma das propinas, aprovado em 1997, e agora silenciada pelo Governo do PSD.

Relativamente à responsabilidade financeira do Estado, questionada pelo PS, e agora pelo Governo do PSD, o PCP propõe que o Orçamento do Estado assegure integralmente o funcionamento dos estabelecimentos públicos de Ensino Superior, ao nível objectivamente calculado por uma fórmula que terá em consideração um conjunto de parâmetros que evitem discriminações.

Quanto ao acesso e ingresso no Ensino Superior Público, Particular e Cooperativo, o diploma comunista preconiza que os regimes sejam de «aplicação universal, assegurando o Estado a eliminação de restrições quantitativas de carácter global - numerus clausus, criando condições para que as formações oferecidas assegurem as aspirações e as necessidades dos jovens e do País».

No que diz respeito à acção social escolar, o diploma defende a sua abrangência a «toda a população escolar em formação inicial» e também aos «estudantes em níveis de formação pós-graduada, garantindo a possibilidade de frequência deste subsistema, independentemente da respectiva área de residência e do nível de rendimento pessoal ou familiar, por forma a impedir os efeitos discriminatórios decorrentes das assimetrias regionais e de desvantagens sociais prévias».

Finalmente, no que se refere aos recursos humanos, o Grupo comunista propõe que «cada estabelecimento de ensino disponha de quadros próprios de dotação global para docentes, investigadores e outros funcionários, objectivamente dimensionados».

Política de imigração em debate

Pela integração contra a exclusão

A política de imigração voltou a estar no centro do debate parlamentar. A par de projectos do PCP e do BE subiu a plenário um proposta de lei do Governo. Diferenças de tomo separaram os textos da oposição do conteúdo das soluções preconizadas pelo Executivo. Sobre este pendeu a acusação de persistir num «caminho errado» ao adoptar uma política de exclusão que

mais fracos – os próprios trabalhadores imigrantes e suas famílias – e fazer vista grossa às redes de imigração ilegal e aos patrões que sem escrúpulos exploram a ilegalidade dos imigrantes, reduzindo-os quase à escravatura.

Para este aspecto central do problema chamou a atenção o deputado comunista António Filipe, que contestou simultaneamente a opção do

seus direitos sociais e laborais.

Vários são os testemunhos que evidenciam estas opções do Executivo. Um deles, como fez notar António Filipe, é a revogação do regime das autorizações de permanência (em vez de as transformar em autorização de residência). Outro é a proposta em matéria de reagrupamento familiar. «Não é apenas injusta; é verdadeiramente desumana», acusou o parlamentar do PCP, condenando a medida que prevê que ao trabalhador a quem tenha sido passada agora uma autorização de permanência, só daqui a seis anos, se cá continuar, será concedido o direito ao reagrupamento familiar.

Sem contestar a necessidade de disciplinar legalmente os fluxos migratórios, tendo em conta as nossas reais possibilidades de alojamento, para o PCP, o que está em causa – e por isso é objecto de duras críticas – é uma política de imigração que, como até aqui, aposta na repressão, no fechamento e na discriminação, sem resolver nenhum dos problemas com que se confronta o País.

E o melhor exemplo deste rotundo falhanço da política de imigração quer do PS quer do PSD – que, tudo o indica, vai repetir-se – é ainda a circunstância de esta ser a quarta versão da lei de estrangeiros publicada em 1998.

As propostas do PCP

No seu projecto de revisão da Lei de Estrangeiros, entre outros aspectos, o PCP assume o objectivo de acabar com a figura das «autorizações de permanência», garantindo aos cidadãos por ela abrangidos o direito à obtenção de autorização de residência a conceder oficiosamente.

Nos seus objectivos, o diploma inscreve ainda o de limitar os poderes discricionários do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, designadamente em matéria de expulsão de cidadãos estrangeiros, reforçando as garantias destes quanto à possibilidade de recorrer judicialmente, com efeito útil, das decisões administrativas que afectem os seus direitos.

Possibilitar a concessão de autorização de residência aos cidadãos estrangeiros que tenham contratos de trabalho em Portugal, constitui outra medida vertida no diploma comunista, que torna também menos restritivo o direito ao reagrupamento familiar.

não corresponde nem às necessidades do País nem aos interesses dos trabalhadores portugueses e imigrantes.

Sobretudo condenado foi o facto de a política de imigração assentar em mecanismos repressivos dirigidos para os

Governo em adoptar medidas de inspiração securitária – na linha das concepções xenófobas hoje dominantes na União Europeia – em vez de proceder a um esforço de integração dos imigrantes e à garantia intransigente dos

Recuperação de edifícios devolutos

A Assembleia da República apreciou, faz hoje oito dias, o projecto de lei do PCP que confere aos municípios novos mecanismos para uma intervenção mais eficaz na recuperação dos prédios devolutos e degradados dos seus núcleos históricos ou antigos. Em debate faz hoje oito dias, o diploma deverá baixar à comissão sem votação onde, eventualmente acompanhado por uma proposta do Governo, será objecto de discussão na especialidade.

Em síntese, no seu articulado, o projecto comunista pretende contribuir – através de uma «solução diferencia-

dora e inovadora», como frisou o deputado comunista Honório Novo – para que naquelas áreas antigas, como tal delimitadas nos instrumentos de planeamento municipal, as câmaras possam executar obras de recuperação e reconstrução patrimonial, de forma expedita e atempada, antes da ocorrência de eventuais derrocadas dos imóveis.

Esta é uma medida reconhecidamente importante face à gravidade e extensão do quadro existente num elevado número de núcleos antigos das nossas vilas e cidades. Tecido urbano onde proliferam aos milhares, como

salientou Honório Novo, os prédios devolutos em profunda degradação com riscos e prejuízos de toda a ordem, seja para a segurança das pessoas e bens, seja para o ambiente urbano, seja ainda no plano económico.

Registe-se que a solução agora preconizada, como foi dito, não pretende substituir os programas em vigor de apoio à recuperação de edifícios (RECRI, RECRIPH, SOLARIS, entre outros), mas sim constituir-se num factor de complementaridade, ou seja, «aumentar e diversificar as possibilidades de intervenção e criar as condições legislativas, operativas e

financeiras que motivem» esse objectivo.

Nesse sentido, de acordo com uma das medidas previstas no articulado do diploma, aos municípios é conferida a possibilidade de realizarem essas obras de recuperação, substituindo-se aos proprietários desses prédios devolutos, sempre que estes não executarem as obras determinadas.

Realce ainda para o dispositivo que permite às câmaras acederem a empréstimos para a realização dessas obras de recuperação em condições não oneráveis para a capacidade de endividamento municipal.

Os incidentes nas fronteiras espanholas!

• Honório Novo

Com o regresso da direita ao Governo em Portugal e idêntica ascensão das forças retrógradas um pouco por toda a Europa, acentuam-se alguns traços muito preocupantes das orientações políticas dominantes. Não se trata já de qualquer evolução especialmente negativa do neoliberalismo em vigor nem tão-pouco de um qualquer aprofundamento da geoestratégia de bloco que determina a forma e o ritmo do(s) alargamento(s) da União Europeia. O que chama mais a atenção são os ataques, mais ou menos frontais, a elementos identitários da democracia que se julgavam adquiridos de forma irreversível. É o caso da liberdade de manifestação e reunião, e sobretudo, o facto desses ataques não provocarem uma onda convergente de oposição e revolta, antes contarem (em demasiado número de casos) com o "esquecimento", quando não com a

organização terrorista. E, como se sabe, não foi nada disto que aconteceu. O Governo espanhol não cumpriu Schengen porque não só não identificou a esmagadora maioria das pessoas em trânsito, como se limitou a impedir, de forma indiscriminada e injustificada, a passagem a pessoas que se dirigiam a uma manifestação legal, pois tinha sido autorizada pelas próprias autoridades espanholas. O que menos interessa nestes incidentes fronteiriços é saber se a Convenção Shengen estava ou não legitimamente suspensa, se houve (ou não) controlos de identidade, se houve ou não actuação autoritária das forças policiais para «assegurar a segurança do Estado espanhol». Tudo isso tem carácter mais ou menos incidental e por isso quase acessório. O que os acontecimentos, pelo contrário, confirmam (e é isso que é especialmente grave e determinante e que deveria motivar uma grande reflexão e actuações em



«compreensão» de muita gente insuspeita. Vem esta reflexão a propósito dos incidentes ocorridos recentemente nas fronteiras luso-espanholas. Para que não haja qualquer espécie de dúvida, dou «de barato» que o conteúdo da Convenção Schengen, que (teoricamente) garante a circulação e segurança das pessoas, até foi integralmente cumprido pelo Governo espanhol. Isto é: nem quero duvidar que os mecanismos de suspensão temporária previstos na Convenção foram bem utilizados e que, em conformidade, era inteiramente legítimo que a entrada no território espanhol tivesse passado de novo a ser controlada através da «reposição das fronteiras». De igual forma, também «nem pestanejo» quando se argumenta haver razões suficientes para essa suspensão, face aos «habituais» e lamentáveis actos de terrorismo que ocorrem em Espanha. Só que não foi este o enquadramento essencial da acção da polícia espanhola (obviamente seguindo orientações precisas do seu governo). Segundo Schengen, ao controlo de identificação deveria seguir-se a permissão da passagem a todos aqueles que não fossem nem cadastrados nem suspeitos de pertencerem a uma qualquer

conformidade) é que eles foram meros pretextos para impedir que pessoas se manifestassem em Sevilha, foram pretextos para limitar e condicionar o direito de reunião e de manifestação, para amedrontar, intimidar e atacar quem se queria manifestar publicamente em desacordo com as orientações dominantes. A tentativa de liquidação de direitos é o que mais nos deve preocupar. E tanto ou mais (já agora) preocupante que estes ataques a direitos inalienáveis, é o facto de haver quem, apesar dos seus «conhecimentos sobre política europeia», apesar do seu conhecido posicionamento ideológico/partidário, se permita, sobre estes incidentes, escrever que o Governo espanhol nem sequer devia ter identificado as pessoas dos autocarros porque estes se «dirigiam a uma manifestação antiglobalização em Sevilha», sendo por isso claros os «riscos para a ordem pública e a segurança espanhola». Quando se escreve isto (inconsciente?) e impunemente algo vai mal, algo de muito grave pode estar a crescer e a que é preciso dar resposta e combate firme enquanto é tempo. Para essa resposta e combate têm que estar, na linha da frente, ao lado de muitos outros, os comunistas. É para isso que deve estar virada a nossa atenção.

Prosseguem ataques aos interesses dos trabalhadores e das populações

Barrar política anti-social

O Governo vai aproveitar o período de férias para diluir a visibilidade e o impacto das críticas a novas medidas anti-sociais que tem em preparação.

A denúncia partiu do líder parlamentar comunista, Bernardino Soares, que dá como exemplo elucidativo desta atitude a forma como o Executivo impôs a discussão da nova lei de bases da segurança, agendada para o próximo dia 10.

Uma atitude que considero inaceitável por significar uma fuga ao pleno debate das alternativas políticas. É que o Governo, ao reduzir o debate à aprovação de uma autorização legislativa, excluiu assim à partida qualquer prévia discussão pública das organizações de trabalhadores.

Por isso o repto de Bernardino Soares para o adiamento do debate por forma a possibilitar a entrega na Assembleia da República de uma proposta de lei (e

não apenas um pedido de autorização para legislativa). Que não encontrou eco na bancada do PSD, que insistiu na manutenção do agendamento para a data fixada.

Mas este é apenas mais um do já extenso rol de casos e medidas

que têm vindo a marcar a acção do Governo PSD/PP, caracterizada, no fundamental, como sublinhou o presidente da formação comunista, por uma «orientação profundamente anti-social e de clara subordinação aos grandes interesses económicos».

Medidas algumas delas justificadas com base na exploração dos «piores sentimentos e na demagogia populista», como foi o caso das alterações ao rendimento mínimo garantido,

sob o pretexto do combate à fraude.

Na sua intervenção, sob a forma de declaração política, Bernardino Soares acusou ainda o Governo de não ter uma «política coerente» para os problemas ligados à toxicod dependência, sustentando que a única preocupação do executivo nesta matéria é reduzir custos.

«Até agora a política do Governo para a área do combate à droga resumiu-se a mandar fundir dois serviços, o Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicod dependência e o Instituto Português da Droga e Toxicod dependência, sem qualquer ponderação», criticou o presidente do Grupo comunista, para quem a actuação do Governo tem conduzido apenas «ao aumento dos problemas e à diminuição dos serviços», num altura, alertou, «em que recentes estudos indiciam poder haver um aumento de consumidores de droga».

Falta uma política coerente no combate à droga

Incidentes na fronteira espanhola Ferir a democracia

«Mais um entorse e uma amputação que fere a essência da democracia», assim classificou o Secretário-Geral do PCP, Carlos Carolas, a decisão das autoridades do país vizinho de barrar na fronteira a entrada de centenas de portugueses que se dirigiam a Sevilha para uma manifestação pacífica por ocasião da cimeira europeia recentemente realizada naquela cidade.

A propósito desta «suspensão prática dos exercícios de direitos e liberdades», assim lhe chamou, o líder comunista quis saber não só a opinião do chefe do Governo como ainda qual a sua posição quanto à eventual adopção por outros estados-membros de idêntico procedimento no futuro, ou seja, a suspensão do direito de manifestação e de reunião nas cimeiras europeias.

Em resposta — estava-se no habitual debate mensal com o Primeiro-Ministro —, Durão Barroso não mostrou qualquer constrangimento perante um tal cenário, admitindo mesmo a possibilidade de já em 2004, por causa do europeu de futebol, Portugal vir a fazer o mesmo e suspender o Acordo de Schengen, a pretexto de

vedar a entrada a hooligans.

Este tema dos incidentes junto à fronteira e da decisão de Espanha de suspender unilateralmente o Acordo de Schengen acabou por dominar um debate que tinha nas questões europeias o seu principal ponto de agenda.

ção ao controlo das fronteiras com a respectiva identificação. «Quais as razões por que esses portugueses foram impedidos de entrar? O que é que o Governo sabe disto? Fazem parte de algum ficheiro dos serviços secretos? São pessoas com passado violento? Era algum grupo excursio-

Protesto unânime

A Assembleia da República aprovou, por unanimidade, um voto de protesto pelo «modo arbitrário» e «inaceitável» como cidadãos portugueses, incluindo deputados, foram recentemente tratados na fronteira pelas autoridades policiais espanholas.

Classificando-os de «lamentáveis incidentes», o texto, elaborado pelo presidente da Assembleia da República, Mota Amaral (a que se associaram todas as bancadas), expressa o repúdio pelo «modo impróprio» como foram tratados os cidadãos que se deslocavam a Sevilha para uma manifestação pacífica.

Considerando que a liberdade de circulação é «uma das liberdades fundadoras da União», o voto afirma ainda que «a entrada e circulação num Estado membro só pode ser impedida a quem se verifique constituir pessoa, actual e efectivamente uma ameaça à segurança nacional ou à ordem pública».

Carlos Carolas, interpellando directamente o Primeiro-Ministro, levantou ainda a questão de saber quais as razões que levaram a polícia espanhola a não confinar a sua ac-

nista kamikaze?», perguntou o dirigente do PCP, que teve ainda críticas ao modo acético e submisso como o Governo tem encarado o Pacto de Estabilidade.

Beja

Melhorar organização

A Direcção da Organização Regional de Beja do PCP vai promover, em todos os concelhos do distrito, plenários de militantes e outras iniciativas para divulgação das resoluções e orientações aprovadas pela Conferência Nacional de 22 de Junho. O objectivo é melhorar a organização do Partido e a democracia interna e dinamizar a intervenção dos comunistas em todos os sectores.

Manifestando a sua solidariedade com a luta dos trabalhadores do distrito em diversas áreas de actividade, o PCP dá, entretanto, destaque à luta dos trabalhadores das Pirites Alentejanas, em Aljustrel, pela retoma da extracção mineira e pela actualização do seus salários, e aos trabalhadores

da Somincor, em Castro Verde, contra as ilegalidades e sanções abusivas praticadas pela administração da empresa.

Por fim, a DORBE felicita os trabalhadores do «Diário do Alentejo» que viram reconhecido o seu trabalho com a atribuição ao jornal, pelo Clube de Jornalistas, do Prémio Gazeta 2001/Imprensa Regional. Esta distinção premeia, de acordo com o júri, o facto deste jornal ter levado ao público «o palpitante de um povo que não se revê nas abordagens que os grandes meios fazem do seu quotidiano, dos seus problemas e das suas pequenas e grandes vitórias» e ter conquistado, no Baixo Alentejo, «um espaço único no jornalismo local».

Lisboa

Construção civil reivindica

Cerca de sete mil trabalhadores da construção civil subscreveram o abaixo-assinado promovido pela Direcção da Organização Regional de Lisboa do PCP reivindicando uma actualização salarial mínima de 50 euros e o pagamento das horas de trabalho extraordinário, de acordo com a legislação em vigor.

Só nos estaleiros dos novos estádios da Luz e de Alvalade, o documento recolheu a assinatura de 714 trabalhadores, o mesmo acontecendo nas obras do Metropolitano e nas urbanizações da Zona da Expo, onde o abaixo-assinado recolheu idêntico número de assinaturas.

Segundo a DORL, apesar do sector da construção

civil ser um dos sectores estratégicos da economia, os trabalhadores que nele laboram recebem verdadeiros salários de miséria. De facto, o patronato, «apoiado nas opções políticas de direita» dos governos do PS, do PSD e PP, aproveitou os fluxos migratórios para impor um «profundo retrocesso social» e um regresso ao «capitalismo selvagem», designadamente ao nível do preço da mão-de-obra e da ausência de direitos laborais.

Os trabalhadores imigrantes são, porém, duplamente explorados, pois, para além dos baixos salários, muitos deles chegam a aguardar dez meses pelo visto no contrato de trabalho.

Trofa

Desenvolvimento não avança

A Comissão Concelhia de Trofa do PCP analisou os seis meses de gestão autárquica, concluindo que o actual executivo votou ao abandono os mais idosos, acabando com os famosos «passeios» e «chás dançantes», que usou como bandeira na campanha eleitoral.

No campo associativo, «o panorama é semelhante», com o corte radical de apoios a todos os níveis, a criação de dificuldades na implantação das associações ou o atraso no pagamento de subsídios, colocando em risco o funcionamento das colectividades.

Diz a Concelhia de Trofa

que, no campo das infra-estruturas básicas, o panorama é igualmente «desolador», com as cisternas de resíduos líquidos a serem despejadas directamente nos cursos de água do concelho.

Na construção continua a dar-se mais importância aos interesses dos grandes construtores que ao interesse público e são «dúvidas» as posições da Câmara relativamente à electrificação provisória. Enfim, diz ironicamente o PCP, o concelho de Trofa pode não avançar quanto ao desenvolvimento mas tem «os postes de iluminação mais floridos da região...».

PCP analisa política governamental na Educação

Cortar no público para favorecer o privado

António Abreu, membro da Comissão Política do PCP, criticou, na sexta-feira passada, a política dos novos ministérios da Educação e da Ciência e do Ensino Superior.

Acompanhado de Almiro Lopes, da Comissão para as questões da Educação e Ensino do PCP, de Rui Namorado Rosa, da Comissão Nacional do Ensino Superior e da Comissão da Ciência e Tecnologia, e de Joel Vasconcelos, da Direcção do Ensino Superior da JCP, o dirigente comunista começou por destacar algumas decisões negativas já tomadas pelo Ministério da Educação, como seja o projecto de lei do Governo sobre «sistema de avaliação da educação e do ensino não superior», «que limita a qualidade a situações de «excelência» e «subvaloriza» o aumento de apoios a situações diferentes.

António Abreu criticou o crescimento do número de professores com «horário zero» e a ausência tanto de legislação relativa ao financiamento do ensino não superior como de uma estratégia de valorização das vias profissionalizantes do ensino. A insistência «na revalorização dos exames» em prejuízo da avaliação contínua e na avaliação das escolas para criação de estatutos de «excelência» é também repudiada pelo PCP que, relativamente ao «cheque-educação», acusa o Governo de pretender «privilegiar as instituições privadas e subfinanciar a rede pública», a pretexto da liberdade de escolha.

Analisando, depois, algumas atitudes do Ministério da Ciência e do Ensino Superior, António Abreu sublinhou a apresentação, há dias, de uma proposta de Lei de Desenvolvimento e Qualidade do Ensino Superior que lesa a autonomia universitária, desvaloriza o Politécnico e consagra «inaceitáveis condições de financiamento» ao ensino privado.

Alargar escolaridade

Entretanto, o facto de o Governo não ter procedido à «identificação das linhas condutoras» da política de Educação e ter optado por cortar na despesa da rede pública, ao mesmo tempo que cria novas expectativas no sector privado, apenas «reforça a determinação» do PCP de continuar a agir por uma Educação pública, gratuita e de qualidade. Para a concretização desse objectivo, defende, entre outras medidas, um maior esforço de investimentos, a manutenção do ensino recorrente em 2002/3, uma formação permanente e recorrente com vista a vencer a iliteracia e uma revisão curricular no

secundário que valorize a via tecnológica e profissionalizante.

O PCP defende, ainda, a autonomia efectiva das escolas, o alargamento da escolaridade obrigatória, um aperfeiçoamento da avaliação externa e da auto-avaliação das escolas que evite «os efeitos perversos dos rankings escolares» e uma lei do financiamento do ensino não superior que contemple a discriminação positiva em situações de maior carência social.

Por fim, o dirigente comunista, referindo-se ao slogan «Educação ao Longo da Vida», defendeu que se passasse a uma política «sólida e com investimento» e se definisse, por exemplo, os diferentes tipos de instituições correspondentes aos chamados «novos públicos» que, entre outros, compreendem «a 2.ª oportunidade para jovens estudantes, o ensino recorrente, os trabalhadores imigrantes e o regresso à universidade para completar e actualizar conhecimentos e formações».

O PCP considera, também, que se deve partir das instala-

ções e do pessoal existentes para a montagem de um sistema, que «tem que deixar

O PCP quer vencer iliteracia através da formação permanente

de ser um parente pobre» e deve assentar numa rede pública e não em instituições particulares, subsidiadas pelo Estado.

É preciso criar um modelo que, «sendo flexível e tendo a participação dos órgãos autárquicos, não seja apenas regulado «à distância» pelo Estado e não se limite à educação informal e, ao nível do ensino superior, apostar «na oferta preferencial de cursos de banda larga» que prepare para múltiplas oportunidades profissionais.

António Abreu apresentou algumas das medidas que o PCP defende na área da Educação



Ensino Superior

Por uma gestão transparente

No que respeita ao ensino superior, o PCP quer um debate público sobre o projecto de lei do Governo, embora considere que a opção deve ir para o Projecto de Lei-Quadro do Ensino Superior que apresentou há dias.

Nesse projecto, o PCP defende um sistema único, embora diferenciado quanto às soluções, a participação de todos os agentes da comunidade educativa e a dotação de capacidade às instituições para exercerem as suas autonomias e cooperarem entre si.

Para o PCP, o financiamento público tem que assegurar o orçamento de funcionamento dos estabelecimentos, na base de uma fórmula adaptada da actual, visando pôr fim «à asfíxia e incertezas» resultantes da não aplicação da lei do financiamento e garantir a gratuitidade de frequência para os estudantes.

Rejeita o cheque-educação mas defende o alargamento da acção social escolar, a inversão da tendência de quebra da procu-

ra de cursos essenciais ao desenvolvimento do país e o aumento da oferta em áreas como a Saúde, sem quebra de ofertas correspondentes a outras vocações.

De acordo com o PCP, devem, ainda, ser criados quadros globais próprios de dotação de docentes, em cada estabelecimento de ensino; atribuídos os recursos necessários ao normal funcionamento dos diferentes Laboratórios do Estado; criados estímulos à investigação nas empresas privadas.

Por fim, defende uma gestão transparente dos dinheiros públicos, com prestação de contas à sociedade, e um reconhecimento das instituições privadas feito através de avaliações que tenham por base a igualdade de regras para a contratação de docentes e o direito dos estudantes a verem asseguradas as condições financeiras para a frequência e conclusão do curso e para o acesso a prestações sociais do Estado enquanto se mantiver o numerus clausus no acesso ao ensino superior público.

▼ CAMARADAS FALECIDOS

Abílio Nicéfero de Oliveira

Faleceu, no passado dia 17 de Junho, com 93 anos, o camarada Abílio Nicéfero de Oliveira, natural do Alvito e há muitas décadas residente no Barreiro. Trabalhou na ex-Cuf, no Barreiro. Lutador antifascista de longa data, era militante do PCP desde 1974.

António Higinio Jesus Braz

Faleceu, no passado dia 20 de Junho, com 76 anos de idade o camarada António Higinio Jesus Braz. Membro do Partido desde 1976, estava actualmente organizado na freguesia de Almada.

Esperança Borges Agostinho Trindade

Faleceu, no passado dia 21 de Junho, a camarada Esperança Borges Agostinho Trindade, natural de S. Bartolomeu de Messines. Aderiu ao PCP em 1977, estando organizada na freguesia de Santa Maria de Belém, em Lisboa, onde actualmente residia. Fez parte da Assembleia de Freguesia de Santa Maria de Belém, no anterior mandato. Foi uma grande activista do Movimento Democrático de Mulheres.

★

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

AR aprova alteração à Lei do CCP

O «imbróglio» criado com o adiamento sine die da eleição para o Conselho das Comunidades Portuguesas, decidido em Setembro pelo Governo PS, em total desrespeito pela lei, está finalmente em vias de resolução, com a aprovação pela Assembleia da República, na quinta-feira passada, dos projectos do PCP, do PS e da proposta do Governo de alteração à Lei 48/96 que criou aquele Conselho, diz a Direcção da Organização da Emigração do PCP.

O Plenário aprovou, também, o Projecto de Lei que cria os novos Órgãos Representativos dos Portugueses Residentes no Estrangeiro, apresentado pelo PCP tendo em conta que o diploma em vigor, mesmo melhorado, «difícilmente dará substância às muitas sugestões apresentadas pelos conselheiros».

Os textos aprovados baixam agora à Comissão, com vistas à elaboração de um texto legislativo único de forma a permitir a rápida marcação de eleições.

Entretanto, na apresentação do projecto de lei do PCP de alteração à lei do CCP, a deputada Luísa Mesquita afirmou ser aquela a contribuição dos comunistas para a solução de um problema que «não criaram mas que querem ver resolvido com urgência».

Quanto ao projecto de lei que cria os Órgãos Representativos dos Portugueses residentes no Estrangeiro, a deputada comunista salientou o facto de com ele, o PCP propor-se «construir um edifício mais duradouro», assente prioritariamente nas Comissões Consulares, a quem compete nomear os seus representantes nas Comissões de Acção Social e Cultural, sendo os outros órgãos o Conselho de País e o Conselho Mundial.

O DOE refere ainda que, nas duas iniciativas legislativas, no que se refere ao universo eleitoral, o PCP defende «que estes órgãos de consulta devem ser eleitos na base dos inscritos nos consulados e não na base muito restrita dos eleitores que se inscreveram para votar nas eleições Legislativas, Parlamento Europeu e Presidenciais», sendo esta separação fundamental para «distinguir o âmbito e as funções do CCP relativamente aos órgãos com competências deliberativas».

Câmara de Espinho PS quer calar oposição

O presidente da Câmara de Espinho tem vindo de «forma acintosa» a violar a lei, faltando a reuniões e procurando impedir a discussão de documentos apresentados pela oposição, acusa a Comissão Concelhia de Espinho do PCP.

De facto, depois de faltar às quinze reuniões da Assembleia Municipal realizadas este ano, o presidente da Câmara recusou-se, ainda, a convocar a Assembleia Extraordinária requerida por todos os vogais dos partidos da oposição - com dia e hora à escolha do presidente -, para debater as duas informações escritas que aquele enviara sobre a actividade da Câmara.

Os vogais dos partidos da oposição decidiram, assim, marcar a referida Assembleia para o passado dia 24 de Junho. Porém, o presidente da Assembleia Municipal recusou-se a enviar a convocatória, obrigando os convocantes a entregá-la em casa de cada vogal.

Entretanto, no dia previsto para a Assembleia, o presidente da Câmara e os vereadores do PS faltaram (intencionalmente, sabe-se agora), sendo que os vogais do PS traziam um documento para ser votado de imediato a propor o encerramento da sessão, impedindo a discussão do tema da convocatória. A «forma degradante» como os eleitos do PS se comportaram, diz o PCP, «não deixaram à oposição outra alternativa que não fosse o abandono da sala».

Mais, o senhor presidente da Assembleia Municipal, «numa atitude nunca vista e nunca tentada desde o 25 de Abril», decidiu exercer censura aos documentos apresentados pela oposição para a Assembleia Ordinária de 27 de Junho, devolvendo os documentos de que discordava, designadamente o que a CDU pretendia discutir sobre o «escândalo» da venda do Campo de Futebol da Avenida a empresas da construção civil.

Finalmente, no dia 27, o presidente da Câmara compareceu na Assembleia mas vinha acompanhado de numerosa claque «preparada para o aplaudir e invectivar a oposição», reconhecendo, de forma «arrogante», ter justificado as suas faltas às sessões da Assembleia com falsas declarações.

Face a comportamentos desta «gravidade», o PCP decidiu denunciá-los publicamente, exigindo «o respeito absoluto pela democracia e pelos direitos da oposição» e apelando a que «a serenidade e a normalidade» regressem a Espinho.

7.º Congresso do PCP/Açores propõe-se definir propostas alternativas de poder

Defender e reforçar a democracia

O Conselho Regional dos Açores do PCP começou já a preparar o 7.º Congresso Regional, marcado para Outubro deste ano. Da reunião, que realizou para o efeito, saiu, ainda, uma Resolução Política com as suas principais análises à situação política regional e nacional.

A Resolução Política começa por repudiar a «agressividade» da política de direita do actual Governo e, no quadro político que resulta do facto de o Governo da República ser agora da responsabilidade do PSD/PP, enquanto o Governo Regional se mantém da responsabilidade do PS, considera que assume carácter de urgência a reabertura do processo de revisão da Lei de Finanças Regionais e o processo de reconstrução das ilhas atingidas pelo sismo de Julho de 1998.

Os comunistas açorianos, debruçando-se, neste documento, sobre a revisão da Política Comum de Pescas, manifestam-se preocupados com a sobrevivência das pescas em Portugal, caso venham a vingar as soluções preconizadas pelo Comis-

são. No âmbito dessa revisão, vão, pois, sugerir ao Grupo Parlamentar do PCP a apresentação de uma Proposta de Resolução contemplando todas as possibilidades de uma negociação que tenha em conta as propostas apresentadas por Associações de Pescadores e Armadores, com vista à protecção e gestão de uma zona de pesca adequada à realidade portuguesa.

Quanto à Política Agrícola Comum, analisada no âmbito da revisão intercalar que se inicia a 10 de Julho, o PCP relembra a necessidade de, relativamente à quota do leite, se invocar o estatuto de ultraperiferia como suporte legal, para que seja atribuída à Região dos Açores uma autorização de produção suplementar que satis-

faça a capacidade de produção já existente.

Um desafio

A política educativa regional, alvo de graves erros políticos, deve ser «profundamente alterada» e «expurgada de inconstitucionalidades e ilegalidades» e, no que respeita ao regime de cooperação financeira com as autarquias, aprovado pela maioria PS na Assembleia Legislativa Regional e repudiado por todos os municípios dos Açores, deve ser de novo analisado, já que, para além de «duvidoso» em vários conceitos, é «autoritário» e lesivo da capacidade de realização das autarquias.

Na Resolução Política, o PCP orgulha-se, ainda, de ter sido o proponente da criação das freguesias de Santa Clara, Pilar da Bretanha e Ajuda da Bretanha, em Ponta Delgada, e, solidário com os trabalhadores das IPSS, em luta pela revisão do acordo Colectivo de Trabalho, acusa o Governo Regional de ter interrompido as negociações de «forma auto-

ritária e obsessiva», sem permitir que fosse acordada uma equiparação de horários e férias à Administração Pública. Vai, por isso, apresentar, na sessão legislativa de 2002-2003, uma nova Resolução que permita um novo debate parlamentar sobre a questão.

Por fim, o PCP debruça-se sobre a situação política regional, considerando que está a ser marcada por um enorme «vazio de conteúdo», em que «se sucedem as conferências de imprensa de enaltecimento dos líderes; se acentuam as acusações desligadas dos factos; se escondem, de um lado, as atitudes centralistas e o apoio do PSD/Açores à política de direita do Governo da República e, do outro lado, a governação conflituosa, ineficaz e desligada da realidade do Governo do PS».

Neste quadro, aponta a necessidade urgente de «definir propostas alternativas de poder», «desafio» que aceitam e a que dedicarão grande parte do trabalho do seu 7.º Congresso, que se subordinará ao lema «Defender e reforçar a democracia nos Açores».

PCP recebe PC da China

Uma delegação do Partido Comunista da China foi recebida, na quinta-feira passada, no CT Soeiro Pereira Gomes, por uma delegação do PCP que integrava o seu secretário-geral, Carlos Carvalhas, Vítor Dias, da Comissão Política, Manuela Bernardino, da Comissão Central de Controlo e da Secção Internacional, e Ângelo Alves, do Comité Central e da Secção Internacional. A delegação, que se deslocou a Portugal a convite do PCP, para troca de opiniões e informações sobre a realidade dos dois países e a actividade dos seus partidos, encontrou-se, ainda, com representantes da DORL e da DORP e com a célula da CP.



Violência doméstica na Madeira



Carlos Carvalhas com Edgar Silva, dirigente do PCP/Madeira, e o Padre Tavares

Com a participação do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, foi apresentado, na segunda-feira, num restaurante do Funchal, o livro «A Violência Conjugal na Ilha da Madeira».

Maria José Afonseca, em nome da Organização das Mulheres da CDU/Madeira, apresentou o livro, comentando o processo como o mesmo surgiu, associado a um estudo sociológico e à necessidade de obter dados mais objectivos sobre o problema social da violência e dos maus tratos infligidos às mulheres na região.

Na iniciativa, estiveram presentes dirigentes regionais do PCP e algumas entidades que contribuíram para a realização do estudo e para a reflexão sobre este problema, nomeadamente representantes do Sindicato dos Enfermeiros e do Sindicato dos Professores da Madeira.

VILA FRANCA DE XIRA Má gestão nas OGMA

A situação hoje existente nas OGMA «é fruto da má gestão» dos últimos concelhos de administração que, tendo criado «estruturas pesadíssimas ao nível da administração e direcção», se afastaram da realidade da Força Aérea e procederam a investimentos «duvidosos», colocando a empresa na «situação de crise» em que se encontra.

A denúncia é feita pela Concelhia de Vila Franca de Xira do PCP que repudia qualquer despedimento que a administração pretenda fazer, a pretexto da reestruturação da empresa. Até porque, como é reconhecido, as OGMA «possuem uma mão-de-obra dotada de grande capacidade e tecnicamente bem preparada».

Assim, deputados do PCP pediram já uma visita à empresa, onde vão contactar a administração e as estruturas sindicais. O objectivo é colocar a situação na Assembleia da República e exigir medidas de defesa da empresa, dos postos de trabalho, dos direitos dos trabalhadores.

LISBOA 5.ª Assembleia em Dezembro

A Direcção da Organização Regional de Lisboa do PCP decidiu convocar, para o próximo dia 7 de Dezembro, a 5.ª Assembleia de Organização Regional e, «consciente do peso» que esta organização tem no conjunto do Partido, vai trabalhar para que ela «constitua uma valiosa contribuição» para o seu fortalecimento orgânico e político. A decisão foi tomada em reunião recentemente realizada, onde analisou também a situação política e social, designadamente a política de direita do actual Governo e a luta dos trabalhadores do distrito para lhe fazer frente. Em comunicado para divulgação da sua apreciação à situação, a DORL destaca a importância do abaixo-assinado promovido pelo PCP no sector de Construção Civil, que recolheu seis mil assinaturas, reclamando uma actualização salarial mínima de 50 euros e o pagamento do trabalho extraordinário.

BARREIRO Despedimentos na Quimitécnica

Alegando «falta de rentabilidade», a Quimitécnica, empresa pertencente ao Grupo Mello, avançou, há dias, com um processo de despedimento colectivo, em que inclui o dirigente sindical da empresa. Porém, a Comissão Concelhia do Barreiro do PCP diz que este processo culmina uma série de acções da Administração da empresa, como seja o não cumprimento do AE da Quimigal a que estava obrigada desde o Plano de Reestruturação da Quimigal EP (em 1989), mesmo depois do Supremo Tribunal de Justiça, em Dezembro de 1999, ter dado razão aos trabalhadores ou a sua recusa sistemática em negociar a substituição da convenção colectiva, com vista à salvaguarda dos direitos dos trabalhadores, postos em causa, na sequência do desmembramento da Quimitécnica em três empresas e da alteração do respectivo contrato de trabalho.

Solidário com a luta dos trabalhadores, o PCP vai levar o assunto à Assembleia da República, procurando defender os seus direitos.

Um Partido que marca a diferença

A Conferência Nacional do PCP sobre o novo quadro político e tarefas para o reforço da intervenção e influência do Partido foi um grande acontecimento partidário e nacional.



Francisco Lopes
Membro
da Comissão
Política

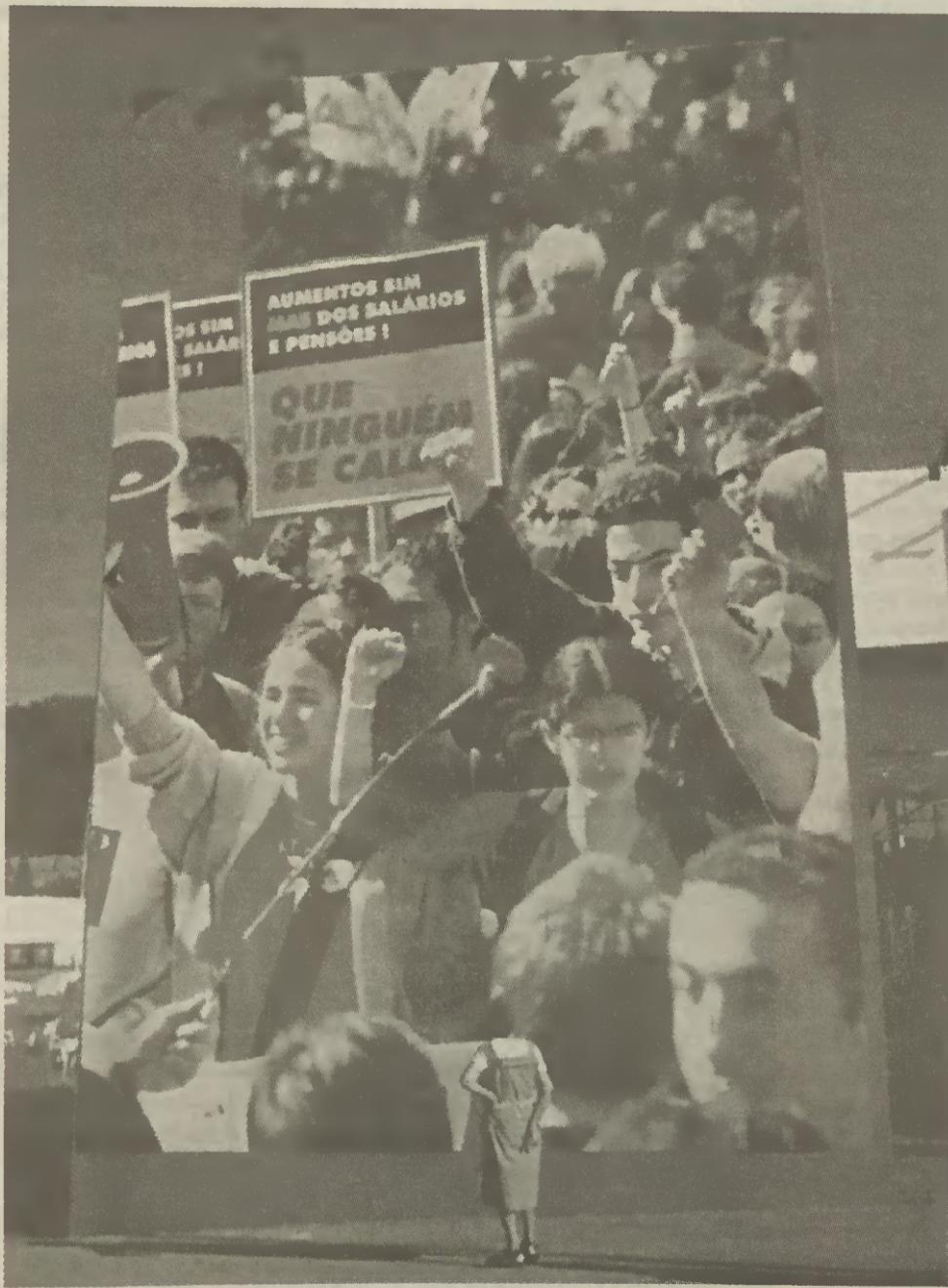
Não há tentativas de desvalorização que apaguem a participação de dezenas de milhar de membros do Partido nas mais de mil reuniões e Assembleias realizadas nos últimos três meses, em que muitos milhares de militantes tiveram a oportunidade de intervir colocando as suas opiniões, sugestões e reflexões, a que se acrescentam as inúmeras contribuições escritas incluindo as mais de cento e quarenta cartas no âmbito da Tribuna da Conferência no «Avante!». Sem dúvida que temos muitas insuficiências e deficiências que precisamos de ultrapassar, mas que outro Partido pode apresentar um tal exemplo de vitalidade e democracia interna?

Ficou demonstrado mais uma vez que, no PCP, é o colectivo partidário que decide da sua orientação e cami-

nho, confirmando-o assim como um Partido capaz de fazer frente às dificuldades bem evidentes das condições em que actua no nosso país e no mundo de hoje, mesmo quando são gigantescas as pressões que sobre ele são exercidas.

O PCP é um partido diferente e, porque tem um compromisso exclusivo com os trabalhadores o povo e o país, porque afronta os interesses das classes dominantes, tem contra si a barreira dos meios poderosos que estas dirigem. Face à adversidade das condições em que luta, já tem sido formulada a pergunta se é viável a existência de um Partido que tem que defrontar interesses e meios tão poderosos. A resposta a essa pergunta é clara: sim, é viável um Partido assim, e essa resposta temo-la dado na prática ao longo da história do nosso Partido. Mas não é uma resposta simples porque a desproporção de meios de intervenção foi, é e será brutal. É necessário que cada quadro e cada militante do Partido tenha consciência das dificuldades de hoje e das dificuldades do futuro, para resistir à pressão que é e vai continuar a ser feita sobre cada um de nós para nos abalar, para nos desmobilizar, para nos fazer desistir.

“O PCP tem um compromisso exclusivo com os trabalhadores, o povo e o País”



Num mundo em que tantos se submetem, o PCP faz a diferença e, assim, neste início do século XXI, torna-se ainda mais necessário como Partido capaz de actuar em condições que lhe são adversas, sem se deixar diluir, com uma redobrada iniciativa e intervenção, ligado às massas, associando no combate de todos os dias os objectivos imediatos ao seu projecto de alternativa política e transformação social.

Ultrapassar deficiências

A Conferência Nacional pôs em evidência aspectos essenciais do papel e da resposta do PCP na actual situação.

Sublinhou a importância do reforço da iniciativa política e da acção de massas, que coloca aos comunistas o prosseguimento do seu trabalho no esclarecimento e na mobilização dos trabalhadores e das populações, no fortalecimento dos movimentos de massas, do trabalho unitário, da acção e iniciativa própria das organizações e dos militantes, tendo no centro das suas atenções as realidades e os problemas das áreas onde actuam, combatendo a forte ofensiva que o Governo PSD/CDS-PP pôs em marcha. Orientação de que se salienta a acção «Em movimento por um Portugal com futuro», inserida no combate ao fatalismo que apresenta o nosso país como condenado ao atraso e na afirmação e luta para que Portugal seja um país mais desenvolvido e mais justo.

Destacou o fortalecimento da coesão partidária e o aprofundamento da democracia interna como elementos essenciais para um partido que não confunde o direito de opinião de cada militante, inscrito nos seus princípios de funcionamento, com um género de direito à desagregação do Partido que alguns dos promotores do trabalho fraccionário querem reclamar para si próprios. E, em coerência com tal postura, revelou a determinação de um Partido que não está disponível para aceitar comportamentos e atitudes de quem arrogantemente recusa todos os apelos para se integrar e inserir as suas opiniões no funcionamento colectivo e persiste numa acção para denegrir a imagem pública e desagregar o funcionamento do Partido.

Apontou caminhos para ultrapassar problemas e insuficiências, melhorar o funcionamento e assegurar o fortalecimento do Partido para o qual, na concretização das conclusões do XVI Congresso e do debate agora efectuada, decidiu a realização de um movimento geral de reforço do Partido sob o lema «Sim, é possível! Um PCP mais forte!», conjunto articulado de orientações que constituem uma interpelação a cada militante para tornar o PCP mais interveniente, mais forte e mais influente.

A Conferência Nacional mostrou a quem quiser ver que, assente na força e influência que tem e não pode desprezar, contando com a participação, a criatividade e determinação de dezenas de milhar de militantes, em estreita ligação com os trabalhadores e o povo português, de olhos postos no futuro, o PCP está em condições de enfrentar os problemas, sobressaltos e desafios que se lhe colocam e de cumprir o seu insubstituível papel na época em que vivemos.

Greve na pesca

Os pescadores do arrasto costeiro do Norte cumpriram o seu décimo nono fim-de-semana de greve, iniciada em 16 de Fevereiro, que já foi prolongada por mais quatro períodos. Estes trabalhadores estão em luta pela «revisão séria e justa» do contrato de trabalho.

Após uma intensa contestação, o Ministério do Trabalho cedeu à exigência de convocar uma reunião de conciliação para negociação do contrato de trabalho para a pesca de arrasto costeiro, que os pescadores esperam ser o início de um acordo justo, «que melhore e dignifique as condições de vida dos trabalhadores da pesca do arrasto costeiro, melhorando o nível das remunerações e pondo termo ainda que gradualmente às discriminações que se registam no subsídio de Natal, férias e subsídio de Férias, bem como ao pagamento mais justo do trabalho extra aos fins-de-semana».

Salários em atraso

A Rádio Capital voltou a não liquidar no prazo legal, e pelo segundo mês consecutivo, o pagamento dos salários dos seus trabalhadores, adiando para a próxima semana a satisfação de tal compromisso. Esta atitude foi denunciada pelo Sindicato de Jornalistas (SJ), que considera que a empresa se arroga do direito de «fixar unilateralmente o prazo de cumprimento das obrigações», à margem das regras legais.

O SJ já desencadeou «os necessários procedimentos» junto da Inspeção Geral do Trabalho e denuncia o que pode ser uma manobra tendente a «criar uma atmosfera de desconfiança» com vista a desmotivar os trabalhadores de permanecerem ao serviço da empresa. «A confirmar-se tal receio, estaremos perante um quadro de chantagem económica e emocional absolutamente inacreditável», considera o SJ.

Intimidação e medo

A administração do Hotel Aqua Flavie, em Chaves, «não respeita os elementares direitos dos trabalhadores e impôs um clima de intimidação e medo». Esta é a opinião do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Norte – filiado na CGTP – que sustenta esta sua convicção em diversas situações de incumprimento dos propósitos legais e contratuais por parte da empresa, tal como o não pagamento de feriados e subsídios nocturnos, a não elaboração de mapas de férias, a alteração de horários, folgas, funções e mesmo de local de trabalho. O sindicato acusa a administração de apenas dar um dia de folga quando o contrato colectivo a obriga a dar, pelo menos, dia e meio e denunciou o recente despedimento de dois trabalhadores que recentemente se sindicalizaram.

Desmembramento da CP e privatização dos sectores rentáveis prejudicam utentes e trabalhadores

Defender o serviço público ferroviário

Numa inédita acção conjunta, estruturas de trabalhadores e de utentes promovem uma campanha pública em defesa do serviço público de caminho-de-ferro.

O desmembramento da CP encareceu o sistema, que custa mais hoje ao País do que quando existia apenas a

CP como empresa ferroviária, afirmam as organizações promotoras da campanha, de nome «Serviço público ferro-

viário – um direito a defender». Sindicatos, comissões de trabalhadores e comissões de utentes, todos entendem que o desmembramento e a privatização prejudicam tanto trabalhadores como utentes do serviço.

A campanha pretende mostrar que as empresas

os agravou. Em 1992, último ano da CP enquanto empresa com a totalidade da infra-estrutura, exploração e manutenção do material, a empresa contava com mais de 18 mil trabalhadores e transportou 177 milhões de passageiros e 7,9 milhões de toneladas. Após o desmembramento, os trabalhadores das três principais empresas (CP, REFER e EMEF), em finais

do ano passado, não ultrapassavam os 12 570. Também o número de passageiros diminuiu. Concluindo, diminuiu o número de trabalhadores e de passageiros, aumentou o défice e o preço. De salientar ainda o facto de nenhum dos operadores privados construir as infra-estruturas que depois utilizam – novamente o caso da FERTAGUS –, bem revelador das benesses concedidas.

No mesmo sentido interveio Rui Ramos, da Comissão de Utentes da Linha de Sintra, no debate que se seguiu à conferência de imprensa, onde citou Crisóstomo Teixeira, administrador e «grande teórico da privatização da CP», que dizia, numa entrevista realizada em 1999, que muito havia ainda a melhorar antes de se proceder à privatização da empresa.

Os mesmos interesses

«Toda a campanha com vista à privatização das partes rentáveis da CP baseia-se nos custos que o País tem com o serviço ferroviário, alegando que estas

empresas dão cada vez mais prejuízos», lê-se no documento distribuído à população na âmbito da jornada de esclarecimento em defesa do serviço público. Mas a realidade, garantem as organizações promotoras, é que os prejuízos cresceram à medida

que a CP foi sendo desmembrada e «porque os governos não pagam o que devem pelo serviço público prestado

e crescem porque não se responsabiliza ninguém

pelos actos de má gestão praticados e opções tomadas ao longo dos anos».

Contrariamente à privatização de parte da CP – os serviços mais rentáveis, o que agravaria ainda mais o défice público nestas empresas, que ficariam a braços apenas com os custos –, os trabalhadores e os utentes, conscientes da sua comunhão de interesses, propõem medidas de relançamento deste serviço essencial: alargamento do serviço do caminho-de-ferro a mais pontos do País; aumento da oferta de acordo com as características de mobilidade em cada região, retomando as circulações que têm vindo sistematicamente a ser retiradas; a melhoria da qualidade do serviço prestado e do atendimento aos utentes, travando a redução de efectivos; aumento dos padrões de segurança, comodidade, fiabilidade e conforto; aumento da componente social do serviço, só possível com a manutenção das empresas no quadro do sector empresarial do Estado; nomeação de gestores competentes.



Os operadores privados cobram três vezes mais do que a CP por quilómetro, denunciaram as organizações promotoras

Alternâncias

• Rego Mendes

O Sector Ferroviário é alvo duma forte ofensiva, estando em preparação, através do que chamam CP-EPE – «Holding», a concessão de praticamente todos os serviços, visando alguns casos transferir encargos para as autarquias, com consequências negativas para a economia, os trabalhadores, os utentes e a população em geral.

As áreas que estão sob ameaça mais imediata são as que prestam o serviço suburbano nas zonas da Grande Lisboa (2.º semestre de 2002) e do Grande Porto (fins de 2002/início de 2003).

Entre as acções que consideram fundamentais para as novas empresas encontra-se o aumento tarifário médio da ordem dos 10 por cento.

Todos os que circulam nos suburbanos de Lisboa e do Porto ficam desde já a saber qual o «benefício» imediato que os que combatem o serviço público ferroviário prestado pela CP lhes destinam. São as chamadas «vantagens da privatização».

Estas são as medidas para os caminhos-de-ferro que o Governo do PSD se propõe levar a cabo, como opção clara da sua política de direita, ou seja, fazer recair sobre os trabalhadores o total dos encargos duma actividade fundamental para o funcionamento da economia.

Não se pense, no entanto, que estão sozinhos neste projecto, pois quem os antecedeu preparou o caminho, tornando viável as privatizações anunciadas.

Há que lembrar as acções do Governo do PS, tais como: a criação do Instituto Nacional do Transporte Ferroviário (cuja principal tarefa até hoje foi a elaboração do contrato com a FERTAGUS); a criação da REFER (com todas as infra-estruturas ferroviárias); o DL 285/99 que criou o enquadramento legal das privatizações de segmentos de actividade da CP; a orientação para a privatização de todas as áreas de actividade, conforme Resolução do Conselho de Ministros publicado em Diário da República; a orientação para o Conselho de Gerência da CP para elaborar e executar um calendário de acções com o fim de privatizar as diferentes actividades.

Para fazer frente ao processo em curso já o Movimento Sindical, as Comissões de Trabalhadores e as Comissões de Utentes iniciaram uma campanha de esclarecimento e de luta que visa impedir mais este atentado contra o direito à mobilidade.

Esta luta é obviamente contra o Governo do PSD, agente da actual ofensiva. Porém, não podemos esquecer que o PS, apesar de se fingir oposição, tem as mesmas opções para o sector, o que é mais uma prova do que o PCP tem afirmado: não é alternância de governos com a mesma política que resolve os problemas nacionais, mas sim uma política alternativa.

privadas, como a FERTAGUS, concessionária da travessia ferroviária da Ponte 25 de Abril, praticam preços por quilómetro três vezes mais elevados do que a CP e que no plano de privatização das linhas suburbanas de Lisboa – as mais rentáveis, como as de Sintra, Cascais, Azambuja e Sado – está previsto um aumento de 10 por cento nas tarifas.

Mas não é tudo. Foi igualmente denunciado na conferência de imprensa, realizada na passada segunda-feira na estação do Rossio, em Lisboa, que o desmembramento não só não resolveu os problemas fundamentais como ainda

93 por cento de adesão na Petrogal

Os trabalhadores da refinaria de Sines da Petrogal estiveram em greve nos passados dias 27 e 28, exigindo o desenvolvimento de todas as actividades da empresa, incluindo a exploração petrolífera e refinação, nas refinarias de Sines e do Porto. Con-

vocada pelo SINQUIFA, sindicato do sector filiado na CGTP, a greve contou com uma adesão a rondar os 93 por cento.

A paralisação da maior refinaria do País, com cerca de 500 trabalhadores, fez com que um barco que se preparava, no primeiro dia de greve, para carregar combustível tivesse que abandonar o cais e

esperar, ao largo, pelo final da greve. Além da exigência de uma estratégia para o futuro da Petrogal, os trabalhadores reivindicam o pagamento de um prémio de produtividade de cerca de 1300 euros e de um bónus equivalente ao pagamento mensal de um trabalhador.

Despedimentos nos seguros

O SINAPSA, Sindicato Nacional dos Profissionais de Seguros e Afins, denunciou na passada semana o processo de despedimento colectivo em curso na DB Vida, adquirida recentemente pela Zurich. Afirma o sindicato que «depois dos processos de «reestruturação», em que as rescisões dos contratos por «mútuo acordo» são a pedra de toque, a que se juntam as reformas antecipadas, as transferências compulsivas, as pressões directas sobre os trabalhadores», perfilam-se novos ataques.

Após ter sido adquirida pela Zurich – e

depois de diversas propostas, não aceites, de rescisão –, a DB Vida avançou com um processo de despedimento colectivo, que o sindicato considera ser uma manobra concertada com a Zurich, cabendo à DB Vida fazer o «trabalho sujo».

O SINAPSA discorda da impunidade com que agem as empresas seguradoras, e sobretudo as multinacionais, e defende que os trabalhadores «não são peças descartáveis que se usam e deitam fora», sendo, antes, «pessoas que apenas têm a sua força de trabalho para subsistir».

Números do Ministério da Saúde são enganadores

Greve com elevada adesão

A greve dos administrativos e auxiliares de hospitais e centros de saúde, decretada pela Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, e realizada no passado dia 28, registou uma adesão de cerca de 80 por cento.

«Só o Ministério da Saúde não viu os elevados índices de adesão que se verificaram», afirmou a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública (FNSFP)

O Ministério pretende esconder que a adesão rondou os 80 por cento

que acusou o executivo de ter obrigado os serviços a contabilizar todo o pessoal da instituição e a fazer a percentagem contando como não grevistas os trabalhadores que estavam em serviços mínimos. Feitas as contas desta maneira, o Ministério da Saúde «concluiu» que a adesão teria sido de... 20 por cento.

A Federação propõe que os cálculos sejam feitos de forma correcta, ou seja, que se contabilizem os grevistas a prestar serviços mínimos – que de facto são – e calcular a percentagem de

aderentes tendo em conta os trabalhadores que, de facto, deveriam estar ao serviço (excluindo os ausentes por doença ou férias). Desta forma, os resultados seriam outros, bem mais expressivos: 75 a 80 por cento de adesão, número defendido pela Federação dos Sindicatos da Função Pública.

Esta paralisação nacional teve como objectivo expressar mais uma vez a oposição destes trabalhadores às medidas do Governo, nomeadamente no que respeita à falta de resposta ao caderno reivindicativo, entregue há cerca de dois meses com pedido de reunião, e à questão do emprego precário no sector, que afecta cerca de 20 mil trabalhadores da saúde e «que o Governo, obstinada-

mente, se recusa a ver a resolver».

Responsabilidades do Governo

Face à postura do Governo de se recusar a ouvir e a resolver os problemas dos trabalhadores do sector, a FNSFP considera portanto que todos os transtornos causados aos utentes no dia da greve serão da exclusiva responsabilidade do Executivo e dessa sua postura.

Os dados da greve são os seguintes, e bem longe dos oficiais 20 por cento: no Hospital de São José, a central de consultas funcionou, mas de forma ilegal, com enfermeiros e médicos a substituir administrativos e auxiliares, todos em greve, e o bloco operatório esteve encerrado; em Santa Maria, os blocos operatórios e a central de consultas estiveram encerrados, bem como a generalidade das consultas; no Instituto Português de Oncologia, a central de consultas esteve encerrada; também no Curry Cabral a central de consultas não abriu,



A saúde não é só médicos e enfermeiros. A prova está nas consequências da greve do passado dia 28

tal como o bloco operatório, tendo apenas funcionado, com serviços mínimos, urgências e enfermarias; no Hospital dos Capuchos, a central de consultas e a farmácia encerraram, as enfermarias estiveram a 60 por cento e o serviço de Raio X só prestou serviços mínimos; no Egas Moniz, a adesão foi de 80 por cento; no Hospital

de Vila Franca de Xira, prestaram-se apenas os serviços mínimos.

Outros hospitais, localizados no Porto, Coimbra, Braga, Setúbal, Castelo Branco, Faro, Évora, citando apenas alguns, prestaram apenas serviços mínimos e registaram elevadas adesões à greve.

A nível dos centros de saúde, muitos estiveram

completamente encerrados e outros, que prestam mais serviços, asseguraram os mínimos.

O elevado índice de adesão vem mostrar, segundo a FNSFP, a «forte determinação da luta dos trabalhadores da saúde em obrigarem o ministro a dialogar e o Governo a resolver o problema do emprego precário».

Paralisação nas minas de Aljustrel

Mais de 90 por cento dos trabalhadores das Pirites Alentejanas, empresa responsável pelas minas de Aljustrel, pararam, no passado dia 27, durante uma hora para reivindicar a retoma da extracção e a imediata correcção de salários.

Carlos Formoso, do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Mineira, disse à Lusa que «mais de 90 por cento dos 82 trabalhadores paralisaram durante algo mais que uma hora e concentraram-se em frente aos escritórios da administração», tendo sido recebidos por um dos administradores da empresa canadiana que comprou à Empresa de Desenvolvimento Mineiro

(de capitais públicos) as Pirites Alentejanas. Os trabalhadores exigiram ao administrador que procedesse à correcção imediata dos salários, congelados há quase dez anos.

Face à ausência de respostas concretas – o administrador limitou-se a considerar justas as reivindicações, «empurrando» para a restante administração a resolução do problema –, os trabalhadores entregaram um novo pré-aviso de greve, agora para o próximo dia 11. Até porque, entendem os trabalhadores, a correcção de salários para 82 pessoas representa um peso económico «perfeitamente suportável» para a empresa.

Outra das reivindicações dos mineiros prende-se com o incho dos trabalhos preparatórios para a retoma da laboração, que já deveriam estar a decorrer, nomeadamente nas galerias de minério e na abertura das rampas de acesso. Como nada disto está a ser feito, os mineiros acusam a administração de se esconder atrás do baixo preço a que está o zinco e duvidam das intenções da Eurozinc: «não sabemos se veio para garantir o futuro da mina ou para “limpar” de vez os trabalhadores», afirmou, à Lusa, o sindicalista.

A empresa Pirites Alentejanas emprega 82 trabalhadores – que asseguram a manutenção do complexo e

os serviços administrativos – e explorou cobre nas minas de Aljustrel até 1992, tendo, em 1993, interrompido a produção, alegadamente por falta de viabilidade económica.

Em 1999, foi novamente admitida a hipótese de retomar a laboração, tendo o Governo encomendado estudos à canadiana Eurozinc para avaliar a quantidade e qualidade de minério existente no solo. Sobre os estudos, concluídos em 2000, Carlos Formoso entende que estes «obtiveram resultados positivos e concluíram que existem filões de zinco, minério no qual deverá assentar a futura exploração».

Trabalhadores das autarquias voltam à rua amanhã

Intensificar o combate

Os trabalhadores das autarquias locais vão manifestar-se amanhã em Lisboa contra a política do Governo PSD/CDS-PP. A acção consiste na concentração de dirigentes e activistas sindicais junto ao Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, com o objectivo de pressionar o ministro Isaltino Morais a reunir-se com o sindicato e debater os problemas do sector.

Este protesto não será o único, já que estes trabalhadores estarão presentes, e com «forte presença», na jornada da CGTP do próximo dia 10 de Julho, em defesa da Segurança Social, voltando ainda às ruas da capital no dia 16 para um plenário nacional, com desfile até ao Ministério.

Este calendário de acções, que inclui ainda a realização de iniciativas de esclarecimento da opinião pública, designadamente de uma exposição sobre os erros de gestão na administração pública, foi aprovado pela direcção nacional do STAL, que reuniu no passado dia 27, para fazer o balanço das manifestações de 7 de 20 de Junho e para analisar as próximas acções de luta no sector.

Para além de medidas como o aumento do IVA, a criação do quadro de disponíveis ou o fim do crédito à habitação, o STAL «condena a política de privatizações anunciada pelo Governo e defende a efectiva modernização e valorização da administração e dos serviços públicos, notando que Portugal, ao contrário do que afirma a propaganda da coligação de direita no poder, é dos países da União Europeia com menor taxa de emprego público». E a prova está nos dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, segundo os quais os funcionários públicos representam, no nosso país, 14,8 por cento do total de empregados, nível que se situa bastante abaixo de países como a Suécia, com 32 por cento, a Finlândia, com 24,3 por cento, França, com 21,3 por cento, e mesmo a Espanha, com 15,2 por cento.

A direcção do STAL afirma-se ainda preocupada com a anunciada privatização do IPE – Instituto de Participações do Estado – pois este instituto detém importantes parcelas dos sistemas multimunicipais, que assim correm o risco de passar para a mão de entidades privadas, «colocando na sua dependência as autarquias aderentes aos sistemas». A confirmar-se mais esta privatização, alerta o STAL, «não só as autarquias perderão importante património pelo qual nunca foram devidamente compensadas, como os preços da água e das taxas de resíduos sólidos sofrerão um significativo aumento».

Carris insiste na luta

A Carris voltou a paralisar. Pela décima quinta vez este ano. Os trabalhadores pararam no passado dia 27, entre as 17.30 horas e as 20.30 horas, tendo-se registado uma adesão a rondar os 95 por cento.

Os trabalhadores da empresa transportadora de Lisboa contestam o comportamento do Conselho de Administração e do Governo «de recusa pela continuação das negociações directas e pela imposição de um acto de gestão de 3,3 por cento» e exigem aumentos reais dos salários.

Durante o Verão, serão encontradas novas formas de luta na empresa, até à realização de novo plenário, em Setembro, onde os trabalhadores decidirão sobre a melhor maneira de prosseguir e intensificar a luta pelas suas reivindicações.



Desemprego sobe no Norte

A taxa de desemprego na região Norte cifrou-se nos 3,7 por cento no primeiro trimestre deste ano, o que representa uma subida comparativamente aos 3,6 por cento no último trimestre do ano passado, divulgou sexta-feira o Instituto Nacional de Estatísticas. A análise por sectores de actividades destaca os serviços como o principal sector empregador da região Norte, onde continua a ser o maior dinamizador do crescimento do emprego. Por seu turno, os sectores da indústria e construção e da agricultura, silvicultura e pesca registaram decréscimos no número de indivíduos empregados de 14 200 e 7100 indivíduos, respectivamente, face ao trimestre homólogo.

Assembleia contra Nova Setúbal

Os deputados municipais de Setúbal criticaram, na passada semana, o acordo do anterior Governo relativo à aprovação do Plano de Pormenor da Nova Setúbal, em Vale da Rosa, que inclui 7200 fogos e uma zona desportiva.

O projecto - que é criticado pelas deficiências em matéria de acessibilidades e de infra-estruturas - encontra-se em período de consulta pública. A Assembleia Municipal reuniu extraordinariamente para apreciar apenas este assunto.

O presidente da Câmara de Setúbal, Carlos de Sousa, disse, entretanto, que foi um projecto que começou atrás para a frente. «Neste processo verificou-se um passo político único do mundo: com a pressa devido às eleições autárquicas, o executivo anterior conseguiu, em 11 dias, um despacho dos ministros do Ambiente e da Agricultura para considerar o projecto imobiliário como utilidade pública», acusou.

Peniche convida Comissário Europeu das Pescas

A Assembleia Municipal de Peniche convidou sexta-feira o Comissário Europeu para as Pescas a visitar a cidade para constatar as consequências que a aplicação da proposta de eliminação das ajudas à pesca terá no concelho.

De acordo com moção aprovada por unanimidade na Assembleia Municipal de Peniche o objectivo é que o Comissário Franz Fischler «reconheça a realidade do sector das pescas» na cidade, que tem o porto de pesca onde é descarregado o maior volume de peixe do País. O texto da moção manifesta ainda «a sua frontal oposição ao projecto de revisão da Política Comum das Pescas» nomeadamente a proposta de pôr fim às ajudas à renovação da frota.

A moção, apresentada pela CDU local, foi enviada para a Comissão Europeia, Parlamento Europeu, Comissão de Agricultura da Assembleia da República, Grupos Parlamentares e ministros da Agricultura.

Juntas de Freguesia exigem mais verbas

O Conselho Geral da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE) portuguesas reivindicou sábado, em Faro, o aumento de verbas para as autarquias de 2,5 para 3 por cento do Orçamento Geral do Estado. Reunido no Auditório da Biblioteca Municipal de Faro, a ANAFRE exigiu ainda ao Governo o início imediato do processo de descentralização administrativa, o qual deverá abranger todas as Juntas de Freguesia portuguesas.

Seixal descentraliza competências

A Câmara Municipal do Seixal assinou na passada semana com seis freguesias do concelho (Aldeia de Paio Pires, Amora, Arrentela, Corroios, Fernão Ferro e Seixal) um conjunto de protocolos com vista à delegação de competências, transferindo para o efeito 424 mil contos do orçamento municipal.

Com esta iniciativa, a Câmara pretende reforçar as competências das Juntas de Freguesia em áreas como a conservação de bermas e passeios, escolas do 1.º ciclo do ensino básico, espaços verdes, animação de espaços públicos e polidesportivos.

JCP contra fim do crédito bonificado

A Organização Regional de Santarém da JCP realizou na passada semana uma acção de protesto contra o fim do crédito bonificado. O protesto dos jovens comunistas teve lugar no Largo Cândido dos Reis, em Santarém, e contou com a montagem de duas tendas de campismo assim como a distribuição de documentos sobre a posição da JCP relativamente a esta questão.

Esta acção pretendeu sensibilizar e alertar a população para as medidas injustas do Governo que, segundo a JCP, irão impedir os jovens e as camadas mais desfavorecidas de adquirir casa própria.

«Os Verdes» reúnem no Porto

Em Setembro deste ano vai decorrer, em Joanesburgo, uma nova Cimeira da Terra, que pretende fazer o balanço da execução dos compromissos assumidos há 10 anos, no Rio de Janeiro, na Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento.

Em comunicado, «Os Verdes» acusam, no que diz respeito ao Estado português, que a preparação desta Cimeira «deveria ter sido feita com o envolvimento dos cidadãos, das associações, sindicatos, universidades, etc., e não confinada aos segredos dos gabinetes».

Neste sentido, o Partido Ecologista «Os Verdes» realizou sábado, no Auditório do Edifício Administrativo do Parque da Cidade do Porto, um debate sob o lema «Rio, 10 anos depois». Decorreu igualmente uma reunião do Conselho Nacional de «Os Verdes», que analisou a actual situação ecológica e o plano de intervenção para os próximos meses.

Os imigrantes ilegais a residir em Portugal serão alvo de processos de afastamento do território nacional

CGTP contesta lei da imigração

O Governo apresenta, hoje, uma proposta da lei na Assembleia da República que estabelece quotas para a entrada de estrangeiros no nosso país.

A CGTP acusa o Governo de tencionar impor uma nova legislação para a imigração mais rígida e restritiva. Numa nota divulgada, na passada semana, a propósito da iniciativa do Governo sobre imigração, a CGTP considera que, ao pretender substituir o regime de autorização de permanência por vistos e autorização de residência recolhidos no país de origem, o Governo vai criar condições para o

aumento do número de trabalhadores imigrantes ilegais no nosso país. «Ao prever um regime de transitoriedade para os actuais portadores de autorização de permanência, sem explicar qual e como, o Governo lança uma enorme carga de insegurança e angústia nestes trabalhadores», afirma a central acrescentando que «o princípio de contingentação (quotas) de imigrantes» obedece unicamente a critérios economicistas.

A posição foi tomada pela comissão executiva da Intersindical que analisou as possíveis consequências da alteração da Lei da Imigração, cujo o projecto foi entregue na Assembleia da República.

A CGTP defende que as autoridades portuguesas devem conceder autorização de residências aos imigrantes

a trabalhar em Portugal em vez de autorização de permanência, e facilitar-lhes o reagrupamento familiar.

A central sindical critica ainda o facto de as organizações sindicais, de imigrantes e de solidariedade anti-racistas não terem sido ouvidas antes de o Governo ter apresentado o projecto de autorização legislativa na Assembleia da República.

A CGTP reconhece a necessidade de regular os fluxos migratórios mas não como base de repressão, desconfiança e desrespeito pelos direitos mais elementares das pessoas.

Trabalho ilegal no Algarve

O Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho (IDICT) detectou sexta-feira 100 trabalhadores ilegais durante uma inspecção ao sector da construção civil no Barlavento algarvio.

Segundo disse à Lusa fonte do IDICT, os trabalhadores ilegais, sobretudo estrangeiros oriundos do Leste Europeu, foram notificados pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) para abandonar de imediato o País, tendo sido levantados os autos às entidades empregadoras.

Crimes de exploração de imigrantes aumentam

O número de processos crime associados à exploração de imigrantes aumentou 240 por cento de 2000 para 2001. As previsões apontam ainda para um novo aumento este ano.

Os números são do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), que na passada semana anunciou a detenção de dois cidadãos moldavos na zona de Aveiro. Diz o SEF, em comunicado, que um dos elementos é «um elo destacado da rede que actuava de Norte a Sul do País, presumivel-

mente, no âmbito da angariação de mão-de-obra ilegal e auxílio à imigração ilegal». Fonte do SEF disse à Lusa que se tratava de um tipo de crimes cuja «tendência tem sido para aumentar», até porque é uma actividade muito lucrativa.

O envolvimento de portugueses neste tipo de actividades é também cada vez maior, integrados em grupos que actuam desde os países de origem dos imigrantes até ao destino final. Normalmente estas «mafias» recu-



Auxílio à imigração ilegal, burlas, extorsão, agressões físicas e alguns casos até mesmo homicídios. É este o cenário dos crimes relacionados com os imigrantes clandestinos

No decurso da acção, que decorreu durante três dias, foram inspeccionados 699 trabalhadores, dos quais 277 estrangeiros legalizados.

A nível das condições de higiene e segurança no trabalho, o IDICT emitiu 289 suspensões imediatas de trabalho, 70 notificações para a tomada de medidas, num total de 306 infracções. Riscos de queda em altura, nomeadamente de andaimes deficientes e com falta de

protecção, escadas interiores sem protecção, aberturas em elevadores e ainda situações de falta de escoramento e protecção em valas abertas, foram a maioria das infracções detectadas.

Admitindo que este tipo de acções vão continuar, quer no sector da construção civil como noutras actividades económicas, o IDICT revelou que os valores das coimas aos infractores atingirão valores elevados, mas ainda não definidos.

Os emigrantes ilegais nos países do Leste da Europa, acompanham a viagem para Portugal e uma vez cá recebem uma parte do salário, já abaixo do que seria normal porque os próprios empregadores de ilegais também ganham a sua parte.

O SEF lembra também que quando o trabalhador não paga determinadas quantias aos angariadores sofre pressões e são comuns os casos de extorsão, de violência física e até homicídios.

Segundo dados fornecidos

à Lusa pelo SEF, este ano foram condenados em processos-crime (nomeadamente por auxílio à imigração ilegal e falsificação de documentos) 16 cidadãos, dos quais cinco brasileiros, quatro portugueses, três guineenses, dois angolanos, um russo e um moldavo. No ano passado foram 23 as acusações, a maior parte de portugueses (sete), seguindo de moldavos (quatro) romenos e ucranianos (três), sempre condenados por crimes de auxílio à imigração ilegal.

Câmara de Sintra aprova recomendação da CDU

A Câmara Municipal de Sintra decidiu sexta-feira, por proposta da CDU, recomendar à REFER o estacionamento gratuito em Rio de Mouro para utentes dos transportes públicos rodoviários e ferroviários.

A proposta, da autoria conjunta dos vereadores da CDU, Guadalupe Gonçalves

e Baptista Alves, visa recomendar à REFER «o estacionamento gratuito para os utentes destes transportes públicos com título de transporte válido», uma vez que já se encontra concluído o novo interface de Rio de Mouro. Trata-se de uma medida que segundo a autarca também deverá ser adop-

tada na futura estação de Queluz-Belas, cuja conclusão está prevista até Agosto.

Durante a reunião do executivo camarário, o vereador do CDS-PP Lino Ramos sugeriu que o estacionamento deveria ser gratuito junto de todos os interfaces construídos e por construir. Uma ideia partilhada pelos

vereadores da CDU que estão contra o pagamento de tarifas nestes parques de estacionamento por considerarem que não favorece a utilização do transporte colectivo, pois para a eficácia do transporte colectivo é importante que os utentes da CP tenham condições para estacionar os seus carros.

Resolução Política da Direcção Nacional

JCP apela à luta

Os jovens comunistas propõem-se «dar firme combate às medidas preconizadas pelo Governo PSD/CDS-PP que atentam contra os direitos dos trabalhadores».

As ofensivas do Governo aos direitos dos trabalhadores e dos jovens têm sido uma constante, desde a retirada do crédito bonificado aos despedimentos na função pública, passando pelo encerramento de inúmeras escolas no horário

nocturno, e a perspectiva de encerramento de instituições dos ensinos básicos e secundário, assim como de cursos de várias escolas e supressão de verbas de apoio ao movimento juvenil. Esta acusação é feita pela Direcção Nacional da JCP, reunida no domingo, em Lisboa.

É preciso dar firme combate às medidas do Governo PSD/CDS-PP

Tal como os seus antecessores, «também este Governo pretende aproveitar o período de férias dos portugueses para tentar implementar um conjunto de medidas que vão acentuar ainda mais a precária qualidade de vida dos portugueses», afirma o documento. Exemplo disso são os ataques aos direitos dos trabalhadores, ao sistema público, universal e solidário de segurança social, à educação pública gratuita e de qualidade, nomeadamente através das propostas de lei sobre o regime jurídico do desenvolvi-

mento e qualidade no ensino superior e sobre o estatuto dos alunos do ensino não superior.

A JCP deixa ainda um aviso: «é preciso dar firme combate às medidas preconizadas pelo Governo PSD/CDS-PP», devendo os militantes da JCP dinamizar a intervenção e a luta juvenil, contribuir para cada jornada de luta marcada, para cada iniciativa de protesto e agenda, destacando-se a acção de luta da CGTP-IN no dia 10 de Julho. Além das iniciativas já marcadas, as organizações da JCP vão tomar posições públicas através de notas e conferências de imprensa, elaboração e distribuição de documentos próprios, entre outras iniciativas, privilegiando as acções de rua e o contacto com as massas juvenis.

Professores pelo emprego

Os professores afectos ao Sindicato dos Professores da Grande Lisboa participaram sexta-feira numa corrida de obstáculos, na Avenida 5 de Outubro, frente ao Ministério da Educação, numa iniciativa que visou protestar contra a política levada a cabo pelo actual Executivo.

Os docentes pretenderam assim chamar a atenção para a política seguida pelo Ministério da Educação, que mantém professores e

educadores com contratos a prazo durante «anos a fio». Os protestos dos professores, contratados ou desempregados, começaram na Praça do Saldanha e acabaram frente ao Ministério. Durante o percurso foram colocados obstáculos para simbolizar as dificuldades da carreira. Poucos participantes chegaram à meta, uma vez que foram encaminhados para um desvio chamado «desemprego».

JCP concentra-se junto à Embaixada de Espanha Contra a «Europa-fortaleza»

Várias dezenas de jovens comunistas concentraram-se, na passada quarta-feira, dia 26, junto à Embaixada de Espanha contra a «atitude repressiva adoptada pelo Estado espanhol para com a delegação da JCP e do PCP e para com outros cidadãos» que no passado dia 22 se deslocavam a Sevilha para legitimamente se manifestarem contra as intenções da Cimeira de Sevilha.

Ana Lourido, da Comissão Política da JCP, afirmou que o governo de José Maria Aznar, à semelhança dos seus congéneres da direita europeia, deixou claro o seu conceito de democracia e

Europa Social, considerando que os cidadãos portugueses foram impedidos de entrar em território espanhol não por razões de segurança mas com o fim de silenciar a luta dos trabalhadores e dos povos.

Os incidentes junto à fronteira mostram, segundo os jovens comunistas, que a apreçoada liberdade de circulação de capitais, pessoas e bens só é válida se for a favor dos «interesses dos grandes senhores do dinheiro».

Sobre os objectivos da Cimeira, Ana Lourido, lendo o comunicado da organização, referiu que esta visava o aprofundamento da «Europa-

fortaleza», embora não tenha almejado atingir a totalidade dos objectivos.

Ao Governo português a JCP exige mais do que o «perdão imediato» concedido. Esta atitude deixa claramente transparecer que «tomaria as mesmas medidas caso a situação fosse em Portugal», mostrando que «quando toca a defender o sistema capitalista, todas as medidas são legítimas, mesmo que ilegais e repressoras».

No fim, a JCP deixa aos governos europeus uma mensagem: «a luta emancipadora dos trabalhadores e dos povos jamais será silenciada».

• Jorge Sarabando

O efeito Berlusconi

Na actual fase de intenso debate à esquerda, muitos parecem não se dar conta do alcance e natureza da viragem política ocorrida na Europa na sequência dos últimos actos eleitorais. Tratar-se-ia, no seu entendimento, apenas de um momento pendular na tradicional alternância de poder entre partidos social-democratas e conservadores, a que se seguiria a vitória dos partidos agora derrotados. Tal avaliação subestima o que há de qualitativamente novo no actual quadro e tende a absolver as responsabilidades que os partidos socialistas que exerceram o poder têm na erupção e crescimento das forças xenófobas e populistas. O que é novo não é apenas estarem os partidos da extrema-direita

futuro presidente da AEP, Ludgero Marques, publicada no Jornal de Notícias do último sábado, é, por isso, uma peça exemplar, não tanto pela linguagem crua e a pose sobranceira, mas pela visão instrumental do Estado que nela transparece e pela infrene confusão que faz entre gestão de uma empresa e governo de um País. Deixemos de parte as referências ao PS, embora ofereçam o retrato de uma época, com as tintas próprias de um «affaire» de ocasião: era um «governo de esquerda», com «linguagem de sereia», que dizia «sim a tudo», mas depois desiludia. Os ministros da Economia foram «um desastre» e António Guterres, um «homem simpático, agradável», que «encantava as pessoas pela forma de se expressar», mas afinal não servia «para isto». Assim se exprime o presidente da Associação Empresarial de Portugal, resumindo seis anos de governação do Partido Socialista. A parte substancial do discurso reside, no entanto, em três asserções dignas de nota.

A primeira, ao admitir que houve manipulação política por parte dos sindicatos nas grandes jornadas de luta de Maio e Junho, que atravessaram todo o País e mobilizaram muitas dezenas de milhares de trabalhadores.

Os sindicatos devem ser «mais realistas e pensarem que o país tem que progredir para todos tirarmos vantagens», não há «razões para esta contestação», diz com candura. Ou seja, os sindicatos devem ajudar o patronato na sua benemérita acção de acumular lucros e deixarem-se de políticas..

A segunda, ao considerar que «um Governo que queira levar o país para a frente tem de ser um Governo que perca eleições». Frase de grande alcance, convenhamos, e de múltiplas leituras. Uma delas é incontornável: quando o povo não compreende a bondade da política de um governo, e não se podendo evitar essa maçada das eleições, apoia-se outro partido que prossiga a mesma política. É o que tem acontecido, de resto.

A terceira, ao declarar que «é preciso quase privatizar o Estado». Entende-se que este quase corresponde a deixar para o Estado a assistência aos excluídos, a cobrança de impostos e a polícia e tribunais, pois convirá sempre que haja uma força dotada de meios de coacção para deter os delinquentes e obrigar os recalitrantes.

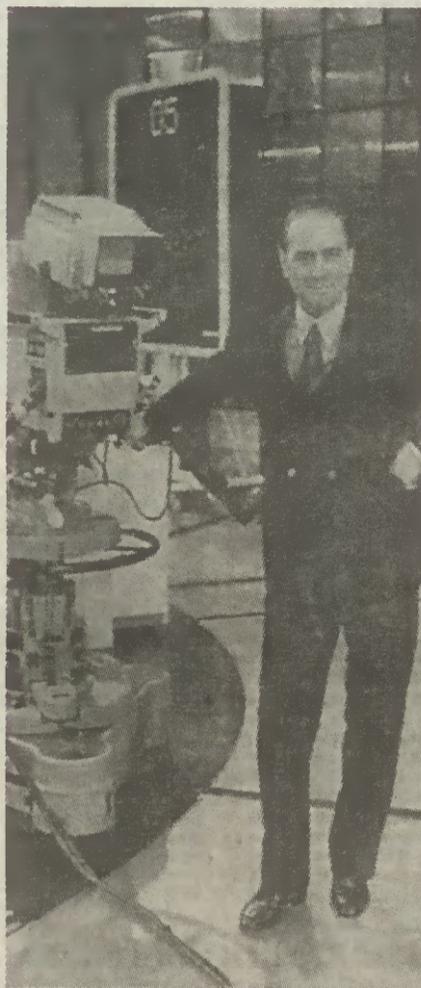
Os privados, na sua visão, poderão exercer com vantagem as funções sociais do Estado e os serviços públicos.

E para que não haja dúvidas sobre a excelência das suas soluções, esclarece, em apostila: a RTP «se fosse minha, fechava-a e depois abria outra, com menos gente».

O que aí está é o ultraliberalismo, arrogante, vendedor de ilusões, como se o Estado fosse uma empresa e o Governo um Conselho de Administração.

Por detrás da crítica ao Estado democrático, e à defesa de interesses sociais e direitos de cidadania, esconde-se uma imensa, uma incomensurável sede de poder e mais poder.

Contra esta nova direita é preciso revigorar e renovar a luta, e integrar as novas gerações que se irão dando conta e sentir na sua vida o «colossal embuste» que o capitalismo lhes vende.



representados nos governos de vários países europeus; não é apenas a escalada desreguladora nos direitos laborais, com o activo concurso dos trabalhistas de Blair, e a pressão privatizadora nos sectores estratégicos da economia e nas funções sociais do Estado; não são apenas as pulsões hegemónicas dos Estados Unidos, acentuadas depois de 11 de Setembro. O que ganhou nova dimensão foi a preponderância nos órgãos do poder político de elementos directamente ligados aos grandes interesses financeiros. O que antes era raro e notório, é hoje vulgar e já tendencial, como acontece com o actual Governo português. O expoente máximo, neste plano é Silvio Berlusconi: é o primeiro magnata de Itália e é também o primeiro-ministro. As consequências estão à vista: a crescente subordinação do poder político ao poder económico e do interesse público aos interesses privados, a progressão do mercantilismo sem limites e a anulação de direitos e conquistas sociais. É um projecto de hegemonia do poder que se desenha, e que agora se volta para a comunicação social como instrumento axial e factor de consolidação.

A entrevista concedida pelo actual e



«A luta emancipadora dos trabalhadores e dos povos jamais será silenciada», afirmam os jovens comunistas

Entrevista com Dias Coelho e Augusto Flor, da direcção da Festa do Avante!

Inovação e criatividade na Festa de 2002

Os membros da direcção da Festa do Avante! Dias Coelho e Augusto Flor falam sobre o programa deste ano e das novidades que a Atalaia reserva aos visitantes. E apelam à mobilização de todos nas jornadas de trabalho e na construção da Festa de 2002.

● Isabel Araújo Branco

texto

● Jorge Caria e arquivo

fotos

– Em que ponto está a implantação da Festa?

Augusto Flor – Em termos de infra-estruturas, as melhorias do espaço da Quinta da Atalaia que se reflectem na melhoria das condições da Festa, avançamos com um novo balneário no Acampamento B, o acampamento interno junto ao rio. Há que apostar cada vez mais nas condições daqueles que são o garante da Festa. Este ano surge uma recepção e o segundo balneário definitivo com excelentes condições e com um módulo especial para deficientes. Estamos a fazer o alcatroamento de toda a entrada do portão do rio até ao Acampamento B, bem como da rua que vai da zona do Desporto, atravessa a Avenida da Medideira e termina nas alamedas laterais. Tudo isto vai dar uma melhor imagem e melhores condições. Estamos a concluir o projecto do lago central e das alamedas laterais e a dar uma maior atenção ao manto vegetal e à arborização. Quanto à electrificação, está a ser tratada a Alameda da Medideira, com um sistema de iluminação mais potente.

– Que novidades estão a ser preparadas?

AF – As organizações vão manter-se nos mesmos sítios, haverá apenas algumas deslocações. Teremos de novo o espaço do disco. O espaço internacional vai manter-se no mesmo sítio, mas irá sofrer alterações profundas. Terá novas formas de circulação e de penetração e haverá algumas centralidades dentro do próprio espaço. O Palco Solidariedade será uma dessas centralidades, a exposição outra. Será um espaço, de facto, diferente. O Pavilhão Central tem uma filosofia diferente da do ano passado. O pavilhão de 2001 implicava grandes volumetrias, este ano a filosofia é inversa, criando um

desafio: como é que vamos fazer um pavilhão atractivo, bonito e interessante com outras volumetrias, com picos, rasgos de genialidade do arquitecto. Este ano a exposição de ciência e tecnologia é integrada no pavilhão central. As organizações do Partido têm apresentado projectos inovadores. Alguns deles, ficando no mesmo espaço, podiam cair no mesmo projecto.

– Inovadores, como?

AF – Do ponto de vista da arquitectura, das formas, da maneira como organizam o espaço interior. Há uma preocupação de marcar o espaço com a exposição política. Sem recorrer a grandes volumetrias, há uma grande identificação regional.

– Uma das marcas da Festa é a renovação dos espaços.

AF – Esta Festa nunca se repete. É quase impossível isso acontecer. Houve uma evolução, uma experiência e o que se fez o ano passado será sempre diferente este ano. Essa simples preocupação de melhorar o que se fez é já uma mudança. As coisas nunca ficam da mesma forma. É de salientar o esforço das organizações, que, ao mesmo tempo que estavam a preparar a Conferência Nacional, conseguiram apresentar os projectos atempadamente. Não podemos dizer que estamos muito avançados em relação a anos anteriores, mas podemos garantir que, mesmo com a Conferência pelo meio e com mudanças de tarefas em algumas organizações, estamos a cumprir todos os timings. Há organizações que estão avançadas duas ou três semanas em relação ao ano passado, o que nos permite também ter uma maior folga na construção.

– Há alguma estratégia para fazer face à concorrência dos festivais de Verão?

AF – Concorrência complementar...

Dias Coelho – Até agora não se tem feito sentir essa concorrência. Temos aproveitado esses festivais para divulgar a Festa, com equipas a distribuir propaganda. Em 1998, levantou-se a questão da Expo e havia alguns temores por ser uma novidade e pelo conteúdo cultural, mas nesse ano verificou-se uma grande adesão à Festa. Até criámos condições para que as pessoas que quisessem passar pela Expo e ir à Festa ficassem no parque de campismo.

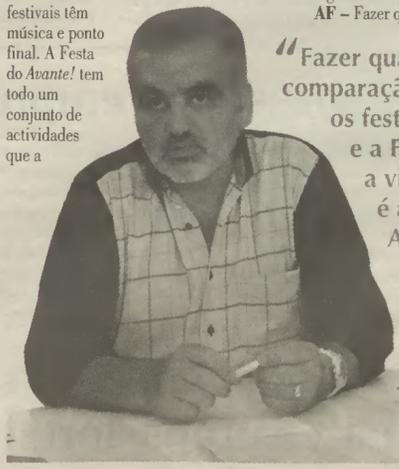
Há uma coisa que diferencia a Festa dos festivais. Os festivais têm música e ponto final. A Festa do Avante! tem todo um conjunto de actividades que a

diferencia, do ponto de vista da gastronomia, das exposições, do teatro, da diversidade musical desde a música popular às chamadas bandas de garagem – dificilmente mais alguém oferece um espaço a estes grupos – até aos grandes espectáculos.

– E os festivais são mais direccionados para os jovens, enquanto a festa abarca todas as idades.

DC – Sim, abarca todas as gerações. Há um outro factor que é o facto de ser a festa do PCP. Pelos anos que já tem, pela alta qualidade, pela curiosidade em ver... Há muita gente a ir à Festa pela primeira vez, mas também quem irá este ano pela vigésima sexta vez.

AF – Fazer qualquer comparação entre os



“Fazer qualquer comparação entre os festivais de Verão e a Festa seria limitar a visão do que é a própria Festa. A Festa não é um festival de música, é muito mais do que isso, afirma Augusto Flor”

Jornadas de trabalho

Estão à tua espera na Atalaia

Dias Coelho sublinha que «a Festa só é possível com um grande esforço colectivo e a sua construção constitui uma das prioridades do Partido neste momento». As jornadas de trabalho são, aliás, uma das componentes essenciais do trabalho do Partido actualmente, paralelamente à venda da EP (o suporte financeiro principal da Festa) e à divulgação da Festa, com a colocação e a distribuição de propaganda. As jornadas de trabalho começaram a 15 de Junho, no fim-de-semana antes da Conferência Nacional. «Ao invés de outros anos, na primeira jornada verificou-se uma participação muito boa. Isto é um dado importante, porque mostra a predisposição por parte do Partido e da JCP em relação à Festa», comenta Dias Coelho.

Qualquer pessoa pode participar na construção da Festa e toda a ajuda é bem-vinda. Basta ir à Quinta da Atalaia ou juntar-se às brigadas organizadas nos centros de trabalho do PCP. «A Festa é um espaço onde as pessoas participam na execução prática, mas também podem dar sugestões. A Festa faz-se com planificação, mas muitas coisas são resultado do desenvolvimento no terreno», diz Augusto Flor.

«Para muita gente o primeiro contacto com o trabalho é na Festa e já saíram de lá muitas pessoas com experiência que depois desenvolvem profissionalmente», comenta Dias Coelho. «A Festa não é só um espaço de convívio e solidariedade, é também um espaço de trabalho», acrescenta.



festivais de Verão e a Festa do Avante! seria limitar a visão do que é a própria Festa. A Festa não é um festival de música, é muito mais do que isso. Os festivais de Verão são festivais musicais com uma grande componente comercial e uma grande intervenção financeira dos patrocinadores. A Festa não tem essa característica de financiamento, trata-se de uma iniciativa muito mais diversificada.

– O espírito que se vive na Atalaia deve-se a esse tipo de objectivos?

AF – A Festa oferece uma coisa que é ímpar em Portugal. Depois de ir à Festa, um visitante pode dizer aos amigos: ontem almocei no Algarve, jantei na Madeira, vi um espectáculo da África do Sul e um fogo de artifício. Pode ainda dizer que viu uma exposição de ciência e uma exposição de artes plásticas. Não há evento nenhum em Portugal que concentre num espaço tão reduzido uma diversidade tão grande. Isto faz com que a Festa não seja comparada com mais nada.

DC – Uma coisa que está interiorizada nas pessoas que se gera até entre pessoas que não se conhecem. Há um clima de solidariedade, com várias gerações a conviver. Isto não se encontra em mais lado nenhum. É com muita facilidade que as pessoas estabelecem conversas

e, em alguns casos, até deixam encontros marcados para o ano seguinte.

– Este ano, a exposição de artes plásticas é dedicada exclusivamente à fotografia. Porquê?

AF – A Bial do ano passado foi muito participada, mas os concorrentes de fotografia foram reduzidos. Este ano é a grande possibilidade da fotografia como arte. No nosso país temos excelentes fotógrafos e excelentes trabalhos.

– Iniciada há três anos, a exposição de ciência e tecnologia já tem um público fiel?

AF – Tem. Hoje é uma área indispensável. Não podemos deixar de pensar na ciência e na tecnologia, até como elemento político. Temos de questionar ao serviço de quem está a ciência. As exposições da Festa não têm apenas uma componente lúdica ou científica, têm uma componente política. E o PCP tem muito material produzido nesta área, muita reflexão sobre as áreas técnico-científicas.

“Há um clima de solidariedade, com várias gerações a conviver.”

Isto não se encontra em mais lado nenhum, diz Dias Coelho”



8 horas diárias há 40 anos

Para quando as 35 semanais?

O 40.º aniversário da luta pelas 8 horas de trabalho diário vai ser o tema de uma das exposições do Pavilhão Central, dirigida pelo artista plástico Rogério Ribeiro e pelo fotógrafo Pedro Soares. A ligação com a fotografia vai ser «uma das grandes surpresas da Festa», garante Augusto Flor.

«Esta exposição vai certamente marcar a Festa, fazendo a ligação com as perspectivas de luta pelas 35 horas de trabalho semanal. Se foi possível há 40 anos os trabalhadores conseguirem as 8 horas, com condições terríveis de repressão e com centenas de prisões, é um bom exemplo para lutarmos pelas 35 horas em democracia e liberdade», adianta este dirigente.

Um dos objectivos desta exposição é servir de incentivo.

«Não fazemos as evocações pelas evocações. Fazemos para demonstrar que com a luta que está para trás conseguimos o que temos hoje, mas que é possível ir mais longe», afirma Augusto Flor.

Descobrir a água

A água será o tema da exposição de ciência e tecnologia da 26.ª edição da Festa, abordando a sua importância do ponto de vista fisiológico, biológico, estratégico e político. «É um aspecto fundamental do ponto de vista ambiental

e político, porque muitas das guerras se travam também em função deste precioso líquido. Não é um recurso inesgotável e em várias zonas do mundo há problemas sérios por causa da água», recorda Augusto Flor. De facto, a água é um problema sempre actual. Actualmente, em Portugal, está em cima da mesa a questão da privatização da sua distribuição.

Exposições, visitas guiadas, debates e experiências fazem parte do programa deste ano. As experiências serão provavelmente o maior atractivo, mostrando a importância e a utilidade da água. Até porque, como explica Augusto Flor, «o visitante da Festa sente muita necessidade de experimentar e tocar nas coisas». No campo internacional, o problema da Palestina está na ordem do dia e a Festa não esquecerá a luta deste povo. Numa zona central da Quinta da Atalaia será apresentada uma instalação da autoria de Rogério Ribeiro, um monumento aos palestinianos com uma grande presença física. «Vai ter alguns elementos simbólicos da luta do povo palestiniano por autonomia e por um território próprio. Vai ser absolutamente incontestável», garante Augusto Flor.

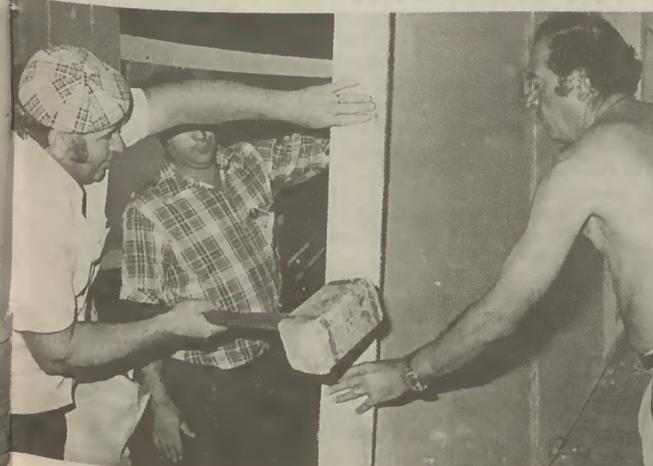
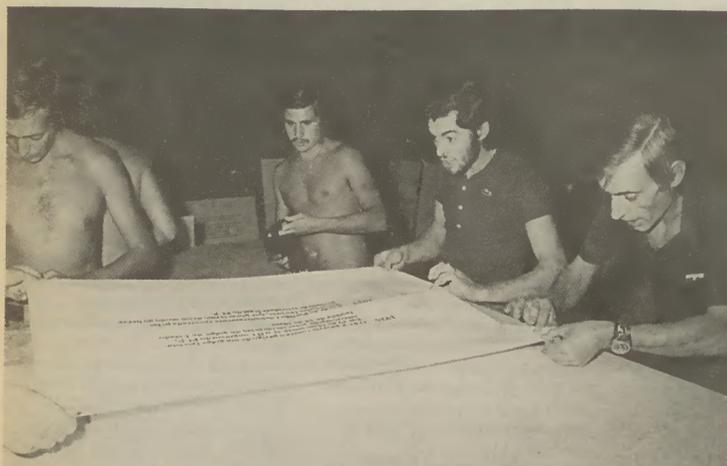
«A Festa pode ser um contributo para o Partido dar resposta ao novo contexto político. Por um lado, manifestando solidariedade com vários países e povos em luta. Por outro, a Festa marca a nossa posição em relação às políticas que estão aí. É um momento de afirmação e reforço do Partido, da sua intervenção política e de unidades», afirma Augusto Flor.



Fotofesta Reunir mil fotos da Festa

Fotógrafos profissionais, amadores ou ocasionais, todos poderão ver as suas fotografias expostas na Festa do Avante! deste ano, no painel que reunirá cerca de 1000 fotografias das 25 edições anteriores, da FIL à Atalaia. Para isso, basta que quem queira participar envie as suas fotografias preferidas, dos melhores momentos passados na Festa dos comunistas portugueses, momentos de alegria, confraternização e solidariedade, características quer da fase da construção quer dos três dias em que se abre aos milhares e milhares de visitantes que todos os anos a procuram.

Não se tratando de um concurso, estará assegurada a exposição de pelo menos uma fotografia de cada participante. Como participar? É simples, basta enviar as fotografias, cópias ou negativos num envelope com a ficha de inscrição (à disposição nos Centros de Trabalho do Partido) devidamente preenchida, com referência à edição da Festa a que a fotografia se refere, para «Concurso Fotofesta – Quinta da Atalaia; Av. Baía Natural do Seixal, 2845-415 Amora, Seixal» ou entregar em mão num Centro de Trabalho Regional do PCP. De preferência, as fotografias deverão ser acompanhadas de uma menção de oferta das imagens e dos direitos de reprodução e utilização pelo Partido.



● Pedro Guerreiro

Compromissos, contradições... é luta!

Com a Cimeira de Sevilha terminou o semestre da Presidência espanhola da União Europeia (UE). Esta foi marcada pelo aprofundamento das políticas que há muito caracterizam a actual «integração», com uma maior incidência num renovado ritmo de implementação da agenda neoliberal que é a «Estratégia de Lisboa» ou da comunitarização de aspectos do domínio da justiça e assuntos internos, acentuando a criação ou o reforço de mecanismos repressivos e securitários. Um primeiro comentário quanto à Cimeira de Sevilha e ao debate que a rodeou, será o de salientar que, após as recentes mudanças de governo – resultantes da realização de eleições em grande parte dos países da UE – as conclusões desta Cimeira evidenciam, mais uma vez, o amplo acordo entre a social-democracia e a direita quanto aos eixos essenciais da actual «integração europeia» – registem-se, por exemplo, as declarações de Ferro Rodrigues no debate na Assembleia da República. As conclusões da Cimeira de Sevilha, entre múltiplos aspectos que poderemos referenciar, ficaram negativamente marcadas pela inadmissível pressão e chantagem sobre o povo irlandês para que volte a realizar um novo referendo do Tratado de Nice, com um resultado à medida da ambição das forças políticas que vêm dirigindo esta UE, por forma a «ultrapassar» o NÃO que o povo da Irlanda deu a este Tratado, no referendo que se realizou em 2001. Assim como pela prioridade dada à luta contra o «terrorismo» no quadro do reforço da Política externa comum (PESC) e da Política de defesa comum (PECSO). Refira-se a recente inadmissível inclusão das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - FARC e de organizações que integram a Organização de Libertação da Palestina – OLP na lista de «organizações terroristas» da UE. A Cimeira reforçou ainda a coordenação da PESC e da PECSO ao criar o Conselho de Assuntos Gerais e Relações Externas, com a realização de reuniões diferenciadas. A Cimeira definiu e calendarizou objectivos quanto à comunitarização das políticas de imigração e asilo e da gestão coordenada das fronteiras dos países da UE. Foi decidido incluir a inscrição de cláusulas nos acordos de cooperação com países terceiros quanto à gestão comum da imigração e readmissão obrigatória em caso de imigração ilegal – sendo aberta a possibilidade de, no caso de um país terceiro não cooperar, o Conselho poder adoptar, por unanimidade, medidas punitivas contra esse país, ao mesmo tempo que deixa de reunir o Conselho de Desenvolvimento. Nesta Cimeira, mais uma vez, as grandes orientações para a política

económica – às quais o governo PSD/PP deu o seu acordo e procura activamente implementar – reiteram o cumprimento dos objectivos do Pacto de Estabilidade. Ou seja, avançam com a «necessidade» (???) da adopção de ainda mais medidas de contenção do investimento público e do financiamento da administração pública, o prosseguimento da privatização do sistema de pensões de reforma e a diminuição do financiamento do sistema de saúde. Quanto ao «mercado de trabalho», mais uma vez – constatando que em Portugal tem vindo a aumentar o uso dos contratos a prazo (nos últimos cinco anos terão aumentado para o dobro) porque, dizem, a legislação dos contratos a tempo indeterminado protege os trabalhadores – as «orientações económicas» apontam como objectivos a flexibilização do mercado de trabalho e a moderação salarial. É reafirmado o objectivo do reforço da concorrência nos «sectores de interesse público», ou seja, a privatização do sector público e a liberalização dos serviços públicos, assim como a redução das ajudas estatais ao sector produtivo. A Cimeira de Sevilha evidenciou ainda as contradições existentes na União Europeia. Contradições de classe, entre os objectivos e as políticas definidas ao nível da UE – que respondem aos interesses do grande patronato – e os interesses e necessidades dos trabalhadores e das populações nos diferentes países da UE, evidenciadas pela realização de uma greve geral em Espanha antecedendo a realização da Cimeira, ou das manifestações amplamente participadas, contra o neoliberalismo e o capitalismo, contra a guerra, contra o racismo e a xenofobia e por uma Europa que dê resposta às necessidades e aspirações dos trabalhadores, de paz, de cooperação e solidária. Contradições de uma «integração europeia» caracterizada pelo domínio dos interesses dos «grandes» países sobre os interesses dos «outros» países, que se evidenciam, por exemplo, pelas dificuldades em chegar a um acordo quanto ao quadro financeiro do alargamento ou quanto à futura distribuição do poder nas instituições europeias. Pode a Comissão Europeia avançar com a recente proposta de gastar mais de 50 milhões de contos em propaganda sobre a União Europeia que não conseguirá transformar esta realidade. No momento em que se desenvolvem processos ao nível da UE de grande importância para os trabalhadores e populações do país, a melhor resposta e contributo que podemos dar é o prosseguimento e reforço da luta contra a política de direita no nosso país, que ao longo dos anos tantas vezes se tem suportado em orientações definidas ao nível da União Europeia.

CE quer condicionar subsídios agrícolas a critérios de produção ecológicos

O fim da PAC

A proposta da Comissão Europeia que será aprovada no próximo dia 10 desliga as ajudas da produção adoptando novos conceitos de qualidade e respeito do meio ambiente.

A reforma das ajudas agrícolas que o comissário Franz Fischer irá apresentar na próxima semana prevê o abandono do actual sistema de subsídios à produção, substituindo-o por um outro condicionado pela área cultivada e pelo método de produção.

Para o comissário esta é a forma de introduzir critérios ecológicos e assegurar a qualidade dos produtos, nomeadamente o bem-estar dos animais. A outra mudança radical é a redução progressiva das ajudas às grandes explorações, em três por cento ao ano até um máximo de 20 por cento. A medida abrangeria todas as explorações que recebem mais cinco mil euros (cerca de mil contos) anuais em subvenções comunitárias e prevê,

pela primeira vez, a fixação de um montante máximo de 300 mil por exploração. As verbas assim libertadas seriam redistribuídas para o desenvolvimento rural.

Fontes da Comissão, citadas na edição de terça-feira do El País, consideram que «desviar o dinheiro para a «causa verde» é dificilmente criticável», notando que o abandono do critério da produção evitaria o perigo dos «cultivadores de ajudas» e os excedentes agrícolas, uma vez que os agricultores poderiam optar livremente por produzir em função da situação do mercado e não em função dos subsídios.

Entretanto, a proposta conta já com a oposição da França que vê nela o princí-

pio do fim das ajudas directas, notando ainda que desvincular as subvenções da produção é fazer exactamente ao contrário do que sucede nos Estados Unidos.

De qualquer forma, a reforma de Fischer deverá ainda ser aprovada pelo colégio de Comissários, quarta-feira da próxima semana, subindo cinco dias mais tarde ao Conselho de Agricultura, onde se confrontarão os interesses dos diferentes países.

No ano passado, as ajudas directas à agricultura ascenderam a 29 mil milhões de euros, absorvendo quase 30 por cento do orçamento global da União. A França é o país que mais ajudas recebe logo seguido da Espanha. Em contrapartida, a Alemanha é hoje um contribuinte líquido da PAC (Política Agrícola Comum) e um dos que menos ajudas recupera para a sua agricultura. Por isso, só teria a ganhar com esta reforma, uma vez que ela aponta para a redução global das verbas da PAC.

Violência na fronteira

PCP protesta no Parlamento Europeu

O início dos trabalhos da sessão plenária da passada segunda-feira ficou marcado pelo protesto apresentado pela deputada do PCP, Ilda Figueiredo, que renovou o pedido de esclarecimento já apresentado por escrito ao Conselho da UE, sobre os atentados à liberdade de expressão cometidos contra centenas de cidadãos portugueses na fronteira espanhola.

Numa intervenção antes da

ordem do dia, a deputada recordou que estes cidadãos foram vítimas de violência por parte das autoridades policiais na fronteira luso-espanhola, tendo-lhes sido confiscado material fotográfico e audiovisual, quando tentavam chegar a Sevilha para participarem numa manifestação à margem da cimeira.

Ilda Figueiredo acusou as autoridades espanholas de não respeitarem os princípios

da democracia e o direito de expressão consagrados na Constituição e perguntou se estes direitos irão ser postos em causa sempre que se realizam conselhos europeus.

Os incidentes da fronteira com Espanha, que envolvem membros do PCP e do Bloco de Esquerda, deverão constar do projecto de resolução do PE sobre a Cimeira de Sevilha que será votado hoje, quinta-feira.

Palestina

União Europeia vai respeitar eleições

O presidente da Comissão Europeia, Romano Prodi, afirmou que a UE continuará a considerar Yasser Arafat como um interlocutor e como o representante dos palestinianos se ele for reeleito nas eleições de Janeiro próximo.

Falando em Copenhaga, no primeiro dia da presidência dinamarquesa, Prodi sublinhou que «devemos aceitar o resultado dessas eleições, quer o queiramos quer não», acrescentando que «cabe ao povo palestiniano e não a nós escolher os seus dirigentes».

O primeiro-ministro dinamarquês, Anders Fogh Rasmussen, o novo presidente

em exercício da UE, declarou-se de acordo com este ponto de vista, afirmando que «é normal e natural discutir com o dirigente eleito pelos palestinianos».

Celas de metal para manifestantes

No mesmo dia, as autoridades dinamarquesas revelaram que já têm preparadas meia centena de celas de metal para encarcerar manifestantes em caso de distúrbios.

As estruturas, que custaram cerca de 4,2 milhões de euros, foram construídas em parques de estacionamento subterrâneos de três esqua-

dras de polícia em Copenhaga. Têm dois metros de altura, dois de largura e quatro de profundidade, com uma «lotação» de seis pessoas cada uma durante o dia e quatro durante a noite. Nelas, haverá água, fruta, cadeiras de plástico e mesas. A polícia afirma que ninguém ficará no seu interior mais do que 24 horas.

Durante o período da presidência, estão previstas várias reuniões ao mais alto nível, onde se incluem as cimeiras com os 15 líderes da UE e os seus parceiros asiáticos, uma cimeira com o presidente russo, Vladimir Putin, e uma última cimeira da UE em Dezembro.

Pobreza africana não comove G8

A parceria impossível

A cimeira dos sete países mais ricos, aos quais se soma a Rússia, terminou sem resultados concretos para os países mais pobres e endividados do mundo.

Reunidos em Kananaskis, uma isolada estância turística nas montanhas do Canadá, a mais de uma hora da cidade de mais próxima, Calgary, os «senhores do mundo» estiveram mais preocupados em discutir os problemas das suas ricas economias do que em apoiar soluções que resgatem da miséria as populações de continentes inteiros.

Convenientemente afastados das manifestações anticapitalistas, realizadas em Calgary e em Otava, e dos jornalistas, os G8 (EUA, Canadá, França, Grã-Bretanha, Itália, Alemanha, Japão e Rússia), terminaram a sua cimeira com a adopção de um «plano de acção» para África, que mais não foi de que uma forma hábil de se contornarem que as exigências que os países africanos formulam há anos, muitas das quais se encontram expressas na «Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano», projecto promovido pelos 53 estados da Organização de Unidade Africana.

Contas feitas, para reduzir a metade o número de pobres até 2015, o continente necessitaria, nos próximos dez anos, de um montante adicional de 64,5 mil milhões de euros, cerca de 15 por cento do produto interno bruto africano, de forma a equilibrar o seu défice anual, que ascende a 12 por cento do PIB, e conseguir uma taxa de crescimento de sete por cento.

Embora este objectivo implique a adopção de medi-

das internas já previstas em cada país, o seu alcance continuará a ser uma miragem enquanto o mundo ocidental mantiver o jugo da dívida e o proteccionismo dos seus mercados.

Porém, apesar da presença dos presidentes africanos Abdelaziz Bouteflika (Argélia), Olusegun Obasanjo (Nigéria), Thabo Mbeki (África do Sul) e Abdoulaye Wade (Senegal), bem como do secretário-geral da ONU, Kofi Annan, quer num quer noutra aspecto os G8 não deram sinais de esperança.

Segundo indicadores do Banco Mundial, a Ajuda Pública ao desenvolvimento para o conjunto dos países africanos baixou de 17,2 mil milhões de dólares, em 1990, para 12,3 mil milhões de dólares em fins de 1999, o que representa um decréscimo de 30 por cento.

Por outro lado, os mercados do Ocidente inacessíveis aos produtos africanos, que para além dos obstáculos aduaneiros dificilmente conseguem concorrer com uma agricultura industrializada e fortemente subsidiada pelos governos. Recorde-se que ainda recentemente a administração Bush anunciou o aumento dos subsídios agrícolas em 80 por cento, nos próximos dez anos.

Pequenas esmolas

Em Março passado, na Cimeira de Monterrey (México), os países da União Euro-

peia comprometeram-se em aumentar a sua ajuda pública ao desenvolvimento para 0,39 por cento do PIB até 2006 contra os actuais 0,33 por cento, e os EUA a aumentar de 10 mil milhões de dólares por ano para 15 ou 16 mil milhões até 2007, o que representa apenas 0,13 do seu PIB.

Agora, os dirigentes do G8 pegam nesses montantes adicionais e anunciam que vão destinar «pelo menos 50 por cento» para os países africanos. E acrescentam mil milhões de dólares para a iniciativa de redução da dívida dos países pobres altamente endividados, gerida pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial, quantia necessária que equivale praticamente às baixas do preço do café e do algodão que os países desenvolvidos consomem.

Relativamente à iniciativa «Educação para Todos» do Banco Mundial, que visa permitir a 125 milhões de crianças nos países mais pobres receber educação primária de base, não foi destinada qualquer verba. O seu custo estimado é da ordem dos quatro mil milhões de dólares por ano, durante dez anos.

O «aliado» Putin

Generosos, os G8 acordaram disponibilizar cerca de 20 mil milhões de dólares nos próximos dez para impedir o desmantelamento de armas nucleares, químicas e bacteriológicas retiradas de serviço nas ex-repúblicas soviéticas. O objectivo declarado é impedir que estas possam cair nas mãos de grupos terroristas ou de países considerados «perigosos».

A Rússia será o principal receptor do programa, sobretudo depois do recente acordo de desarmamento nuclear assinado com os Estados Unidos, que estabelece a retirada de serviço de vários milhares de ogivas atómicas.

Moscovo concordou em garantir aos restantes países do G8 o acesso às instalações de desactivação e desmantelamento das armas, assim como em conceder-lhes capacidade de supervisão do processo. A iniciativa foi proposta pelos Estados Unidos dentro de um programa mais amplo de cooperação com a Rússia para lutar contra o terrorismo e a proliferação de armas de destruição maciça.

Na reunião bilateral, segundo relataram as agências, Putin mostrou-se confiante: «Através da nossa cooperação contribuiremos significativamente para a eliminação do terrorismo em todo o mundo», disse. Por seu turno, Bush afirmou: «Considero o presidente Putin um aliado sólido na guerra contra o terrorismo.»



300 milhões de africanos vivem actualmente com menos de um dólar por dia e este número está a aumentar

A fome aumenta em África

Um relatório, elaborado pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas

(PNUD) e Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) a pedido dos líderes do G8, considera preocupante a situação no continente africano. O estudo indica que apenas dez dos 45 países da África subsaariana estão prestes atingir, em termos de desenvolvimento, os oito objectivos fixados pelos líderes mundiais na Cimeira do Milénio da ONU, em Setembro de 2000, e que incluem a redução para metade dos níveis de pobreza e fome.

Metade da população africana ou 300 milhões de pessoas vivem actualmente com menos de um dólar por dia e este número está a aumentar, alertam os autores do relatório, lembrando que entre 1990 e 1999 subiu 25 por cento. «Se a tendência se mantiver, África será a única região do mundo onde o número de pobres, em 2015, será mais elevado do que em 1990», afirmam.

A fatia do comércio mundial que cabia a África em

1980 rondava os cinco por cento. Na década seguinte, baixou para três por cento, acompanhando uma descida dramática na exportação de bens manufacturados.

Os objectivos definidos na Cimeira do Milénio incluíam a educação primária para todas as crianças do planeta, a igualdade de oportunidades para ambos os sexos e o fim da propagação da Sida/HIV até 2015.

Mostrando que, apesar de tudo, África registou alguns progressos, o PNUD e a UNICEF referem o Malawi e o Uganda como dois países que conseguiram aumentar em 30 por cento o número de alunos do ensino primário e os avanços registados por alguns estados africanos em termos de governação democrática e direitos humanos.

Mas, como sublinha o administrador do PNUD, Mark Malloch-Brown, «há muito a fazer e os africanos não o poderão conseguir sozinhos».

Défice público em Portugal e França

Bruxelas ameaça com sanções

A Comissão Europeia ameaçou, na passada semana, tomar medidas contra Portugal e França depois de ambos os governos reconhecerem fortes derrapagens nas contas públicas em relação às previsões.

O caso português agravou-se com o anúncio feito, no Parlamento, pelo primeiro-ministro de que, com base em dados preliminares do Banco Central Europeu, o défice de 2001 atingirá os

3,9 por cento, ou seja, quase mais um ponto do que o limite fixado pelo Pacto de Estabilidade.

Porém, no caso de os Quinze virem a decidir sanções aos «infractores», elas terão igualmente que incidir sobre outros países, em particular sobre a França, onde uma auditoria do Estado concluiu, na passada quinta-feira, que o défice público para este ano irá igualar ou mesmo superar o limite dos três por cento.

A Comissão admite fazer um aviso a Paris, à semelhança do que fez à Alemanha e a Portugal no início do ano, mas dificilmente conseguirá que o governo gaulês adopte medidas restritivas. Isto porque, aqui, o novo governo de direita faz questão de manter a promessa eleitoral de reduzir em cinco por cento o imposto sobre o rendimento, o que fará disparar ainda mais o défice se entretanto não se verificar redução de

despesa ou um crescimento económico acentuado.

Deste modo, embora a Cimeira de Sevilha tenha mantido a meta do equilíbrio orçamental para 2004, é cada vez mais evidente que o objectivo não será conseguido por todos os países, nomeadamente por Portugal e França, tendo este último condicionado o seu esforço ao alcance de uma taxa de crescimento de três por cento.

Contracimeira no Mali

Paralelamente ao encontro do G8, cerca de duas centenas de representantes de movimentos sociais africanos participaram em Siby, no Mali, na «Cimeira dos Pobres».

Realizada numa povoação afastada de qualquer desenvolvimento, a reunião discutiu os problemas de segurança alimentar, o papel das mulheres no desenvolvimento, a dívida e os programas de ajustamento estrutural.

Durante os trabalhos, foi criada uma «frente de recusa» contra a NEPAD (Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano), estratégia fundada na ajuda pública e sobretudo no investimento estrangeiro, que consideram «demasiado liberal».

Os organizadores da reunião, que terminou na sexta-feira, defendem a anulação pura e simples da dívida dos países pobres como forma de ajudar a resolver o problema da falta de segurança alimentar no continente africano, onde cerca de 70 por cento da população vivem na miséria.

A iniciativa conta com representantes do Mali, Senegal, Níger, Guiné-Conacri e Burkina Faso e foi promovida pela secção maliana do colectivo antiglobalização «Jubileu 2000», cuja causa maior é a luta pela eliminação da dívida externa dos países subdesenvolvidos.

«Rebelião civil» contra Israel

A Autoridade Palestiniana apelou esta semana aos palestinianos da Cisjordânia para lançarem a «rebelião civil» contra Israel. Ahmed Rahman, secretário do gabinete de Yasser Arafat, justificou o apelo com o facto do exército israelita ter voltado a ocupar a Cisjordânia.

O responsável palestiniano apelou também aos oficiais palestinianos dos organismos de segurança e a dirigentes na ANP para que recusem conversações com o secretário de Estado norte-americano, Colin Powell, já que George W. Bush marginalizou politicamente Yasser Arafat.

EUA matam no Afeganistão

As autoridades policiais afegãs confirmaram terça-feira que os bombardeamentos norte-americanos de domingo atingiram outras aldeias para além de Kakrakai, no Sul do país, admitindo que haja mais vítimas do que as 40 anunciadas.

«Mais de 20 aldeias foram bombardeadas nessa noite e ao longo de segunda-feira», disse Raz Mohammad, irmão do governador da província de Uruzgan, Yar Mohammad.

Queixas contra Pinochet arquivadas

O Supremo Tribunal do Chile arquivou segunda-feira definitivamente o processo contra o ex-ditador Augusto Pinochet por assassinio e sequestro no âmbito do caso «Caravana da Morte».

A sentença rejeita assim um recurso apresentado pela acusação contra uma decisão do Tribunal de Recurso de Santiago de Julho de 2001, que previa a suspensão «temporária» do processo contra o general Pinochet com base na sua precária saúde mental.

Recorde-se que Pinochet era acusado de cumplicidade em 57 homicídios e 18 sequestros relacionados com o caso «Caravana da Morte», uma unidade militar que em 1973 sequestrou e executou sumariamente dezenas de prisioneiros políticos em diversas cidades chilenas.

Empate técnico na Bolívia

Pela quinta vez consecutiva em 20 anos, nenhum dos candidatos às eleições presidenciais de domingo na Bolívia conseguiu obter a maioria absoluta, cabendo agora ao Congresso, segundo a lei, eleger o novo presidente. Embora Gonzalo Sanchez de Lozada, do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR, liberal), se tenha declarado vencedor com base nos dados difundidos pelos meios de comunicação — os únicos números conhecidos —, a votação que lhe é atribuída é apenas ligeiramente superior à da Nova Força Republicana (NFR, populista de direita). Os dados divulgados pelas três televisões do país atribuem entre 22,47 e 22,64 por cento dos votos ao MNR e entre 21,01 e 21,92 por cento à NFR, favorita nas sondagens.

Sem ordem judicial, a polícia de Buenos Aires invadiu uma sede do Partido Comunista da Argentina e da Esquerda Unida

Repressão e morte na Argentina

Dois mortos e uma centena de feridos é o balanço da jornada de protesto de 26 de Junho na Argentina. O governo usa a repressão para impor os ditames do FMI.

Os protestos populares contra a pobreza e a política económica do governo de Eduardo Duhalde, no passado dia 26, ficam assinalados pelos mais graves incidentes dos últimos meses: dois mortos, uma centena de feridos (quatro deles graves), mais de 160 detidos e elevados prejuízos materiais.

Na origem dos protestos está o acelerado empobrecimento da população, que aumenta desde 1994 e chegou a níveis dramáticos com a desvalorização do peso, a subida dos preços e a retração da actividade económica. Um total de 18,2 milhões de pessoas, mais de metade da população (51,4 por cento), vive na pobreza.

A situação agravou-se nos últimos cinco meses: segundo dados do Instituto de Estatística, a pobreza aumentou em 3,8 milhões de pessoas, o que significa 25 000 novos pobres por dia. Consideram-se pobres as famílias que ganham menos de 626 pesos por mês.

Desde que Eduardo Duhal-

de assumiu a presidência, em Janeiro último, e encetou negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o descontentamento social não pára de crescer. A receita dos senhores do capital é a mesma de sempre: privatizações, despedimentos, cortes nas despesas sociais. Para impor esta política, Duhalde não hesita

em usar a repressão, cada vez maior.

À lei da bala

No passado dia 26, a jornada de luta, para reivindicar aumentos salariais e subsídios estatais aos desempregados, bem como para repudiar as exigências do FMI, começou de forma pacífica.

O governo, que havia anunciado a intenção de impedir a qualquer preço os cortes de estrada, sobretudo nos acessos a Buenos Aires, garantiu através do subsecretário da Segurança Inter-

35 argentinos foram já assassinados em protestos sociais

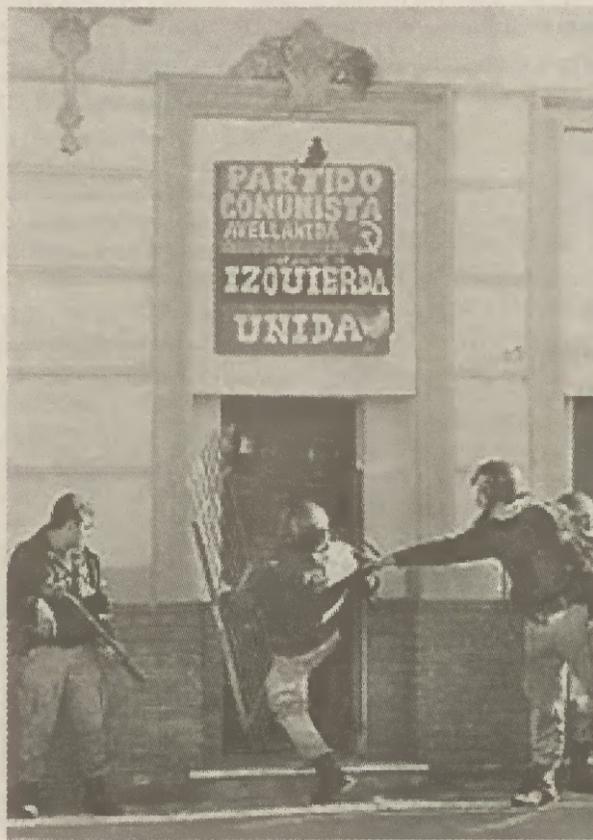


Foto Pablo Provano

Assalto policial à sede do Partido Comunista da Argentina em Avellaneda

na, Carlos Vilas, que «as forças de segurança iam impedir a violência». Não foi o que se verificou. Quando os manifestantes chegaram à ponte de Pueyrredón, no bairro de Avellaneda, as forças policiais carregaram sobre a população, utilizando gases lacrimogéneos e

balas (teoricamente de borracha).

O confronto resultou numa batalha campal e numerosos carros, lojas e cabinas telefónicas ficaram destruídas. Dois autocarros foram incendiados. O mesmo se verificou noutros pontos da capital argentina.

Mensagem do PCP

O Secretariado do CC do PCP enviou ao Comité Central do Partido Comunista da Argentina a mensagem de solidariedade que a seguir se transcreve:

«Ao tomar conhecimento do assalto policial à sede do vosso Partido em Avellaneda, durante a grande jornada popular de protesto frente à dramática situação social que atinge os trabalhadores e o povo argentino, devido à profunda crise económica e financeira em que o grande capital mergulhou o vosso país, o CC do PCP manifesta a sua solidariedade ao PCA e a todos os comunistas argentinos.

«Exigimos que sejam apuradas responsabilidades e castigados os responsáveis por tão inadmissível acto, que atinge liberdades e direitos fundamentais e que firmemente condenamos, assim como pela violenta repressão que provocou mortos e feridos numerosos entre os manifestantes.

«Reiterando a nossa solidariedade para com a luta dos comunistas e das forças de esquerda por uma saída democrática e progressista para a actual crise, enviamos-vos as nossas fraternais saudações.»

Terrorismo de Estado

O Partido Comunista da Argentina (PCA) considera a repressão policial contra o povo e o assalto a uma das suas sedes como «actos de terrorismo de Estado próprios de um ditadura civil», e apela a uma jornada unitária de luta contra Duhalde e o FMI, a realizar no próximo dia 9, na Praça de Maio, em Buenos Aires.

Em comunicado sobre os acontecimentos, o PCA sublinha que «junto à fome e à miséria causadas pelo modelo instituído durante o governo de Menem e Duhalde se acentua a repressão selvagem sobre o movimento popular e o protesto social». Esta situação configura «um estado policial que não tem nenhuma solução para os graves problemas económicos e sociais» que afectam o povo argentino.

Segundo o PCA, o ataque à sua sede «é um facto gravíssimo» que acrescenta à agressão contra o povo a «repressão política e ideológica, facto inadmissível e que atenta contra os direitos democráticos não só do Partido Comunista e da Esquerda Unida (IU, coligação de que o PCA faz parte) como de todo o povo argentino».

Responsabilizando os governos nacional de Eduardo Duhalde e provincial de Felipe Solá pelos acontecimentos, o PCA anuncia que vai desencadear as acções judiciais necessárias e reclamar «a punição dos autores intelectuais e materiais dos atentados contra a vida e a dignidade das pessoas».

EUA têm medo do TPI

O Tribunal Penal Internacional (TPI) abriu oficialmente as suas portas esta segunda-feira, em Haia, na Holanda, mas só deverá estar operativo no final de 2003, se antes os EUA não decretarem a sua morte.

Criado pelo Tratado de Roma em 1998 com o voto a favor de 136 países, a abstenção de 21 e o voto contra de sete (entre os quais os EUA), o TPI visa investigar e julgar indivíduos acusados de violações graves do direito internacional humanitário, em particular crimes de guerra, crimes contra a humanidade e genocídios.

Já ratificado por 74 estados, o Tribunal não tem carácter retroactivo — só se aplica a crimes cometidos após a sua entrada em vigor — e só actuará quando o fizerem.

A criação do TPI suscitou controvérsia desde a primeira hora, mas a polémica subiu de tom nos últimos dias com a exigência norte-americana de uma cláusula de excepção para os seus soldados que participam nas missões de paz da ONU, sob pena de as retirar do terreno.

Para Jean-Paul Marthoz, responsável da «Human

Rights Watch» (HRW) em Bruxelas, a aceitação da exigência de Washington «poria totalmente em causa o TPI» que se tornaria «inoperante». Em Londres, um comunicado da Amnistia Internacional (AI) alerta que não pode haver «dois pesos e duas medidas» para a justiça internacional, nem imunidade, em qualquer circunstância, para os acusados de genocídio, crimes de guerra e contra a humanidade.

«A posição dos Estados Unidos ameaça a integridade do sistema judicial internacional no seu conjunto e

põe em causa a aplicação universal de um dos seus princípios fundamentais, o da não imunidade para autores de genocídios, crimes de guerra e contra a humanidade», salienta o texto do comunicado.

O braço de ferro está para durar. Segundo a Lusa, o embaixador dos Estados Unidos no Conselho de Segurança da ONU vetou no domingo o prolongamento do mandato da missão policial das Nações Unidas na Bósnia, ao ser impedido de introduzir uma disposição legal contemplando a imunidade dos «capacetes

Ao hospital de Fiorito, em Avellaneda, chegaram dezenas de feridos com impactos de bala. Dois deles, atingidos no tórax e na região lombar, perderam a vida.

A violência policial, só comparável à dos tempos da ditadura, não se ficou por aqui. A pretexto de perseguir os manifestantes, a polícia arrombou e invadiu a sede do Partido Comunista da Argentina em Avellaneda, bem como casas vizinhas, lançando bombas de gás e disparando indiscriminadamente. A sede do PCA, legalmente reconhecido, ficou destruída e as paredes ostentam as marcas de bala.

Entretanto, na passada quinta-feira, milhares de pessoas desfilaram à noite em Buenos Aires em protesto contra a sangrenta repressão policial. Os manifestantes, entre os quais numerosos militantes dos Direitos Humanos, desempregados, estudantes e sindicalistas da oposição, concentraram-se na Praça de Maio, onde se encontra o Palácio presidencial, protegido por mais de 2000 soldados.

Ascendem já a 35 os argentinos assassinados durante os protestos sociais que se desencadearam no país a partir de 19 e 20 de Dezembro de 2001.

Cuba

Socialismo é irreversível

O carácter «irreversível» do socialismo está consagrado na Constituição cubana. A decisão foi tomada dia 26, na Assembleia Nacional, por 96,71% dos deputados.

Em votação nominal, os 559 deputados (de um total de 601) presentes na sessão extraordinária da Assembleia Nacional do Poder Popular aprovaram por unanimidade as reformas à Constituição cubana, cujo principal objectivo é garantir a irreversibilidade do sistema socialista no país e que não haja mudanças susceptíveis de alterar o seu conteúdo essencial.

Com as emendas agora introduzidas, o texto constitucional rejeita o regresso ao capitalismo e estipula que as relações económicas, diplomáticas e políticas de Cuba com qualquer outro Estado não poderão nunca ser negociadas sob agressão, ameaça ou coerção de uma potência estrangeira.

De referir que a sessão do parlamento foi precedida de uma campanha de assinaturas, tendo 99,25 por cento dos cubanos inscritos nas listas eleitorais (8 198 237 pessoas) aprovado em plebiscito popular a emenda constitucional.

Segundo Ricardo Alarcón, presidente da Assembleia Nacional do Poder Popular,

durante os três dias de trabalho parlamentar registaram-se 165 intervenções de deputados e de representantes da sociedade civil, para além de intervenções especiais de convidados estrangeiros, que deram teste-

munho das consequências das democracias neoliberais nalguns países latino-americanos.

Um povo soberano

O presidente Fidel Castro, que participou na sessão, sublinhou o facto de apenas num país onde todos sabem ler e escrever ser possível um plebiscito popular como este.

Num discurso em que rebateu ponto por ponto as mais recentes acusações de Bush a Cuba, contrapondo as mentiras norte-americanas à realidade cubana, Fidel Castro deixou claro que os cubanos «não estão dispostos a permitir violações» à sua soberania, nem a assistir impassíveis ao «contrabando de mercadorias através das malas diplomáticas».

Segundo o presidente cubano, o governo dos EUA

«comete um erro» se acredita «que receberão facilidades os que visitem Cuba, sob qualquer disfarce, para transportar fundos e conspirar abertamente contra a Revolução, ou que os funcionários do seu Escritório de Interesses têm direito a percorrer o país à vontade, organizando redes e conspirações, violando normas que regem a conduta dos diplomatas».

«Será da responsabilidade dos EUA se a insistência nessas práticas levar à anulação do Acordo sobre Emigração e, inclusive, ao encerramento do Escritório de Interesses dos EUA em Havana. É algo que não desejamos, já que significaria um lamentável retrocesso nas poucas coisas em que se conseguiram avanços nas relações entre os dois países», disse Fidel.

Significativamente, o novo texto da Lei Fundamental conta agora com uma «Disposição Especial», em que se afirma que as reformas constituem uma «digna e categórica resposta às exigências e ameaças do governo imperialista dos Estados Unidos de 20 Maio de 2002».

De sublinhar ainda o facto de os três dias que durou o debate, transmitido em directo pela rádio e televisão, terem sido declarados feriado para, como explicou em comunicado o Ministério do Trabalho, «facilitar a todo o povo o acompanhamento da sessão do parlamento».

Países da ACP

pressionam UE a favor de Cuba

Os ministros do grupo África, Caraíbas e Pacífico (ACP) aprovaram uma resolução que exige à União Europeia que trate Cuba «de forma justa e imparcial».

Reunidos no passado fim-de-semana em Punta Cana, República Dominicana, os 77 países do ACP exortam «a União Europeia a uma revisão substancial da sua posição comum para tratar Cuba de uma forma justa e imparcial, permitindo o seu acesso ao acordo da associação ACP-EU, sem condições específicas e injustas».

O documento refere ainda que os estados que integram a ACP se mostram «preocupados com o facto da frequência do diálogo entre a União Europeia e Cuba não ter sido mantida depois deste ser retomado em Dezembro de 2001».

Por outro lado, os 77 países «exprimem a sua solidariedade com o processo que o povo cubano está a desenvolver, de acordo com o princípio de respeito de igualdade dos direitos e de autodeterminação e do direito de escolher

livremente o seu sistema político, económico e social».

Os membros da ACP mostram-se ainda «convencidos de que a entrada de Cuba na associação ACP-EU vai ajudar a aligeirar o impacto económico e social desastroso do embargo imposto pelos Estados Unidos».

Recorda-se que, em 1996, a UE adoptou uma posição comum, fazendo depender a ajuda dos estados europeus a Cuba do início de um processo de «transição democrática».



• Sérgio Silva

As eleições legislativas na República Checa

Os resultados das recentes eleições legislativas na

República Checa, realizadas no passado dia 15 de Junho, traduziram-se num importante êxito para o Partido Comunista da Boémia e da Morávia (PCBM).

O PCBM alcançou 882 653 votos, mais 230 mil votos do que nas eleições de 1998. Com 18,51% dos votos, contra 11,03% em 1998, os comunistas checos obtiveram 41 (antes 17) mandatos de deputados, uma subida de 70%.

Todos os partidos de direita com representação parlamentar e o Partido dos Social-democratas Checos obtiveram menos votos do que nas anteriores eleições. Dos partidos parlamentares, o PCBM foi o único que cresceu no número de votos, com mais 38%.

Conforme proclamou o presidente do Comité Central do Partido, Miroslav Grebenicek, tais resultados são fruto do trabalho e do esforço generoso desenvolvidos não apenas durante a campanha eleitoral mas ao longo dos últimos quatro anos pelos militantes, funcionários e apoiantes do Partido. Entre a direita e nalguns círculos social-democratas checos instalou-se o medo e mesmo a histeria na sequência dos resultados eleitorais. Não são poucos os que lamentam que o Partido Comunista não tenha sido proibido na sequência da chamada «revolução de veludo».

Significativamente, o PCBM foi o único dos partidos com representação parlamentar que o sr. Václav Havel não convocou ao Palácio presidencial no Castelo de Praga para auscultação após as eleições.

Os comunistas checos têm tido ao longo dos 12 anos de contra-revolução e de restauração capitalista opiniões e posições, no plano cívico, institucional e no da luta de massas, muito críticas relativamente à evolução política e social do país. Não se pode esquecer que este partido foi construído no período pós-Novembro de 1989 sob fortes e intensos ataques anticomunistas e tentativas de o silenciar e criminalizar. Gradualmente, o PCBM tem-se implantado e ganho simpatias no seio dos trabalhadores e do povo.

Contra a política de direita

Os comunistas checos estão claramente empenhados numa viragem à esquerda na cena política que corporize a vontade maioritária dos eleitores daquele país. Logo após o resultado eleitoral, os dirigentes do Partido manifestaram publicamente a sua disponibilidade para uma solução governativa com o Partido dos Social-democratas Checos, rejeitando, porém, categoricamente a continuação da política de direita ou a concessão de um cheque em branco aos social-democratas para governarem sozinhos - em minoria - ou coligados com a direita.

O resultado desta iniciativa não teve nada de original ou que os comunistas portugueses não conheçam: os social-democratas preferiram entender-se com a direita. Tudo leva a crer então que continuarão os esforços para a restauração capitalista, responsável pelos valores fabulosos da dívida do Estado, pelo desemprego crescente, a corrupção e a criminalidade que assolam este pequeno país situado no coração da Europa, paraíso da prostituição e de redes mafiosas. O direito ao trabalho, à educação e ensino, à segurança social, à saúde e à habitação são alguns dos grandes temas em agenda na intervenção do PCBM tanto no plano institucional como no dos movimentos cívicos e de massas.

Os resultados obtidos pelos comunistas checos assumem um enorme significado interno mas também internacional, quer no contexto dos países que experimentaram a construção do socialismo quer no resto da Europa, particularmente no actual momento histórico, de poderosa ofensiva política e ideológica do capital transnacional e dos círculos mais agressivos do imperialismo americano.

Este é um partido que não mudou de nome, antes o afirma orgulhosamente. Eis um exemplo de que o trabalho, a luta abnegada e heróica e a rejeição do tacticismo, mesmo nas condições mais adversas, são condições necessárias para obter o apoio popular e alcançar bons resultados eleitorais.



A maioria dos cubanos manifestou o seu apoio à revisão da Constituição



Quatro notas fundamentais sobre a situação internacional

Para uma correcta avaliação das condições, possibilidades e perspectivas da nossa luta e para a definição das correspondentes tarefas do Partido sempre consideramos indispensável examinar a situação portuguesa no quadro mais amplo da situação na Europa e no mundo. É uma evidência que em tempos de acelerada internacionalização dos processos socio-económicos e de «globalização» capitalista mais necessário se torna não perder de vista as condições internacionais da nossa acção.

A este respeito quatro anotações fundamentais:

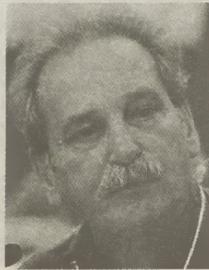
A primeira, para sublinhar o acerto global das análises do XVI Congresso sobre a situação internacional. Em numerosos aspectos – como a crise económico/financeira do capitalismo, as dramáticas consequências sociais e humanitárias da «globalização», a agressividade do imperialismo, a resistência dos trabalhadores e dos povos, o alargamento da frente anti-imperialista, problemas do movimento comunista e revolucionário, questões centrais da luta ideológica – a vida confirmou rapidamente as principais teses do nosso Partido. A actualidade da Resolução Política do XVI Congresso verifica-se também quanto ao seu capítulo I sobre a situação internacional.

Segunda anotação. Vivemos tempos de grande instabilidade, perigos e incerteza. Praticamente ninguém arrisca prognósticos optimistas para a crise económica e financeira que grassa no mundo capitalista (persistente recessão no Japão, colossal endividamento norte-americano, desastre argentino, tragédia dos povos do Terceiro Mundo, etc.). Acumulam-se contradições e tensões explosivas, nomeadamente as que resultam da inédita polarização da riqueza, do aprofundamento das injustiças e desigualdades sociais, do chamado fosso Norte-Sul. Na sequência dos atentados de 11 de Setembro, e sob o pretexto do «combate ao terrorismo», intensifica-se a exploração dos trabalhadores e a recolonização dos povos, desenvolve-se o militarismo e a guerra, banaliza-se o recurso à arma nuclear e à prática dos mais monstruosos crimes (como na Palestina), põe-se em marcha uma generalizada ofensiva contra direitos, liberdades e garantias fundamentais, procura criminalizar-se a resistência legítima à exploração e à opressão. É particularmente inquietante que a União Europeia considere «terroristas» organizações como a FPLP ou as FARC, organização revolucionária com que o PCP mantém de há muito relações de solidariedade, e muito significativo que Mary Robinson, Alta Comissária para os Direitos Humanos da ONU, tenha há dias lançado um veemente alerta sobre ameaças reais aos Direitos consagrados no plano internacional.

Porém, neste quadro muito complexo e difícil para as forças progressistas e revolucionárias – e esta é a terceira anotação – assistimos também à intensificação da luta dos trabalhadores e dos povos.

A heroica resistência do povo palestino, a conquista pelo povo de Timor Leste do seu próprio Estado independente, a derrota dos golpistas na Venezuela, as gigantescas mobilizações do povo cubano frente às ameaças dos EUA, as poderosas manifestações e greves que têm tido lugar na Europa – Grécia, Itália, Espanha – contra as políticas neoliberais e os ataques a direitos fundamentais dos trabalhadores, a emergência de grandes mobilizações «antiglobalização» como em Génova, Barcelona, e tudo o indica hoje em Sevilha, onde apesar da nossa Conferência está presente uma representação do nosso Partido ou Porto Alegre, são exemplos estimulantes que apontam o caminho da luta, por mais sacrifícios que comporte, como o único caminho que poderá conduzir a uma alteração da correlação de forças e a novos avanços progressistas e revolucionários necessários para superar as violentas contradições do mundo contemporâneo.

A quarta anotação. Dez anos após as trágicas derrotas do socialismo, do triunfo temporário do «pensamento único» e das balelas sobre o «fim da História» é verdade que os comunistas e outras forças progressistas estão ainda muito debilitados e que persistem sérias dificuldades em concretizar alternativas de progresso social. Mas o dedo acusador dos explorados e oprimidos de todo o mundo está cada vez mais insistentemente apontado ao neoliberalismo, ao capitalismo, ao imperialismo.



Albano Nunes

A tragédia provocada pela corrida ao máximo lucro é de tal dimensão e ameaça de tal modo o próprio processo de reprodução capitalista, que se generaliza a crítica, do estado de coisas existente, com os próprios tecnocratas do FMI e do BM a fazerem de certas situações diagnósticos que poderíamos subscrever. Mas a convergência acaba aí. Quanto à análise das causas e à alternativa para uma tal situação as divergências são de fundo e a luta ideológica é intensíssima. Há muita hipocrisia. Os nossos adversários, quando muito, o que pretendem é escamotear as responsabilidades do grande capital e pôr uma «cereja social» no bolo da globalização capitalista para a tornar «aceitável» pelas suas vítimas.

A posição do PCP a este respeito é clara: a dramática situação do mundo contemporâneo radica no sistema de exploração capitalista; a solução dos problemas implica profundas transformações no caminho do socialismo; os partidos comunistas, marxistas-leninistas, não só não estão ultrapassados pelas grandes mudanças das sociedades, como se revelam mais necessários do que nunca perante o aprofundamento das contradições do capitalismo e a exigência da sua superação revolucionária.

A viragem à direita e o avanço do populismo e da extrema-direita na Europa têm causas várias como a complexa questão da imigração e a demagogia securitária, o agravamento das injustiças e desigualdades sociais, a crise do sistema de representação liberal-burguês, as imposições supranacionais de uma «construção europeia» burocrática ao serviço do grande capital, a frustração pela social-democracia de legítimas expectativas do eleitorado popular. A falência da social-democracia, que com a tal «onda rosa» chegou a governar em 13 de 15 países da União Europeia encerra lições que não devem ser esquecidas na hora de unir

O Avante! prossegue neste número a publicação das intervenções centrais proferidas na Conferência Nacional sobre o novo quadro político e tarefas para o reforço da intervenção e influência do PCP. Com a divulgação destes materiais, os leitores do Avante! ficam munidos com os principais materiais produzidos pela Conferência Nacional, importantes contributos para o esclarecimento e mobilização de massas no combate à política de direita.

tudo quanto possa ser unido contra o avanço da direita reacçãoária. Uma política de esquerda implica políticas antimonopolistas, de combate ao grande capital e não a gestão dos seus interesses; implica a transformação democrática do sistema de poder e não a submissão e a rendição aos seus «encantos»; implica manter e reforçar sempre o contacto com as massas e perseverar na promoção dos seus interesses e aspirações.

Os desenvolvimentos mais recentes da situação internacional mostram que são muito grandes os perigos para a democracia, para a soberania dos povos, para a própria paz mundial.

A luta contra a política de guerra e agressão do imperialismo, de solidariedade para com os povos que lutam pela sua libertação, pelo desarmamento e a paz, é de crucial importância. As manifestações e outras acções desenvolvidas no nosso país – contra a agressão à Jugoslávia, contra a guerra no Afeganistão, de solidariedade com o povo palestino ou participação em iniciativas internacionais contra a «globalização» capitalista – indicam



Dificuldade não significa impossibilidade

Esta Conferência tem como um dos seus objectivos analisar o novo quadro político, avaliar os perigos que dele decorrem, assumir desafios e levar por diante exigentes tarefas.

Se há traço marcante neste novo quadro é sem dúvida o desenvolvimento da ofensiva social contra os trabalhadores, os salários e o emprego com direitos onde se articula a acção no terreno, nas empresas, por parte do capital (multinacionais, inclusive) com a acção prática e a iniciativa legislativa do Governo primeiro na Administração Pública, agora contra o carácter público e universal da Segurança Social, a seguir contra pilares fundamentais do direito do trabalho, contrato individual de trabalho, horários de trabalho, contratação colectiva, direitos das Comissões de Trabalhadores.

Afinal, nestes tempos ditos de globalização e modernidade, num tempo onde proliferam as teses do «fim da luta de classes» e consequentemente o «fim dos movimentos sindicais de classe e dos Partidos Comunistas» (ou pelo menos a sua substituição por algo mais difuso), «da ineficácia da luta de massas», o que se demonstra é que o capital, a coberto duma formidável campanha ideológica, das manobras de diversão adjetivadas de competitividade e flexibilidade e do endeusamento do mercado, continuar a ser insaciável quanto aos ganhos e formas de exploração, continuar, por razões da sua natureza e sempre que a correlação de forças o permita, recuperar parcelas de domínio que perdeu, que teve de ceder por causa da luta de várias gerações de trabalhadores.

Quanto significado tem o facto de neste ano se comemorarem os 40 anos em que o proletariado agrícola do Alentejo e



Jerónimo de Sousa

Ribatejo conquistou a pulso a jornada das 48 horas e a esta distância este capitalismo moderno queira provocar o retrocesso da organização do tempo de trabalho para níveis de desregulamentação tremendos?

Que modernidade é esta quando se propõe o regresso forçado da mulher trabalhadora a casa, quando se procura criar uma clivagem geracional no plano do direito do trabalho e da Segurança Social, procurando expropriar à juventude um importante conjunto de direitos.

Não camaradas, não somos daqueles que partindo da cruzeta de objectivos do capital e deste Governo de direita têm o entendi-

mento que nos devemos entrenchear aí, abdicando do estudo da realidade, das mutações e alterações verificadas, da arrumação de classes, do conceito e conteúdo das reivindicações que hoje determinam o grau de envolvimento e de evolução de consciência de sectores e camadas de trabalhadores e do seu papel na luta. Mais! Como havemos de enfrentar e ultrapassar as nossas próprias debilidades e dificuldades de influência, intervenção e organização particularmente lá onde estão os destinatários principais do nosso projecto e da nossa natureza!

A acertada decisão do Comité Central em realizar em Outubro um Encontro Nacional centrado no objectivo do reforço da intervenção e organização do Partido junto dos trabalhadores exigirá a nossa reflexão e contribuição militante, tanto na sua fase preparatória como na sua realização.

Mas o pulsar da vida e dos problemas, a ofensiva que está em marcha, a continuada e agravada destruição e desvalorização do aparelho produtivo e da produção nacionais

A importância de ler

O *Avante!*, enquanto Órgão Central do PCP, deu à preparação desta Conferência a atenção e o destaque que se impunham – quer através da divulgação de todos os documentos produzidos pela Direcção do Partido, quer através de uma ampla informação sobre o debate realizado, quer através da publicação de textos sobre questões em debate, quer, ainda, através da abertura da «Tribuna da Conferência», que, durante nove semanas, ocupou mais de quinze por cento do espaço do nosso Jornal.

Como era de esperar num tempo em que se desenvolve uma intensa ofensiva contra o Partido, ofensiva na qual o vale-tudo é lei, o *Avante!* foi, igualmente, alvo de intensos ataques, mentiras, calúnias, insultos. Vários órgãos de comunicação acusaram-nos de censuras e de outros atropelos democráticos da mesma família. Trata-se de falsidades. Pior: trata-se de falsidades produzidas por quem sabe estar a produzir e difundir falsidades. Aqui vos reafirmamos, camaradas delegados e, por vosso intermédio, aos restantes militantes comunistas, que a prática da Redacção do *Avante!* se pautou, como não podia deixar de ser, por uma total transparência democrática, por um profundo respeito pelo colectivo partidário.

Um aspecto importa lembrar: o *Avante!* é o órgão central do PCP e, portanto, tem como tarefa primeira a difusão da linha e das orientações políticas do Partido, das decisões do Comité Central e dos seus organismos executivos e das suas opiniões sobre a situação nacional e internacional, da actividade das organizações do Partido. Conhecemos as limitações que temos: sabemos que podemos e devemos fazer mais e melhor para aumentar a capacidade de atracção e a difusão do *Avante!*. Mas sabemos também – e não prescindimos de o sublinhar – que fazemos chegar aos nossos leitores um conjunto de informações e opiniões que ninguém encontrará em qualquer outro órgão de informação; sabemos – e não prescindimos de o sublinhar – que quem não ler o *Avante!* (ainda que leia, veja e ouça todos os restantes órgãos de informação) – ficará com uma imagem falsa e deturpada daquilo que, de facto, é o PCP; desconhecerá muito do que de mais importante se passa no



José Casanova

mundo do trabalho; ficará, em relação ao que se passa no mundo, reduzido à opinião opressiva do sistema dominante. Ou seja: quem não ler o *Avante!* e tiver acesso a todos os outros órgãos de comunicação, ficará limitado à informação do pensamento único, não terá o contraponto, a resposta à poderosa ofensiva ideológica que hoje varre o Mundo – ofensiva que, a partir da falsa e perigosa ideia de que as ideologias acabaram, procura afogar as nossas inteligências na ideologia dominante, a ideologia do fim da luta de classes, a ideologia da passividade e do abandono da luta, a ideologia da morte e do funeral do comunismo e do ideal comunista, a ideologia da «ordem natural das coisas», enfim, a ideologia capitalista.

Uma outra questão é necessário clarificar: o *Avante!*, porque é órgão central do PCP, partido da classe operária e de todos os trabalhadores, não é isento nem imparcial, toma partido, está de um lado contra outro, está do lado do Trabalho e contra o Capital. E assume claramente essa postura, não se esconde por detrás de um manto de falsa independência, isenção e imparcialidade. Ou seja: o *Avante!* é tanto órgão central do PCP como o «Público» é órgão central dos interesses da Sonae, ou como o «Diário de Notícias» é órgão central da Lusomundo, etc., etc. Só que – e nisto reside a diferença entre a verdade e a mentira, entre a transparência e a mistificação, entre o *Avante!* e os outros órgãos de comunicação social – o *Avante!* assume-se, não engana os seus leitores, enquanto os outros jornais fingem ser o que não são: dizem-se imparciais e são, de facto, parciais, dizem-se independentes e são, de facto, totalmente dependentes dos interesses dos seus proprietários. E é isso – é essa mentira, esse desrespeito pela inteligência e pelos direitos dos leitores, que aqui criticamos e denunciamos. Esses jornais têm o direito de ser o que são – mas não têm o direito de andar a vender gato por lebre. Daqui lhes lançamos o desafio: assumam-se!, digam claramente aos vossos leitores de que lado estão, que interesses defendem e que interesses atacam! E, se não for pedir de mais, tenham a honestidade intelectual de deixarem de querer dar-nos lições de democraticidade.

o Avante!

Sabemos que o *Avante!* é uma gota de água informativa no meio do imenso oceano de desinformação e manipulação que é a comunicação social dominante. Mas não desistiremos de ser o que o colectivo partidário quer que sejamos. E tudo faremos para que essa gota de água cresça e chegue a cada vez mais leitores.

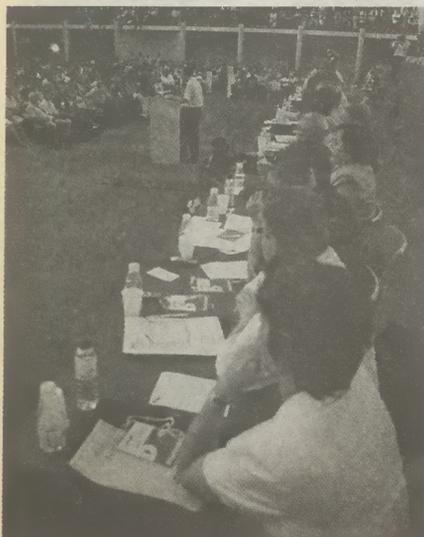
Não surpreende que *media* ao serviço dos interesses dos grandes grupos económicos façam campanha contra o PCP. O contrário é que seria de estranhar: se eles nos defendessem e acarinhassem, alguma coisa estaria mal em nós. Todos sabemos que assim é. Mas não nos calaremos na denúncia da sua falsa independência, no desmascaramento das práticas de terrorismo jornalístico que alguns deles utilizam contra o PCP, no combate às mentiras, deturpações e calúnias a que recorrem, a coberto de uma desפורada liberdade de desinformar. E não deixaremos de sublinhar que uma campanha com tamanha intensidade e tão grande divulgação constitui um entre outros factores que pesa, e de que maneira, nos resultados eleitorais do PCP.

Agora, numa operação de intoxicação coordenada e fabulosa sobre troikas procurando desestabilizar e atacar o nosso Partido e o nosso Secretário-geral. A especulação desestabilizadora e a intriga não passarão, como esta Conferência testemunhará.

Quem acompanhe com um mínimo de atenção o que é dito e escrito nos diversos órgãos de comunicação social, constatará que uns puxam para o PSD, outros puxam para o PS, outros para o CDS/PP – e a isto se resume o seu tão apregoado pluralismo. Há, no entanto, duas matérias em relação às quais são unânimes: todos, sem excepção, defendem a política de direita; e todos, sem excepção, fazem do PCP o alvo prioritário dos seus ataques. O que é natural: defendendo a política de direita defendem os interesses e o domínio dos grandes grupos económicos que são seus proprietários; atacando o PCP, atacam o partido que constitui, no plano político, o maior obstáculo à concretização plena dessa política. E acrescente-se: atacando o *Avante!*, atacam o jornal que é porta voz desse partido, que é e será sempre a voz dos anseios, das aspirações, das lutas dos trabalhadores.

Mas nós, cá estamos, camaradas. De pé. De punho levantado. E a luta continua.





com todo o cortejo de falências, encerramentos, deslocalizações e despedimentos, a arrogância e o redobrar das medidas repressivas por parte do grande patronato em muitas empresas, o combate e o primeiro embate a curto prazo em torno da defesa da Segurança Social exigem do Partido e do que o Partido e os seus militantes têm de fazer, sem delegar no movimento sindical e noutras organizações sociais a sua capacidade e a sua responsabilidade de intervenção, esclarecimento, mobilização e iniciativa junto dos trabalhadores e de todas as classes e camadas sociais que mais cedo que tarde serão alvo desta política de classe do Governo PSD/CDS-PP.

Justamente inquietos e preocupados com os últimos resultados eleitorais para os quais esta Conferência deve ter um espaço de reflexão e análise, se considerarmos válida e actual a tese do nosso XVI Congresso que a luta de massas não é dicotómica antes se articula, complementa e potencia com a nossa acção e intervenção política e institucional, há que readquirir a confiança e sermos convocados para as razões fundas que levam a que muitos trabalhadores que ali na Indelma, no Fundão, na Carris, nos estabelecimentos fabris das forças armadas, na Administração Pública, nos transportes de mercadorias, em tantas empresas com o cutelo da falência levantado, aqueles tantos outros que acham que este Partido é preciso mais do que nunca, porque não há outro que o faça, para lhe devolver a esperança, puxar pela luta, organizar a resistência, fazer a denúncia e a proposta, então, camaradas, estamos em condições de assumir que a dificuldade não significa impossibilidade.

É que ao contrário de quem reduz e afunila a sua análise e expectativas aos desaires eleitorais havemos de aprender o que é que levou, passado tão pouco tempo das eleições legislativas, aquela acção dos trabalhadores da Administração Pública com tantos e tantos jovens a participarem pela primeira vez na vida numa luta, que levam a 15 greves de trabalhadores da Carris, o que levou ainda anteontem à participação notável de milhares de manifestantes e grevistas nas paralisações e manifestações convocadas pela CGTP-IN, então não peçam, não tentem que este Partido abandone os trabalhadores e o povo porque isso seria negar a sua própria natureza e projecto.

Não nos iludamos, camaradas! A ofensiva e a pressão a que o Partido tem estado sujeito nos últimos tempos tem como causa funda a ofensiva que o capital e a direita estão a desferir contra os interesses sociais e laborais dos trabalhadores e contra interesses das classes antimonopolistas. Eles apreenderam durante mais de um século que a dimensão dessa ofensiva pode ser condicionada, se não mesmo derrotada pela dimensão da luta de massas. Sabem que a luta, sendo um problema, é um problema maior quando essa luta é organizada a partir do local onde se dá o confronto e o conflito, lá onde estão os trabalhadores e assume expressão de rua, alargando a unidade, a convergência e a solidariedade incluindo os intelectuais que se identificam com a justiça social, o projecto de emancipação e o fim da exploração do homem pelo homem.

Se o Governo de direita já recuou e fez alguma inflexão táctica e temporal foi porque recebeu e receia a luta, o seu alargamento e as solidariedades.

A Conferência, no seu projecto de Resolução Política aponta caminhos, define prioridades e tarefas, valoriza a luta. Num combate duro como punhos, os ventos agrestes que sopram a desfavor dos trabalhadores e das suas causas e direitos hão-de também fustigar-nos. Mas hão-de fustigar-nos o rosto e o peito, porque a nossa luta continua.

A recente aprovação pelo Governo PSD-CDS/PP das alterações à Lei de Bases de Segurança Social é um importante passo para satisfazer as velhas reivindicações do capital financeiro e do patronato e mais uma medida na diminuição do papel do Estado na protecção social a todos os portugueses. Do que é conhecido, destaca-se a introdução e valorização dos sistemas complementares, deixando o sistema público de ser o núcleo central do sistema de segurança social.

Estas alterações têm vindo a ser preparadas com enormes mistificações e sempre com novas promessas, em que não são esquecidos os aumentos de reformas, o apoio à família, à maternidade, o combate à fraude. E porquê? Porque o Governo pretende que os(as) trabalhadores(as) e os(as) beneficiários(as) do actual sistema público não tenham a noção das profundas consequências que estas alterações terão, a curto e a médio prazo, na redução e até destruição de importantes direitos conquistados e defendidos ao longo dos anos. Pelo conjunto destas razões, na ordem do dia está a luta em defesa do sistema público de segurança social, expressa com clareza na grande jornada nacional de 20 de Junho promovida pela CGTP-IN.

De facto, o sistema público de segurança social é um direito que envolve um conjunto de garantias que a todos beneficia e protege, em situações especiais da vida, vinculando os trabalhadores, os cidadãos contribuintes, as



Fernanda Mateus

entidades patronais e responsabilizando o Estado na sua organização, coordenação e financiamento. Não obstante os sucessivos governos, do PSD ao PS, não terem cumprido integralmente os seus princípios, com prejuízos para os utentes e para os próprios trabalhadores da segurança social; não obstante, ainda, a ofensiva ideológica da direita, fomentando a ideia de ruptura do sistema, a verdade é que não lhes foi possível concretizar a privatização da segurança social. E contra estes objectivos foi decisiva a luta desenvolvida pelos trabalhadores e pela CGTP-IN e a intervenção do PCP, designadamente aquando da discussão e aprovação da Lei de Bases de Segurança Social, de Agosto de 2000.

O Governo PSD/CDS-PP pretende agora levar por diante o que não conseguiu então concretizar, isto é: a destruição dos seus princípios fundamentais com o exclusivo objectivo de beneficiar o capital financeiro, disponibilizando-lhe os apetecíveis recursos da segurança social, que movimentam, actualmente, mais de 3 000 milhões de contos, sem contar com os meios financeiros a drenar para os bancos, seguradoras e empresas gestoras dos fundos de pensões dos recursos provenientes do plafonamento. E é particularmente grave que pretenda furtar-se ao debate público com as organizações sociais e diminuir a capacidade de intervenção da AR neste debate, tanto mais que

Defender o sistema público

Mobilizar todas as forças

A proposta de Resolução Política apresentada a esta nossa Conferência Nacional salienta com toda a clareza os sérios perigos e amplas ameaças que a política do governo da direita representa para os direitos dos trabalhadores, para relevantes interesses populares e para aspectos fundamentais do património de conquistas sociais duramente alcançadas depois do 25 de Abril.

E afirma com idêntica clareza o forte compromisso do PCP de, como já está activamente fazendo, combater decididamente essa política.

É pois indispensável que mobilizemos todas as forças, todas as vontades e todas as reservas de energia para resistir e fazer frente uma ofensiva impiedosa que, com mais ou menos disfarces, à bruta ou com pezinhos de lã, tem o propósito assumido de servir uma rancorosa retaliação e vingança das forças conservadoras e do grande capital contra avanços, transformações e direitos que sempre sentiram como espinhos cravados na garganta.

Para justificar este nosso compromisso bastará ter diante dos olhos os sofrimentos concretos que esta política agressiva se propõe deliberadamente causar aos trabalhadores e a outras vastas camadas da população, os golpes que deliberadamente pretende aplicar, as injustiças e desigualdades que se propõe ampliar, os variados retrocessos que procura impor em áreas essenciais da vida nacional.

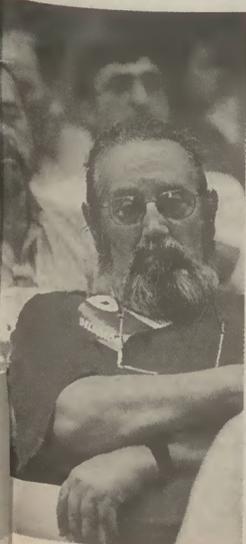
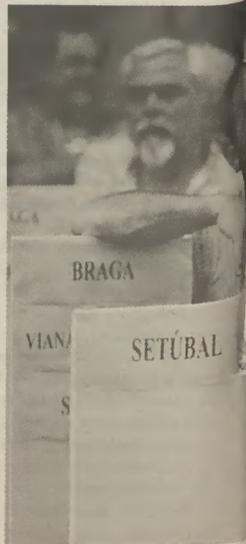


Vítor Dias

Mas algo mais deve ser acrescentado: é que se enganariam e muito os que olhassem a política deste governo e depois displicentemente considerassem que «paciência, são assim as alcatruzes da alternância» e que mais à frente, na próxima esquina eleitoral, um outro governo reporia tudo quanto tivesse sido entretanto destruído, anulado e agredido pelo actual governo.

A verdade é outra: é que, como infelizmente já vimos muitas vezes, os factos consumados pela política de direita ganham uma força própria e representariam uma acrescida dificuldade futura para a perspectiva da realização de uma política de esquerda, sobretudo se mantivessem as orientações em vários domínios até agora prevalentes no PS o qual, em situações deste tipo, tende normalmente para a conservação e para a acomodação ao que vem de trás.

Resistir à ofensiva deste novo Governo de ideias velhas, obrigá-lo a recuos, forçá-lo a concessões e adiantamentos de medidas e projectos gravosos, conquistar vitórias para a luta dos trabalhadores e para a movimentação social — aqui está uma tarefa urgente e crucial que a alguns talvez possa parecer meramente defensiva mas que, na verdade, é de vital importância para fazer avançar a exigência de uma nova política e para acumular forças e criar condições para relançar a luta por uma futura alternativa de esquerda.



de Segurança Social

se trata do mais perigoso ataque ao sistema público de segurança social.

Esta pretensão é tanto mais evidente quanto se sabe que o ministro Bagão Félix está indissolúvelmente ligado aos interesses do grande capital financeiro, tendo, antes de entrar para o Governo, estado ligado ao Grupo BCP, precisamente na área com interesse nos dinheiros da segurança social. É caso para dizer que o lobby financeiro faz parte integrante do próprio Governo, não precisando pois de intermediários. Sejam claros: diga o ministro o que disser, faça as promessas que fizer, o que realmente o motiva não são, como procura fazer querer, os beneficiários/contribuintes e os seus direitos sociais, mas antes a concretização de um modelo privatizador neoliberal da segurança social.

Com a fixação de um ou mais tectos contributivos — valor acima do qual deixaria de haver descontos para a segurança social — daí resultariam várias consequências: a redução de receitas para a segurança social e a transferência desse valor não descontado para o sistema financeiro privado, disponibilizando-lhe, assim, maiores volumes de capitais alheios para a ampliação dos seus próprios negócios.

Outra consequência, já denunciada pelo PCP, é a troca do certo pelo incerto, ou seja: através da segurança social, mediante os anos de desconto e de acordo com os seus salários, os trabalhadores sabem sempre qual é o valor da sua reforma, isto é, sabem ao certo o que terão. Através dos Fundos de Pensões privados os trabalhadores sabem o que descontam, mas nunca sabem o que recebem em função das

oscilações do mercado bolsista. Isto é, trocam o certo pelo incerto.

A luta contra tais objectivos do Governo PSD-CDS/PP diz respeito a todos, porque em causa está a redução dos seus direitos e garantias. Este objectivo necessita que na primeira linha esteja o PCP e todos os seus militantes.

Em curso estão já várias iniciativas em que se destaca um conjunto de reuniões de militantes, sessões de esclarecimento e a realização, no próximo dia 25 de Junho (terça-feira), de uma Audição Parlamentar para a qual foram convidadas organizações sindicais e sociais.

Também, no próximo dia 10 de Julho, a acção marcada pela CGTP-IN deverá constituir um novo e importante momento no desenvolvimento de um movimento de resistência contra as alterações da Lei de Bases.

O PCP, coerente com as suas propostas no decurso da última campanha eleitoral, apresentou na AR um conjunto de projectos de lei, visando o combate à evasão e fraude nas contribuições, a diversificação das fontes de financiamento, e a actualização do subsídio familiar a crianças e jovens (abono de família). E, tal como propomos na Resolução da Conferência, o PCP realizará uma grande acção nacional de esclarecimento, mobilização e luta sob o lema «segurança social pública e solidária é de todos, privada é só de alguns».

Intensificar o esclarecimento, ampliar a luta dos(as) trabalhadores(as) e de importantes segmentos da população contra as alterações que o Governo do PSD/CDS-PP quer impor, defendendo o Sistema Público como um direito fundamental de todos(as) portugueses(as) é um objectivo a tomar nas nossas mãos.

contra a ofensiva da direita

Em relação a estes grandes objectivos, a proposta de Resolução reafirma de forma cristalina a posição do PCP favorável à cooperação, convergência e acção comum dos partidos de oposição seja para resistir e dar combate à política do Governo da direita seja, sempre que possível, para afirmar políticas alternativas comuns.

Estamos certos de que esta nossa atitude, que tem de ser compaginada com a nossa independência de orientação, decisão e diferenciação, é largamente apoiada e apreciada por amplos sectores de opinião democrática que aspiram ao mais eficaz combate à política do Governo PSD-CDS.

Entretanto, a verdade é que a formação do novo governo cria uma nova e perigosa situação política que reclama essa cooperação e convergência entre forças democráticas mas não apaga lições, experiências, factos e realidades do passado recente, e sobretudo infelizmente não enterrou de vez negativas orientações do PS que tanto estiveram em evidência na sua acção governativa nos últimos seis anos.

Repetimos: a convergência das forças de oposição contra a direita e o seu governo é necessária e indispensável.

Mas não confundamos isso com mares de rosas e avenidas de facilidades em todos as matérias.

Sem qualquer alegria e antes com a maior preocupação, e apenas para dar três exemplos significativos, lembremos que o PS continua ainda agora a empunhar, com o detestável afã de sempre, a bandeira da mudança do sistema eleitoral para a AR, que usa para pressionar poderosamente para uma ainda maior concentração de votos entre PS e PSD,

e matéria em que, disso não haja a mais pequena dúvida, contraria com a nossa mais viva oposição e denúncia.

Lembremos de seguida que, ao anunciar que toda uma série de hospitais públicos vai ser construída e gerida por grupos privados, o novo ministro da Saúde correspondia plenamente à confiança que o ex-ministro do PS Correia de Campos tinha manifestado de que a sua política das chamadas «parcerias público-privado» seria mantida.

E finalmente, lembremos que, a única coisa que Jaime Gama teve para dizer sobre o novo pacote de privatizações do Governo do PSD e do CDS foi que já estava tudo assente no tempo do governo do PS.

Bastam apenas estes três exemplos para mostrar que pairam nas nuvens aquelas opiniões que, por vezes, parecem querer resumir o problema da convergência entre o PCP e o PS e da construção de uma alternativa de esquerda a uma questão de mais ou menos «reptos» e «desafios» formais, de chá e simpatia, de interlocutores «adequados» ou de uma famosa «plataforma» cuja elaboração ou apresentação (cujo conteúdo concreto entretanto, por alguma razão, ninguém se arriscou a definir) teria feitos milagrosos de desbloqueamento e apagamento de divergências.

Sem repetir aqui todas as reflexões que sobre esta matéria constam da Resolução Política do XVI Congresso (e contra as quais continuamos a não ver nenhuma contestação minimamente fundamentada ou argumentada), continuamos a pensar, que a história e a vida podem naturalmente trazer surpresas, mas que é mais prudente e mais eficaz não cair em sonhos de facilidades e em receitas milagrosas, mas tam-

bém não cair em juízos estáticos e definitivos sobre alegadas impossibilidades que só potenciaríamos o desânimo e o sentimento de impotência.

E antes ter presente as diversas exigências da luta por uma alternativa de esquerda, a primeira das quais é, e ainda sempre, a consciência e a afirmação da sua necessidade e uma firme vontade política de prosseguir esse objectivo.

A luta pela futura construção de uma alternativa de esquerda que finalmente ofereça ao País algo de profundamente diferente do que tem sido a alternância entre PSD e PS, exige que, no próprio curso da luta e movimentação sociais, a aspiração a uma nova política, a uma política de esquerda, cresça e se amplie na consciência de amplos sectores sociais e pese muitíssimo mais nas suas opções de voto.

Exige esse combate extraordinariamente difícil mas indispensável e imperioso para afrontar e fazer recuar toda a rede de sofisticados mecanismos de condicionamento das opiniões e de formação de valores que têm sido um poderoso instrumento para impedir que muitos portugueses passem do descontentamento para as opções eleitorais que melhor dariam resposta às suas aspirações e interesses.

E, finalmente, exige seguramente progressos no diálogo entre as forças democráticas, mas continua também a exigir e, mais do que nunca, que o PCP recupere e reforce a sua influência política e eleitoral na sociedade portuguesa, como factor essencial para que a alternativa de esquerda venha a ter um conteúdo realmente compatível com o seu nome.

• António Modesto Navarro

Ameaças

na gestão de Santana Lopes

a Lisboa

As intervenções do grupo de deputados do PCP na Assembleia Municipal de Lisboa, no debate sobre as Grandes Opções do Plano para 2002/2005, levaram Santana Lopes a demonstrar que nem verniz de democrata tem para ouvir críticas e reparos justos. As alterações que o presidente da Câmara se prepara para levar a cabo nas áreas da educação, juventude, desporto e cultura bem merecem no entanto que se levantem questões e se façam alguns avisos à navegação. O texto que agora se publica - a intervenção feita na sessão de 30 de Abril - mantém toda a actualidade.

O programa de educação física Prograpef é um programa de grande prestígio e eficácia nas escolas do 1.º ciclo. Professores e especialistas foram envolvidos na formação dos professores, bem como no equipamento das escolas, para possibilitar uma monodocência cientificamente capacitada para desenvolver com as crianças as práticas desportivas mais adequadas.

Na iniciativa que a Assembleia Municipal de Lisboa realizou, intitulada «A Escola é ainda uma criança», foram profundamente tratadas as questões da monodocência. A senhora vereadora tem o livro que lhe oferecemos recentemente, numa reunião da Comissão de Educação, Desporto e Juventude. É só ler...

Não é de forma impulsiva e atabalhoada que se vai destruir um programa tão prestigiado, substituindo os professores por monitores nas escolas a darem instrução física às crianças. Será que vão cantar o hino ao mesmo tempo, como queria um candidato a vereador que ficava para sempre na Câmara e já se foi?

No programa «Sensibilização à música» também vai deixar de haver formação de professores para haver só monitores a irem às escolas?

Juventude

Será que se confirma o fim da «Semana da Liberdade»?

A senhora vereadora Helena Lopes da Costa é muito maltratada no «Expresso» do dia 27 de Abril, mas parece haver razões fundamentadas para levar tanta pancada.

A senhora não gosta do 25 de Abril, diz não gostar de «orientação ideológica», por exemplo nas Festas da Cidade, mas está aí nesse lugar, perversamente, graças à revolução dos cravos, a esse acontecimento fundamental que foi construído por muitos e muitos homens e mulheres que lutaram, que resistiram ao fascismo (se calhar não gosta desta pala-

vra, mas o fascismo existiu e ainda por aí anda, como se viu e vê em França e também por cá). Com tanta má vontade à ideologia, depois queixemo-nos se esta ofensiva não for contrariada.

De resto, na Comissão de Educação, Desporto e Juventude onde foi recebida recentemente, nesta Assembleia Municipal, teve ocasião de ouvir palavras muito sérias e claras sobre a sua vontade de acabar com a «orientação ideológica», por exemplo no jornal que o Pelouro da Juventude publicava. Não recebeu nenhum «amém» para a sua extinção, ouviu sim que a quase totalidade dos membros da Comissão não conhecia o jornal, mas não estava de acordo com aquilo que parecia configurar-se já, e se confirma, como sanha persecutória a tudo quanto cheira a esquerda e à acção da anterior maioria. A senhora, na discussão realizada na Câmara Municipal, quis confundir a postura democrática com que foi recebida na Comissão com cobertura à censura e à destruição de um jornal. E isso a maioria da Comissão não aceita.

A senhora quer alterar tudo, iniciando até processos enviesados de esvaziamento dos programas socioeducativos. Imagine se tivesse de confrontar-se com os 9 programas socioeducativos que o Pelouro desenvolveu até certa altura, nos Jardins de Infância da Rede Pública, nas Escolas dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos e em Escolas Secundárias (deixou de haver tantos programas também porque o Ministério da Educação já queria passar mais responsabilidades para a CIVIL). Então, se eles tivessem continuado, é que seria uma trabalhadeira de esvaziamento e destruição do essencial. Não haveria justificações que chegassem.

Desporto

Senhor vereador Pedro Pinto: a certa altura, podíamos pensar que o senhor não conhecia a realidade do trabalho na área do desporto. É um trabalho desde há anos reconhecido pelas instituições desportivas da cidade, pelos especialistas e praticantes e pelas populações dos bairros e freguesias.

Propusemos-lhe que fosse à Comissão de Educação, Juventude e Desporto falar connosco sobre a Empresa Municipal «Lis Desporto». Não foi. Não pôde ou não quis arranjar nem sequer 15 minutos para falar connosco. Aliás, nesse dia faltou a outra comissão com a qual tinha combinado estar presente. A vida democrática, o poder local democrático, assim tão exigente e participativo, é uma chatice... Mas hoje, depois de termos reunido naquele dia com a Administração da Empresa e com o Sindicato dos trabalhadores da CML, estão em cima da mesa questões sérias de mais para lhe permitirem continuar a fazer demagogia com isso de as «responsabilidades da gestão das instalações desportivas da «Lis Desporto» passarem para colectividades e agremiações desportivas da cidade». O que os senhores preparam é negociatas talvez com certas instituições, SADs e empresas que estão há muito tempo de olho pregado em novas estruturas e complexos desportivos que poderiam render-lhes

muito dinheiro. A população da cidade perderia o acesso a equipamentos que foram construídos para ampliar a prática democrática e avançada do desporto. Convosco, tudo será negócio. Por isso acenam já com a redução da Câmara Municipal. Afinal, os lamentos do PSD, do CDS/PP e do Bloco de Esquerda sobre o esvaziamento dos serviços face à existência de empresas municipais era mera hipocrisia. Que isto sirva também de lição àqueles que não percebiam que a criação da «Lis Desporto» significava um salto em frente na organização municipal para dar respostas quantitativas e qualitativas mais avançadas às populações dos bairros e das freguesias e aos clubes populares, sem prejuízo dos serviços, antes os libertando para outras áreas fundamentais e rentabilizando espaços, avançando assim em práticas mais evoluídas e positivas.

Agora, os senhores voltam-se para o que é mediático e espectacular, dando dinheiro a empresas grandes e a clubes que são, afinal de contas, empresas, esvaziando assim as práticas desportivas das populações mais desfavorecidas, que ficarão outra vez perante os televisores, a praticar de bancada ou de cadeira, porque fazer desporto é fazer cultura, é desenvolvimento cultural integrado de um povo, e isso para vós é como o 25 de Abril, cheira a trabalhadores, cheira a povo, a liberdade e alegria, e vocês não gostam.

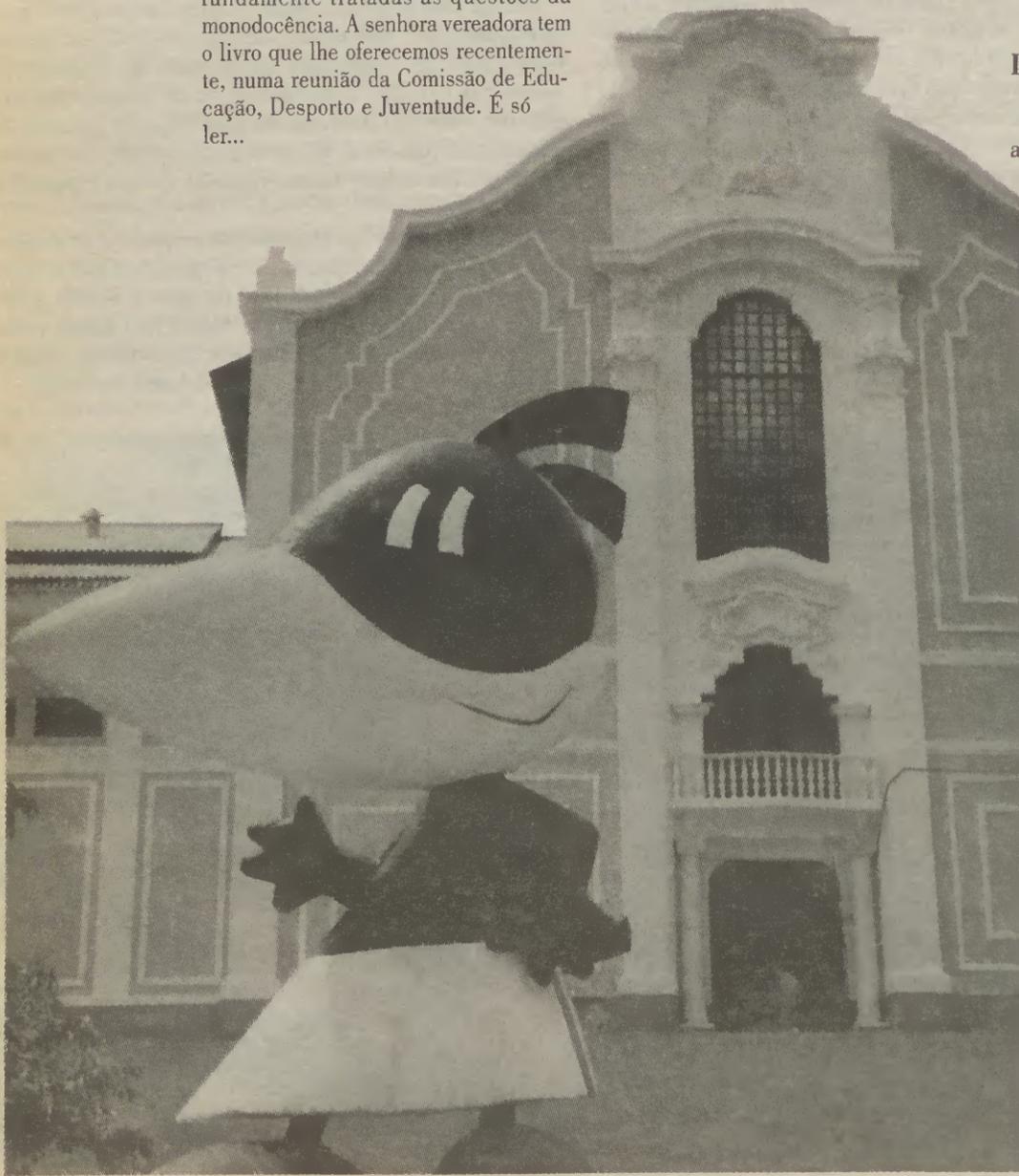
Os «Jogos de Lisboa» vão deixar de ser Jogos de Lisboa, dizem os senhores. Aí vêm novas jogadas de esvaziamento e empobrecimento da realidade desportiva da cidade.

Cultura

Então o Parque Mayer, senhor presidente da Câmara? Onde está tratado neste plano de actividades e orçamento? Vai ser um novo passe de cartola, como mais terrenos e negociatas de grandes empresas?

Cá ficamos à espera dessas habilidades demagógicas para as avaliar, denunciar e combater na prática.

Quanto ao Teatro Aberto, para terminar: os senhores não sabem nem sonham o que foi e é essa história do «Novo Grupo». Se as tivessem visto, detestavam as peças e o trabalho inovador do Grupo 4, na década de 60 e até 1974. Depois de Abril e na liberdade foi uma chatice... até fizeram o «Círculo de Giz Caucasião» e tantas outras abomináveis produções dessa gente que enche a boca e a vida com o que vos causa calafrios e amargura a existência. Mas, por favor, tentem perceber no que se metem, ao alterar o que foi acertado entre a empresa e o Município, para poder desaparecer essa construção do velho teatro que tanta alegria e prazer trouxe à população de Lisboa e também do país, que aqui vinha para os ver representar. Aquilo, senhora vereadora da Cultura e senhor presidente da Câmara, não é um «bric-a-brac» à La Féria de feira. É um trabalho de dezenas de anos, enobrecedor da vida cultural da cidade e do país. Portanto, não estraguem mais. Já basta o que basta e que está mais do que configurado no plano de actividades para 2002. Afinal, o que o salva, a este plano, é o que os senhores e senhoras são obrigados a cumprir porque vem da anterior Coligação. Se não, seria um novo terramoto nesta cidade. Mas, entre mortos e feridos das tentativas de privatizações e de outras coisas que aí vêm, alguém há-de sobreviver e resistir. Não estamos sós e a cidade é uma cidade democrática, que foi fundamental no 25 de Abril e o será para sempre. Portanto, não se descuidem muito, nessa sanha anticultural e ideológica que o «Expresso» tão excepcionalmente veio agora ajudar a clarificar.



Gastronomias

• Francisco Mota

Querido leitor: espero que ao receber esta carta, tu e os teus se encontrem bem. Eu, por cá, vou andando, optimista como sempre. Queria dizer-te que o assunto de que te quero falar é sobre o que comemos e bebemos todos os dias e a que, normalmente, não dás muita atenção. Talvez nunca tenhas reparado na importância daquilo que fazes todos os dias, ou pelo contrário aches que sabes perfeitamente comer e que de vinhos ninguém te pode ensinar nada (tu até és do Redondo ou da Régua). Não se trata de ensinar, trata-se de pensar sobre estas coisas.

E tu dirás: então agora o *Avante!* tem uma coluna de «comes e bebes»?

E eu direi: não, e dialecticamente também direi sim,

Cartas do comer e da vida

porque não se trata de falar de tascas ou adegas que eu te vou descobrir, mas sim de que falemos sobre coisas que se repetem todos os dias e que por isso, por tão vulgares, não parecem merecer nenhuma atenção especial.

Desde já te digo que o meu objectivo é provocar a tua

consciência em temas em que te consideras sabedor ou dessinteressado. Digo-te também que vou tentar fazer-te pensar. E aqui sinto-me outra vez quase na clandestinidade (a do antes do 25 de Abril), porque nos tempos em que vivemos «pensar» é quase um acto revolucionário, tais são as forças que querem que não pensemos e engulamos o que nos dão, quer seja na democrática política do pensamento único dos EUA quer seja no sabor único dos hamburgers e pizzas também dos mesmos. Será por acaso?

Todas as trincheiras são boas

Eu sou dos que pensam que todas as trincheiras são boas para resistir ao avanço do novo Império. E a dos sabores é uma onde estamos todos.

E tu dirás: «já que dizes tantos eu, quem és tu?»

E eu direi que sou um outro leitor do *Avante!* como tu, e direi alguma coisa mais sobre mim. Por exemplo que o ano de 1968 foi marcante para mim. Não pelo superbadalado Maio de Paris. Por outras coisas que te direi por ordem de ocorrência:

1. Comecei a trabalhar – isto marca a consciência de uma pessoa. Faz passar da teoria para a prática, sem ter que ler nenhum tratado filosófico.

2. Em Setembro desse ano, subindo a pé a Rua do Que-lhas, em Lisboa, um camarada propôs-me entrar no Partido (nesse tempo só havia o nosso, não como agora em que há tantos «partidos democráticos»). Eu, com convicção e medo da PIDE, disse que sim.

3. Descobri em Évora (no Fialho) que a cozinha «pobre» podia ser grande e muito superior ao que se comia nas grandes cidades. Comecei a pensar que alguma coisa estava errada na escala de valores que colocavam em primeiro plano qualquer bife vulgar com um molho supostamente francês e em último uma sopa de beldroegas com queijo e alho, cujo sabor é impossível de esquecer.

Estes três acontecimentos juntos, num rapaz de pouco mais de vinte anos, começaram a construir a pessoa que hoje te escreve.

Não penses que te digo tudo isto para falar de mim. Não. Só te digo isto para que se, amanhã, tivermos que falar ou discutir, tu saibas, sem surpresas, com quem estás a falar:

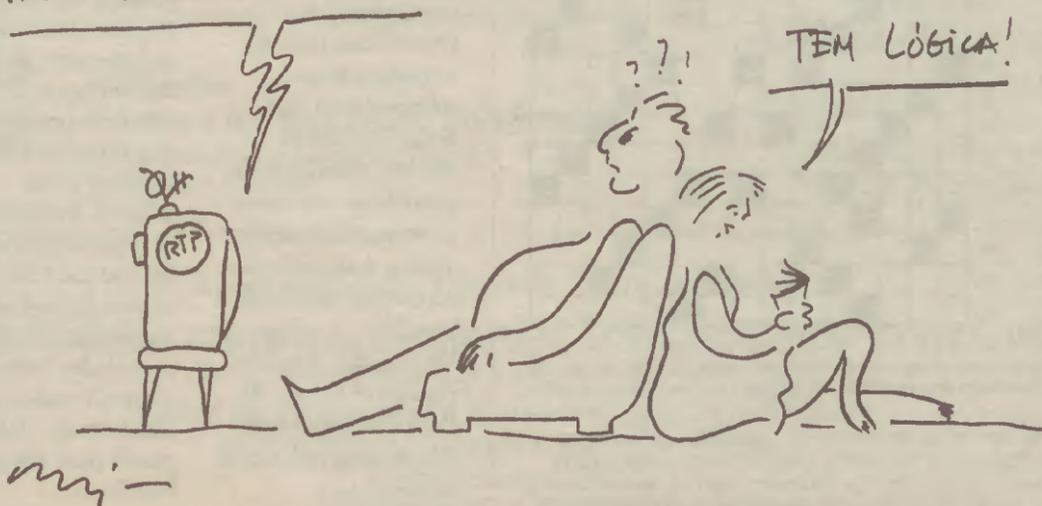
Com um amigo que te manda um abraço.



Cartoon

• Monginho

BANCO DE PORTUGAL
NÃO EXCLUI UM CENÁRIO
DE CRESCIMENTO NEGATIVO.
PSD SAUDA NOVO MODELO
DE CRESCIMENTO ECONÓMICO
PARA PORTUGAL.



Pontos Naturais

• Mário Castrim

Fabulando

Muitas vezes também ao rei Leão
Lhe dá para brincar.
Foi sem má intenção
que, vendo cem macacos a dançar,
disse para a sua tropa:
– Numa aposta me fico:
aposto uma manada
que sou capaz de entrar no bailarico
e ninguém dá por nada!
Aposta feita
o Leão pôs logo a máscara. Era a tal
mas tão, mas tão perfeita
que parecia um macaco tal e qual.
E no baile bailou
rodopiou
saltou
para cá, para lá.
A graça que ele tinha!
Tanto, que até pensou uma macaquinha
– Ai o pão que ali está...

E a macaca amorosa
feliz como uma rosa
suspirou
comovida
e logo o convidou
desinibida
para uma dança. Assim
ofereceu ao seu par
o que de melhor tinha para lhe dar:
um amendoim.

–Vá, come.
– Não tenho fome.
– Mesmo sem fome
come
hás-de gostar. É bom.
– É amendoim?
– Sim, meu amor, é um amendoim
bombom.

O Leão, só de pensar
no gosto do amendoim
pôs-se a urrar
a gritar
a vomitar
e tanto que, por fim
já sem resposta
lhe cai a máscara ao chão
ficou leão
perdeu a aposta.

Se me estiver a ouvir algum macaco
com algum caco
pois vá por mim
se quer salvar a face.
Para saber se alguém pertence à classe
é manifesto:
empregue o truque do amendoim
e a realidade faz o resto.

Religiões

• Jorge Messias

O primeiro requerimento formal dirigido pela Igreja ao Estado, no sentido da concessão de um canal da TV, data de 1982, sendo então primeiro-ministro Pinto Balsemão, actual grande patrão do sector português dos *media*. A pretensão era abertamente inconstitucional. «A TV não pode ser objecto de propriedade privada», referia a Constituição então em vigor (art.º 38.º, n.º 7). A Igreja Católica, no entanto, invocando como fundamento legal os termos da Concordata em vigor, começou a desenvolver um projecto da exploração privada de um canal televisivo. Havia algum tempo já que o Patriarcado de Lisboa tinha insti-

O projecto televisivo da Igreja Católica (II)

tuído a CEPTI – Comissão de Estudo do Projecto de Televisão da Igreja, a qual elaborara a seguinte doutrina: os instrumentos diplomáticos que obrigam o Estado português devem sobrepor-se às normas constitucionais. Assim, «o sofisma da inconstitucionalidade da atribuição de um canal de televisão à Igreja Católica encontra-se totalmente desfeito, face ao que está disposto na Concordata entre o Estado português e o Vaticano». Tanto bastou para que, em Dezembro de 1985, um Conselho de Ministros do governo apresentasse na Assembleia da República uma proposta de alteração da lei geral, no sentido da regulamentação das formas de concessão de um canal de televisão à Igreja Católica (Comunicado do Conselho de Ministros, primeiro governo de Cavaco Silva, 19.12.85). Nesta perspectiva unilateral, a direcção católica sustentou perante a Assembleia da República a posição de que o canal a atribuir à igreja não podia ser considerado um privilégio, sujeito às incertezas de um concurso público, mas correspon-



defendemos que a televisão venha a ser apenas propriedade do Estado e da Igreja... Em Portugal, o Estado exorbita. Arvora um direito que lhe é garantido pela Constituição. Mas todos nós sabemos o modo como a Constituição foi feita e o período em que o foi!» No contexto político daquela altura – e numa área vital como a da radiotelevisão – a iniciativa eclesiástica funcionava naturalmente no sentido de desbravar caminhos à liberalização dos canais audiovisuais e de contestar a legislação laica e democrática com base na Revolução de Abril.

Teia de intrigas e contradições

Sabe-se, agora, que nada neste projecto decorreu ao acaso. Naquela altura, porém, interesses, objectivos, protagonistas, negociação de alianças ou cruzamentos constantes de eclesiásticos com políticos e de, ambos, com banqueiros, tudo se ocultava por entre uma poeira permanente de boatos e atoardas ou da valorização de factos menores, por parte dos grandes órgãos da comunicação social. Dentro do próprio bloco católico havia graves divergências. Ao Patriarcado e à Universidade Católica, que pretendiam liderar o processo, opunha-se a Rádio Renascença, ciosa dos seus pergaminhos na rádio. Os bispos do Norte reclamavam as suas televisões regionais. E o próprio Vaticano hesitava em apoiar o ambicioso projecto português. Para quê investir fortunas na instalação e manutenção de uma dispendiosíssima rede de emissão de sinais quando as tecnologias apontavam para as incontestáveis vantagens do sistema de emissão por satélite? Esta teia miúda de intrigas e contradições abeirava-se de um ponto de ruptura quando, tudo indica em 1991, o Opus Dei foi chamado a intervir e a apaziguar os interesses discordantes. Aproximava-se a data de novas elei-

ções legislativas e o peso da igreja seria determinante para os seus resultados. Cavaco Silva prometia e recuava depois. O governo, indo ao encontro das teses da igreja, decidira abrir aos privados o mercado da televisão. Mas só poderia dispor de dois canais, número claramente insuficiente para satisfazer os potenciais interessados. Foi então que se manifestaram, uma vez mais, o engenho e as capacidades dos alunos do padre Es-

crivá.

Pontos Cardeais

Crises

Quase num efeito de dominó, os escândalos financeiros e bolsistas nos EUA sucedem-se uns aos outros, como se a corrupção e a vigarice estivessem perfeitamente instalados na sociedade norte-americana e nos seus mecanismos de poder: primeiro, foi a escandalosa falência da Enron, a maior empresa energética do país, agora surgiu nas mesmas circunstâncias e riscos a Worldcom, a segunda maior empresa de telecomunicações dos EUA, a que também se soma a Xerox, a maior empresa de fotocopiadoras, que já admitiu ter declarado biliões de dólares de prejuízos como fraudulentos (e inexistentes) lucros, enquanto já circula abertamente na imprensa do país que outras grandes empresas estarão nas mesmas condições. O único resultado visível tem sido a queda rápida da moeda norte-americana nos mercados mundiais e a perturbação mundial das cotações e transações em bolsa,

Perguntas

Segundo o Expresso, Paulo Portas garante não ter sido financiado pela Universidade Moderna enquanto presidente do PP, mas de caminho vai (pelo menos) ter que responder por escrito a 117 perguntas formuladas pelo tribunal sobre este nebuloso caso, onde o seu nome surge teimosamente escarrapachado nos registos contabilísticos das despesas da Universidade Moderna, envolvendo verbas para coisas tão inesperadas como férias pagas, automóveis e etc. São muitas perguntas a responder por escrito. Vamos a ver se as respostas de Paulo Portas são suficientes para o tribunal e, se não o forem, se isso o obrigará (ou não...) a «ir à oral»...

Vitórias

Uma pergunta: agora que o Brasil ganhou o campeonato do Mundo de Futebol, será que o problema das eleições presidenciais no país continuará em segundo plano? Uma coisa é certa: a direita brasileira anda há que tempos a semear



enquanto estas fraudes gigantescas se medem aos biliões de dólares e a impunidade está calmamente instalada em todas as situações. No país que condena à morte com todo o à-vontade e que aplica pesadíssimas penas a quem fuja ao fisco ou cometa fraudes económicas, tudo isto se passa sem um sobressalto ou uma acusação séria ao sistema, afunilando-se o problema com umas (eventuais) acusações avulsas a alguns bodes expiatórios apanhados a jeito... De caminho, o inefável presidente George W. Bush declara «recear» apenas uma «nova crise económica»...

os mais incríveis e demagógicos boatos para atacar a candidatura de «Lula», estratégia que, internamente, caiu num grande saco roto durante o Mundial de Futebol. Agora que a taça foi para o Brasil e os ânimos vão naturalmente acalmar, veremos como as tremendas injustiças que grassam e se multiplicam na sociedade brasileira vão de novo voltar à ribalta política e à luta eleitoral. Nos estertores do império romano, dava-se pão e circo às massas descontentes para as manter calmas e controladas. Neste caso, o circo já acabou e... o pão continua a faltar em grande parte das mesas brasileiras...

Palavras Cruzadas

HORIZONTAIS: 1 – Pilhagem; capaz; pátria (fig.). 2 – Cume; altar cristão; grande massa de água salgada; mau dançador. 3 – Emissão de voz; adquirir; órgão excretor que tem a seu cargo a função da formação da urina. 4 – Incrédulo; assento comprido com braços e costas, onde se podem sentar duas ou mais pessoas; bismuto (s.q.). 5 – Tontura; a ti; vasilha ou saco de couro ou de pele para transporte de líquidos. 6 – Amontoar; rio da Suíça que banha a cidade de Berna. 7 – Deus egípcio; além disso; dela; sorri. 8 – Unidade das medidas agrárias; parte extrema de uma povoação. 9 – Molesto; Conselho de Imprensa (abrev.) qualquer instrumento de ataque ou defesa. 10 – Antes de Cristo (abrev.); admoestar; sete mais um. 11 – Para barlavento; elemento químico gasoso, pertencente ao grupo de gases raros ou nobres; grande quantidade. 12 – Fruto do jiloeiro; ceder gratuitamente; fileira; outra coisa. 13 – Vazia; título dos antigos reis do Egipto; cabo fixo no punho da escota onde se prendem os papa-figos e as velas para as segurar do lado de onde sopra o vento.

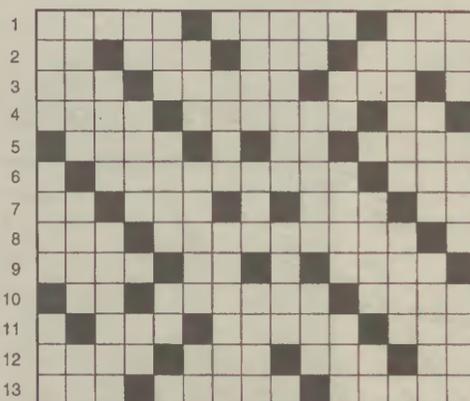
VERTICAIS: 1 – Medida para secos correspondente ao alqueire; terra que de inculta passou a ser arroteada; nome vulgar da ave também chamada bufo, corujão, mocho-real. 2 – O m.q. nitrogénio; medida de uma superfície; Instituto de Camões (abrev.). 3 – Tecido de malha para cobrir o pé e parte da perna; relação de dimensões entre o desenho e o objecto representado. 4 – Caminhava; cavalo de raça holandesa, forte e corpulento, também conhecido por frisão; tecido fino como esemilha. 5 – Argola; vento brando e aprazível; nome de letra grega que corresponde ao R latino. 6 – Abecedário; sinal distintivo de um produto; oferece. 7 – Proibido; roer uma coisa dura. 8 – Termo hebraico, que significa assim seja; planeta que gira em volta da Terra e que lhe serve de satélite; planta trepadeira da família das araliáceas. 9 – Recipiente ou engenho para bater o leite e a nata para fazer manteiga; casta de uva branca e muito doce. 10 – Dirigir-se; habitante ou natural da Pérsia; espécie de albufeira. 11 – Mulher acusada de um crime; lição; remoinho de água. 12 – Medida itinerária chinesa; terreno aberto ou murado, em frente ou em volta das igrejas; antes do meio-dia (abrev.). 13 – Nome da letra grega correspondente ao L; título dado aos chefes de certas tribos muçulmanas e aos descendentes de Maomé. 14 – Atmosfera; enfiar; rebocar. 15 – Rente; que é de bronze; cercadura.

9 – Barata; boal. 10 – Ir persas; ra. 11 – Ré; anla; oia. 12 – Lt; adry; Am. 13 – Lamda; emh. 14 – Ar; irar; aior. 15 – Ré; emh; oia.

VERTICAIS: 1 – Ras; aral; ujo. 2 – Azot; oio; ara; IC. 3 – Met; oca; a. 4 – Ia; urco; lo. 5 – Ar; ar; ara; ra. 6 – Ab; q; mar; ca; d. 7 – Tab; rih; ar. 8 – Am; en; her.

HORIZONTAIS: 1 – Raz; hab; lar. 2 – Az; ar; mar; lar. 3 – Som; ob; ter; nm. 4 – Aleu; canap; B. 5 – Or; te; odr. 6 – Acum; lar; Ar. 6 – Rá; or; su; n.

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



SOLUÇÃO:

Reuniões e Plenários

ALANDROAL – Reunião da Comissão Concelhia, alargada a outros Quadros, para discussão das conclusões da Conferência Nacional e sua aplicação no concelho: dia 5.

ALMADA – Plenário de militantes da organização de **Cacilhas** (na Junta de Freguesia de Cacilhas, dia 5 às 21h); plenário da organização de **Laranjeiro**: dia 5 às 21h, no CT do Laranjeiro.

Sardinhada-convívio promovida pela Com. Concelhia: domingo, 7, no Parque de Sto. António, **Costa de Caparica**.

AMADORA – Plenário de militantes da **Falagueira**: hoje, dia 4, às 20h30, no CT da Amadora; plenário da organização dos **Trabalhadores das Juntas de Freguesia e ATL's**: dia 5, às 18h, no CT da Amadora; plenários de militantes das freguesias de **Mina** (no CT da Amadora), **Reboleira** (Junta de Freguesia local), **Venda Nova** (na R. Carlos Amaro de Matos, 13) – todos às 15h; plenário das organizações de **Damaia, Buraca e Alfragide**: dia 7 às 15h, no CT da Damaia.

BARREIRO – Plenário de militantes do **Sector Químico** para discussão das conclusões da Conferência Nacional (dia 4 às 17h30, no CT Concelhio); da organização da freguesia do **Alto do Seixalinho** (dia 5 às 17h, no CT Concelhio); de militantes do **Sector Ferroviário** (dia 6, 15h, CT Concelhio) e da freguesia de **Santo André** (dia 6, 15h, CT da Freguesia).

Piquenique da Organização Concelhia do Barreiro no **Pinhal do Duque**, Stº Antº da Charneca (domingo, 7, a partir das 12h)

BORBA – Reunião da Comissão Concelhia, alargada a todos os militantes do concelho, para discussão das conclusões da Conferência Nacional e sua aplicação no concelho: dia 4 às 21h no CT.

CASCAIS – 5.ª **Assembleia da Organização de Freguesia de Alcabideche**: sábado, 6, às 15h, no Centro de Trabalho de Alcabideche.

ÉVORA – Reunião da Comissão Concelhia, para discussão das conclusões da Conferência Nacional e sua aplicação no concelho: dia 9 às 21h no CT, com a participação de **José Sociro**.

Almoço-convívio em **Monte do Trigo** (Portel), com a participação de **Agostinho Lopes**: dia 6 às 13h, no Estaleiro da Junta de Freguesia.

LISBOA – Plenários do **Sector Intelectual**, todos no CT Vitória: do SAPAD, hoje, dia 4 às 18h30; do Sector de Ciência, Tecnologia e Ambiente, dia 8 às 21h; de Professores do Ensino Superior: dia 10, 21h; do Sector das Ciências Sociais: dia 11, às 21h.

Plenário de militantes da **Zona Oriental de Lisboa**, sobre a situação política e conclusões da Conferência Nacional: terça-feira, dia 9, às 20,30, no CT Vitória, com a participação de **Francisco Lopes**.

LOURES – **Sardinhadas-convívios** em **Santo António dos Cavaleiros** (na AMSAC/Associação de Moradores, dia 6) e em **Apelação** (no dia 7, no CT do PCP, por iniciativa das organizações de Apelação, Camarate e Unhos).

MONTEMOR-O-NOVO – Reunião da Comissão Concelhia, para discussão das conclusões da Conferência Nacional e sua aplicação no concelho: dia 5, no CT, com a participação de **Domingos Abrantes**.

PALMELA – Plenário concelhio de Quadros: sábado, 6, às 15h, no auditório dos Bombeiros Voluntários do **Pinhal Novo**, com a participação de **Virgílio Azevedo**.

SETÚBAL – Plenários para discussão da situação política, decisões da Conferência Nacional e Festa do Avante: da célula dos **Trabalhadores da CMS** (dia 11, 18h) e das **Freguesias da Cidade** (dia 12 às 21h30) – ambos no CT de Setúbal.

Reunião plenária da CDU Setúbal para balanço da acção autárquica e discussão de perspectivas e linhas de trabalho: no Centro de Trabalho do PCP, domingo, dia 7, com início às 15h.

Caldas da Rainha

Domingo, 7 de Julho

Mercado-festa na Mata do Hospital

organizado pela Comissão Concelhia do PCP

Venda de produtos agrícolas – Quermesse – Almoço regional
Animação musical com o Duo «5 Estrelas»

Intervenção sobre a situação política por

Jerónimo de Sousa



Vila Franca de Xira

Piquenique – na Mata do Paraíso, em Vialonga
Sábado, 6, com partida da paragem do Jardim de Alverca às 10h

Guimarães

Contra o fim do Crédito Bonificado
Concentração no Largo do Toural
Dia 6 a partir das 9h30.



13.º Passeio das Mulheres CDU do Porto

Convívio na Barragem do Alvão (Vila Pouca de Aguiar)

Jogos tradicionais – Música popular

Domingo, 7 de Julho

Convidado:

Carlos Carvalhas



Hoje, dia 4, em Sta. Maria da Feira Homenagem pública ao Dr. Ferreira Soares,

no 60.º aniversário do seu assassinato pela PIDE
Romagem ao cemitério de Nogueira da Regedoura e sessão evocativa, às 18h,

com intervenções de **Manuel da Silva, Jorge Soares e Dias Lourenço**



Debate no Porto sobre a Administração Pública:

«Funções Sociais do Estado: Que futuro?»

Na Junta de Freguesia de Santo Ildefonso, sexta-feira, 5, às 18h30 com a participação de

Bernardino Soares, Eugénio Rosa, Francisco Teixeira e José Calçada



Segurança Social – Que futuro?

Debates com **Eugénio Rosa e Fernanda Mateus**

No Cartaxo – sexta-feira, 5, 21h, Auditório Municipal Quinta das Pratas.

Em Alcanena – sábado, 6, 17h, Auditório Municipal de Alcanena.

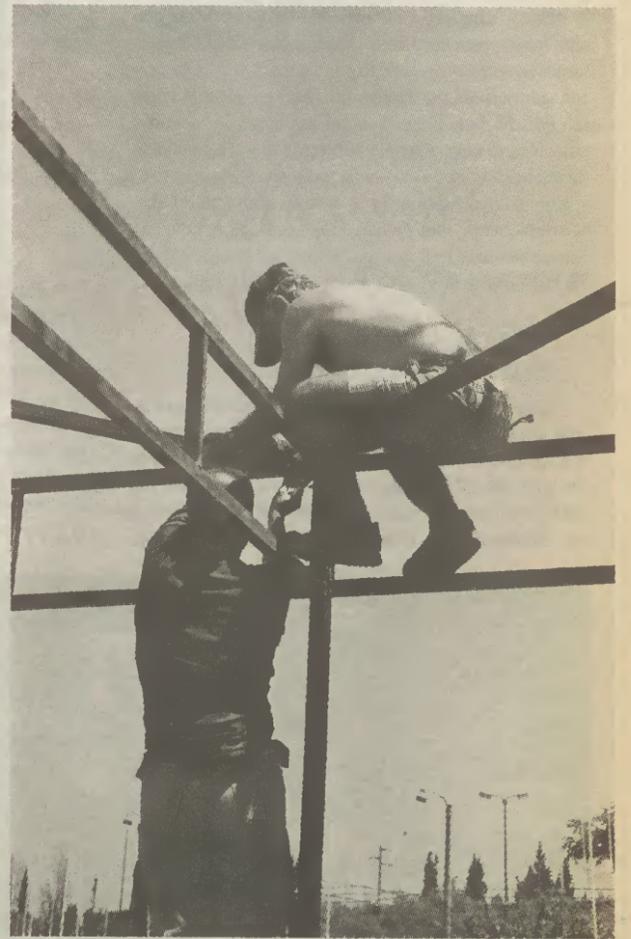


Na Baixa da Banheira:

«A defesa da Segurança Social»

Na delegação da Pluricoop, terça-feira, 9 às 21h30, com a participação de **Vicente Merendas**

festa do Avante! 2002



Em 6, 7 e 8 de Setembro a Festa será o que formos fazendo por ela. Todos os fins-de-semana há jornadas de trabalho organizadas para todas as especialidades... e habilidades. **Participa com a tua!**

Em Julho:

Torneio de Futebol de Salão em Santa Iria de Azóia

(Ringue da Escola dos Lápis)

Inscrições até 30 de Junho no CT do PCP (219590010) e na Papelaria Matriochka (219561005)

Homenagem a José Manuel Osório

Noite de Fados na Adega da Quinta da Atalaia Festa do Avante!

Sábado, 20, com jantar às 20h30 e fados às 22h

Fadistas: **Afonso Oliveira, Augusto Robalo, Fernando Viegas, Joana Veiga, Lena Santos, Maria de Lurdes, Olga Villanova**

Guitarra: **João Chitas – Viola: Carlos Fonseca**
Baladas de Coimbra por João Queiroz

(Inscrições: Isabel Marques ou Anacleto, tel. 21 7813800)

Viagem ao Brasil

5 a 13 de Outubro 2002

promovida pela Com. Concelhia de Almada (Informações: cam. Cabrita – 212752777)

Viagem às Capitais Nórdicas

Oslo – Copenhaga – Estocolmo
28 de Julho a 5 de Agosto 2002
promovida pela DORS

(informações: cam. Adelaide – 265521180)

Associação de Amizade Portugal-Cuba

Solidariedade contra o bloqueio! Solidariedade com Cuba!

Por ocasião do aniversário do assalto ao Quartel de Moncada

Jantar no restaurante Caleidoscópio, em Lisboa

dia 18 às 20h, com a presença do Embaixador de Cuba

e música cubana ao vivo
(Reservas: tel. 21.3857305)

ATVer

Anthony Minghella,
realizador de
«O Talentoso
Mr. Ripley»

O Talentoso Mr. Ripley

(Quinta-feira, 04.07.02, RTP-2)

O Talentoso Mr. Ripley é uma luxuosa e sofisticada adaptação ao cinema de um dos romances mais célebres de Patricia Highsmith, tendo sido um dos grandes êxitos cinematográficos de 1999. Realizado por Anthony Minghella, o premiado realizador de *O Paciente Inglês*, esta nova versão das sinuosas e desconcertantes aventuras de Tom Ripley, a mais marcante personagem criada por Highsmith, está construída como um grande jogo. Resulta daqui um filme de suspense psicológico, marcado pela perversão moral e homicida de um homem que se serve de todos os meios para conseguir realizar todos os seus desejos num mundo que, aparentemente, lho recusa. Tudo servido por uma boa reconstituição de época e um bom naipe de actores: Matt Damon, Gwyneth Paltrow e Judy Law.

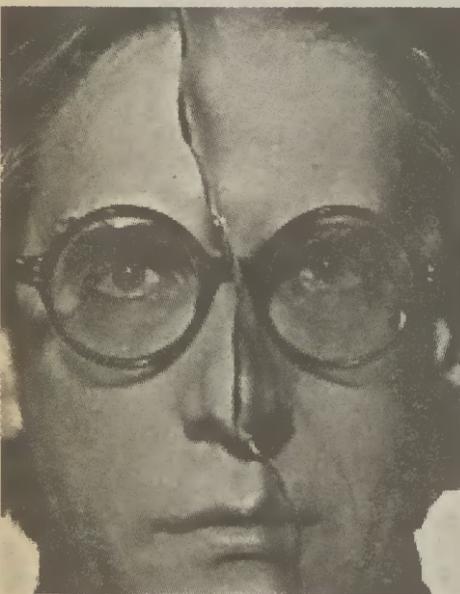
Vidas Nocturnas

(Sexta-feira, 05.07.02, TVI)

Este é um dos títulos menos conhecidos do especialista em filmes fantásticos e de terror, John Carpenter, que em 1994 nos apresentava esta história de mortos que, afinal, se «mexem» e se transformam em autênticos mensageiros do demónio para cumprirem a sua sinistra missão. Uma história grotesca que preten-



Star Trek 2: o regresso da nave «Enterprise»



David Cronenberg realizou «Crash»

de pôr os cabelos em pé dos apreciadores do género não é dos trabalhos mais conseguidos do autor.

Star Trek 2: A Ira de Khan

(Sábado, 06.07.02, RTP-1)

Star Trek foi, em primeiro lugar, uma bem sucedida série de televisão de ficção científica que, em Portugal, passou sob o título *O Caminho das Estrelas*. Passou ao cinema pelas mãos do realizador Robert Wise, onde as aventuras da tripulação da nave «Enterprise» se tornaram um mito e as suas personagens lendárias: o capitão Kirk, Mr. Spock, Sulu, etc. O sucesso foi tal que, mais tarde – em 1982 – foi lançada a série cinematográfica com este *Star Trek 2: A Ira de Khan*, com realização de Nicholas Meyer. Desta vez, o capitão Kirk e os seus companheiros têm que enfrentar um velho inimigo, o sanguinário Khan, que acabam por vencer com enormes custos pessoais, a começar pelo sacrifício de Mr. Spock (fazendo assim a vontade ao actor que o encarnava, o impressionante Leonard Nimoy, que estava farto da personagem e a queria largar definitivamente). Reunindo o velho elenco da série para uma última «cavalgada final», o realizador construiu um filme movimentado e divertido, onde não falta a autoparódia.

D. Quixote

(Domingo, 07.07.02, RTP-2)

Esta é uma histórica versão cinematográfica da imortal obra de Cervantes realizada por Georg



Wilhelm Pabst, em França. Este célebre e errante cineasta alemão rodou *D. Quixote* em três línguas – inglês, francês e alemão –, como era uso no princípio do cinema sonoro na Europa, isto com três elencos de apoio. O filme de Pabst é uma notável reunião de talentos e de distintas colaborações artísticas, de que destacamos o fabuloso trabalho de fotografia (de que é exemplar a sequência dos moinhos) e a magnífica interpretação do actor russo Feodor Chalapin, no principal papel e nas três versões do filme.

Crash

(Segunda-feira, 08.07.02, RTP-1)

Crash foi um dos maiores êxitos da carreira de David Cronenberg e, também, um dos seus filmes mais controversos e polémicos. Admirável adaptação ao cinema do romance de J. G. Ballard, *Crash* é um filme demencial e, ao mesmo tempo, irresistível sobre o fascínio do sexo e da morte sobre rodas. Trata-se de uma espantosa visão da mórbida combinação do erotismo com a mutilação, da autodestruição calculada com o desejo sexual, da morte com a violência dos acidentes rodoviários. No fundo, o

romance de Ballard reúne quase todos os temas favoritos de Cronenberg, da mutilação física e emocional à busca obsessiva de novas experiências sensoriais, passando pelas inevitáveis relações do Homem com a Máquina. Cronenberg assina um filme de uma grande audácia visual, emocional e erótica, que é uma lúcida reflexão sobre a perversidade humana. Um filme surpreendente e delirante, com James Spader, Holly Hunter e Elias Koteas nos principais papéis.

As Mil Luzes de Nova Iorque

(Segunda-feira, 08.07.02, RTP-1)

Em Setembro de 1984, Jay McInerney publicou o seu primeiro romance, que teve 19 edições e vendeu mais de meio milhão de exemplares. Quatro anos depois assina o argumento da adaptação cinematográfica que se transformou no bem sucedido *As Mil Luzes de Nova Iorque*, com realização de James Bridges. Trata-se de uma pitoresca e divertida crónica urbana sobre um jovem sonhador que se perde no meio do irresistível fascínio das luzes de Nova Iorque, e o seu descontrolo emocional. Um filme inteligente, divertido e perturbador, que assenta, quase inteiramente, na excelente interpretação de Michael J. Fox que, com subtilidade e charme, constrói a personagem inconsequente e desnorreada do jovem que queria conquistar um lugar ao sol na grande cidade e quase acabou derrotado pela coca nas discotecas da moda.

«As Mil Luzes de Nova Iorque», uma pitoresca e divertida crónica urbana onde brilha Michael J. Fox



Quinta, 4

▼ RTP 1

07.00 Bom Dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Regiões – Local
14.30 Via Aberta
16.30 Amor e Ódio
17.30 O Elo Mais Fraco
18.25 Quebra Cabeças
19.00 O Preço Certo em Euros
20.00 Telejornal
21.35 Gregos e Troianos
00.25 Os Sopranos
01.30 24 Horas
01.30 «Uma Noite Inesquecível» (Filme)

▼ RTP 2

07.00 Espaço Infantil
11.00 Euronews
13.00 Mesa à Portuguesa
13.30 Sinais do Tempo – História da Extrema Direita
14.30 Euronews
17.00 Informação Gestual
18.45 Informação Religiosa
19.15 Horizontes da Memória
19.45 Clube da Europa
20.00 Casei com uma Feiteiceira
20.30 3º Calhau a Contar do Sol
21.00 Dharma e Greg
21.30 Objectos Estranhos
22.00 Jornal 2
23.00 Roswell
24.00 «O Talentoso Mr., Ripley» (Filme)
01.30 Portugalmente

▼ SIC

07.00 Infantil/Juvenil
09.30 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Rex, o Cão Polícia
15.00 Às Duas por Três
16.00 Malhação
17.30 Desejos de Mulher
18.30 New Wave



O romance de «Dharma e Greg» chega para nós ao fim na terça-feira

19.15 Coração de Estudante
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
21.30 O Grande Mestre
22.00 O Clone
23.00 Loucas Perseguições
01.00 «Estrada de Sangue» (Filme)
01.30 Ciclo Karajan (Beethoven)

▼ TVI

08.15 Animação Infantil
09.45 As Manhãs da TVI
13.00 TVI Jornal
14.00 Jardins Proibidos
15.00 Bora Lá Marina
16.15 Sonhos Traídos
17.30 Academia das Estrelas
18.00 Marés Vivas
19.00 Tudo por Amor
19.00 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.15 Anjo Selvagem
22.30 Sonhos Traídos
23.15 «Assassinos de Sangue» (Filme)
01.15 «Rapazes» (Filme)

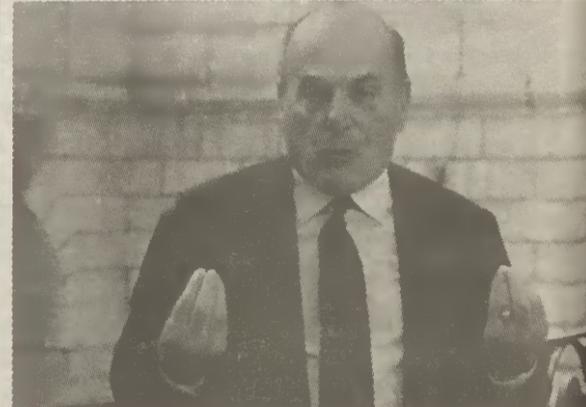
Sexta, 5

▼ RTP 1

07.00 Bom Dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Regiões – Local
14.30 Via Aberta
16.30 Amor e Ódio
17.30 O Elo Mais Fraco
18.25 Quebra Cabeças
19.00 O Preço Certo em Euros
20.00 Telejornal
21.30 O Elo Mais Fraco
22.30 «Don't Look Behind You» (Filme)
00.15 Os Sopranos
01.15 24 Horas
01.30 Conversas de Mário Soares
02.30 «Lily Esteve Lá» (Filme)

▼ RTP 2

07.00 Espaço Infantil
11.00 Euronews



Hermano Saraiva e os seus «romances» de História (na RTP2)

13.00 Mesa à Portuguesa
13.30 Retratos – «Paolo Conte»
14.30 Euronews

17.00

Informação Gestual
18.45

Informação Religiosa
19.15 2010

19.45 Clube da Europa
20.10 Casei com uma Feiteiceira

20.35 3º Calhau a Contar do Sol
21.10 Dharma e Greg

21.30 Objectos Estranhos
22.00 Jornal 2

23.00 A Rainha e o País
24.00 Longa-metragem

02.20 Portugalmente

▼ SIC

07.00 Infantil/Juvenil
09.30 SIC

10 Horas
13.00 Primeiro Jornal

14.00 Rex, o Cão Polícia
15.00 Às Duas por Três

16.00 Malhação
17.30 Desejos de Mulher

18.30 New Wave
19.15 Coração de Estudante

20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso

21.30 O Grande Mestre
22.00 O Clone

23.00 O Grande Mestre
00.45 Sexappeal

01.45 «Um Agente dos Diabos» (Filme)
03.45 Espaço Cinema

▼ TVI

08.15 Animação Infantil
09.45 As Manhãs da TVI

13.00 TVI Jornal
14.00 Jardins Proibidos

15.00 Bora Lá Marina
16.15 Sonhos Traídos

17.30 Academia das Estrelas
18.00 Marés Vivas

19.00 Tudo por Amor
19.00 Anjo Selvagem

20.00 Jornal Nacional
21.15 Anjo Selvagem

22.30 Sonhos Traídos
23.15 «As Garras de um Anjo» (Filme)

01.15 «Vidas Nocturnas» (Filme)

Sábado, 6

▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Top +
15.00 O Passeio dos Alegres
18.30 Melhor É Impossível
19.30 Contra-Informação
20.00 Telejornal
21.30 Camilo, o Pendura
22.00 Fábrica das Anedotas
22.30 «Regressar ao Passado»
00.15 «Star Trek 2: A Ira de Khan»
01.30 24 Horas
02.10 «A Caixa ao Luar» (Filme)

▼ RTP 2

07.00 Euronews
09.00 Universidade Aberta
12.00 Iniciativa
14.00 Parlamento
15.00 Desporto 2
19.30 Horizontes da Memória



Hermano Saraiva e os seus «romances» de História (na RTP2)

20.00 Famílias
20.30 Bombordo
21.00 Por Outro Lado
22.00 Jornal 2

23.00 O Lugar da História
00.00 Britcom

01.00 Saxazul (Gravações do Festival de Cascais)
02.00 Noites Curtas do Onda Curta (Curtas-metragens)

▼ SIC

08.00 Sic a Abrir
12.00 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal

13.45 Catarina.com
14.30 Walker, o Ranger do Texas

16.00 A Vingadora
16.45 Air America

17.45 «Melodia do Coração» (Filme)
20.00 Jornal da Noite

21.00 Malucos do Riso
21.30 Linha da Sorte

22.30 Fúria de Viver
23.30 «Homem de Guerra» (Filme)

01.30 Residencial Tejo
02.30 A Rainha de Espadas

▼ TVI

08.30 Animação
11.00 Sonhos Traídos
12.00 Lux

13.00 TVI Jornal
14.00 Um Cãozinho Chamado Eddie

14.30 «Ninja em Beverly Hills» (Filme)
16.00 «Jumanji» (Filme)

18.00 Tudo por Amor
20.00 Jornal Nacional

21.00 Super Pai
22.00 O Último Beijo

24.00 «Para Além do Horizonte» (Filme)
02.00 «Grito de Revolta» (Filme)

03.30 Os Médicos

Domingo, 7

▼ RTP1

- 07.00 Infantil/Juvenil
- 11.30 Planeta Azul
- 12.00 Jornal da Tarde
- 12.50 Fórmula 1 - GP de Inglaterra
- 15.00 João Baião
- 18.45 Melhor É Impossível
- 20.00 Telejornal
- 21.30 O Elo Mais Fraco
- 22.30 «Terra Perdida» (Filme)
- 00.30 24 Horas
- 00.45 «Illuminata» (Filme)

▼ RTP2

- 07.00 Euronews
- 09.00 Programa Religioso
- 11.30 Horizontes da Memória
- 12.00 Turma das Ciências
- 13.00 Uma Gota para a Vida
- 14.00 Desporto 2
- 18.30 Futebol, o Jogo Maravilhoso
- 19.30 Onda Curta
- 20.00 Os Miseráveis
- 21.00 Artes e Letras - «Mats Ek»
- 22.00 Jornal 2

Segunda, 8

▼ RTP1

- 07.00 Bom Dia Portugal
- 10.00 Praça da Alegria
- 13.00 Jornal da Tarde
- 14.00 Regiões - Local
- 14.30 Via Aberta
- 16.30 Amor e Ódio
- 17.15 Hóquei em Patins - Campeonato da Europa
- 19.00 O Preço Certo em Euros
- 20.00 Telejornal
- 21.30 Sorte Grande
- 21.45 O Elo Mais Fraco
- 22.45 «Crash» (Filme)
- 00.30 Os Sopranos
- 01.30 24 Horas
- 01.45 «As Mil Luzes de Nova Iorque» (Filme)

▼ RTP2

- 07.00 Espaço Infantil
- 11.00 Euronews
- 13.00 Mesa à Portuguesa
- 13.30 O Lugar da História
- 14.30 Euronews
- 15.00 Volta a França 2002
- 17.15 Informação Gestual
- 18.30 Informação Religiosa
- 19.00 Planeta Azul

Terça, 9

▼ RTP1

- 07.00 Bom Dia Portugal
- 10.00 Praça da Alegria
- 13.00 Jornal da Tarde
- 14.00 Regiões - Local
- 14.30 Via Aberta
- 16.30 Amor e Ódio
- 17.45 O Preço Certo em Euros
- 18.45 Hóquei em Patins - Campeonato da Europa
- 20.00 Telejornal
- 21.00 Grande Informação
- 22.00 O Elo Mais Fraco
- 23.00 «Assalto Mortífero» (Filme)
- 00.45 Os Sopranos
- 01.45 24 Horas
- 02.00 «As Asas da Fama» (Filme)

▼ RTP2

- 07.00 Espaço Infantil
- 11.00 Euronews
- 13.00 Mesa à Portuguesa
- 13.30 2010
- 14.30 Euronews
- 15.00 Volta a França 2002
- 17.15 Informação Gestual
- 18.30 Informação Religiosa
- 19.00 Onda Curta
- 19.30 Turma das Ciências
- 20.00 Casei com uma Feiticeira
- 20.30 3º Calhau a Contar do Sol
- 21.00 Dharma e Greg
- 21.30 Coleccionadores de Arte
- 22.00 Jornal 2
- 23.00 Os Limites do Terror
- 00.00 «Aconteceu Uma Vez na China - 2» (Filme)
- 01.45 Portugalmente

▼ SIC

- 07.00 Infantil/Juvenil
- 10.00 Uma Aventura...
- 11.00 SIC 10 Horas
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 Buffy, Caçadora de Vampiros
- 15.00 As Duas por Três

Quarta, 10

▼ RTP1

- 07.00 Bom Dia Portugal
- 10.00 Praça da Alegria
- 13.00 Jornal da Tarde
- 14.00 Regiões - Local
- 14.30 Via Aberta
- 16.30 Amor e Ódio
- 17.45 O Preço Certo em Euros
- 18.15 Quebra Cabeças
- 18.45 O Preço Certo em Euros
- 19.45 Hóquei em Patins - Campeonato da Europa
- 21.15 Telejornal
- 22.30 O Elo Mais Fraco
- 23.30 «A Raiva» (Filme)
- 01.00 Os Sopranos
- 02.00 24 Horas
- 02.15 «O Grito da Borboleta» (Filme)

▼ RTP2

- 07.00 Espaço Infantil
- 11.00 Euronews
- 13.00 Mesa à Portuguesa
- 13.30 Por Outro Lado
- 14.30 Euronews
- 13.30 Por Outro Lado
- 14.30 «O Estado da Nação» (Debate na AR)
- 17.30 Informação Gestual
- 18.45 Informação Religiosa
- 19.15 Bombordo
- 19.45 Shakespeare - Uma Análise Crítica
- 20.20 Casei com uma Feiticeira
- 20.30 3º Calhau a Contar do Sol
- 21.00 Yes, Dear
- 21.30 Coleccionadores Arte
- 22.00 Jornal 2
- 23.00 Conversas de Mário Soares
- 00.00 «Piratas nos Mares do Sul» (Filme)
- 01.45 Portugalmente

▼ SIC

- 07.00 Infantil/Juvenil
- 10.00 Uma Aventura...
- 11.00 SIC 10 Horas
- 13.00 Primeiro Jornal



Em repetição na RTP1, todos os dias, a série «Os Sopranos»

- 23.00 «Dom Quixote»
- 01.00 Sinais do Tempo
- 02.00 2010 (Rep.)

▼ SIC

- 07.00 SIC a Abrir
- 12.00 BBC - Vida Selvagem
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 «Uma Rapariga como as Outras» (Filme)
- 16.00 «Rocketman, o Astro Nabo» (Filme)
- 18.00 «Seis Dias, Sete Noites» (Filme)
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Malucos do Riso
- 22.15 Herman SIC
- 00.30 «Escape» (Filme)
- 02.30 A Rainha de Espadas

▼ TVI

- 09.00 «A Cidade Fortaleza» (Filme)
- 11.00 Cerimónias Religiosas
- 13.00 TVI Jornal
- 14.00 «A Lenda de Tarzan»
- 16.00 Domingo Fantástico
- 18.00 «Bons Vizinhos» (Filme)
- 20.00 Jornal Nacional
- 21.15 Apanhados da Bola
- 22.00 Super Pai
- 23.00 O Último Beijo
- 24.00 «Star Trek: O Primeiro Contacto» (Filme)
- 01.45 Academia de Estrelas
- 02.45 «Sem Medo» (Filme)

- 19.30 Veterinário de Emergência
- 20.00 Casei com uma Feiticeira
- 20.30 3º Calhau a Contar do Sol
- 21.00 Dharma e Greg
- 21.30 Objectos Estranhos
- 22.00 Jornal 2
- 23.00 Sete Palmos de Terra
- 00.00 «Aconteceu Uma Vez na China» (Filme)
- 02.15 Portugalmente

▼ SIC

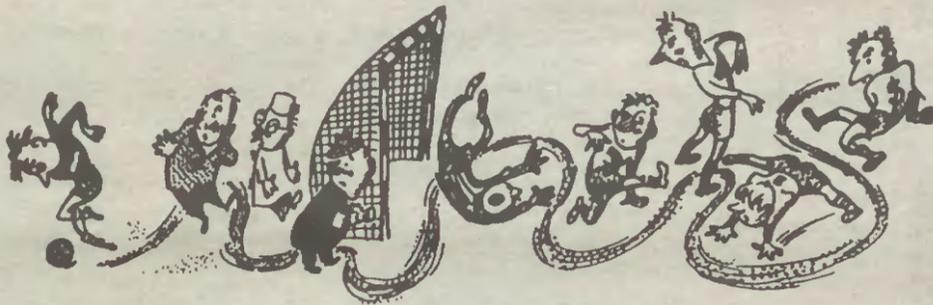
- 07.00 Infantil/Juvenil
- 10.00 Uma Aventura...
- 11.00 SIC 10 Horas
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 Buffy, Caçadora de Vampiros
- 15.00 As Duas por Três
- 16.00 Malhação
- 17.30 Desejos de Mulher
- 18.30 New Wave
- 19.00 Coração de Estudante
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Malucos do Riso
- 21.30 O Grande Mestre
- 22.00 Fúria de Viver
- 23.00 O Clone
- 24.00 Loucas Perseguições
- 01.30 «Escândalos do Candidato» (Filme)
- 03.00 Cielo Karajan - Beethoven - Nona Sinfonia

▼ TVI

- 08.15 Animação Infantil
- 09.45 As Manhãs da TVI
- 13.00 TVI Jornal
- 14.00 Jardins Proibidos
- 15.00 Bora Lá Marina
- 16.15 Sonhos Traídos
- 17.30 Academia das Estrelas
- 18.00 Marés Vivas
- 19.00 Tudo por Amor
- 19.00 Anjo Selvagem
- 20.00 Jornal Nacional
- 21.15 Anjo Selvagem
- 22.30 Sonhos Traídos
- 22.45 Gala das Estrelas
- 01.15 «O Detective da Morte» (Filme)
- 03.15 Os Homens do Presidente



«Um Eléctrico Chamado Desejo», a ópera de André Previn inspirada em Tennessee Williams, nas «Noites Longas» da SIC a partir de terça-feira



- 16.00 Malhação
- 17.30 Desejos de Mulher
- 18.30 New Wave
- 19.00 Coração de Estudante
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Malucos do Riso
- 21.30 O Grande Mestre
- 22.00 Fúria de Viver
- 23.00 O Clone
- 24.00 Loucas Perseguições
- 01.30 «O Regresso do Ninja Americano» (Filme)
- 03.00 Ópera Contemporânea - «A Streetcar Named Desire», Acto I

▼ TVI

- 08.15 Animação Infantil
- 09.45 As Manhãs da TVI
- 13.00 TVI Jornal
- 14.00 Jardins Proibidos
- 15.00 Bora Lá Marina
- 16.15 Sonhos Traídos
- 17.30 Academia das Estrelas
- 18.00 Marés Vivas
- 19.00 Tudo por Amor
- 19.00 Anjo Selvagem
- 20.00 Jornal Nacional
- 21.15 Anjo Selvagem
- 22.30 Sonhos Traídos
- 22.45 Gala das Estrelas
- 01.15 «O Detective da Morte» (Filme)
- 03.15 Os Homens do Presidente

- 14.00 Buffy, Caçadora de Vampiros
- 15.00 As Duas por Três
- 16.00 Malhação
- 17.30 Desejos de Mulher
- 18.30 New Wave
- 19.00 Coração de Estudante
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Malucos do Riso
- 21.30 O Grande Mestre
- 22.00 Fúria de Viver
- 23.00 O Clone
- 24.00 Loucas Perseguições
- 01.30 «O Regresso do Ninja Americano» (Filme)
- 03.00 Ópera Contemporânea - «A Streetcar Named Desire», Acto II

▼ TVI

- 08.15 Animação Infantil
- 09.45 As Manhãs da TVI
- 13.00 TVI Jornal
- 14.00 Jardins Proibidos
- 15.00 Bora Lá Marina
- 16.15 Sonhos Traídos
- 17.30 Academia das Estrelas
- 18.00 Marés Vivas
- 19.00 Tudo por Amor
- 19.00 Anjo Selvagem
- 20.00 Jornal Nacional
- 21.15 Anjo Selvagem
- 22.30 Sonhos Traídos
- 23.15 «Shattered Illusions» (Filme)
- 01.15 «O Comboio do Leste» (Filme)

Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

TVisto
• Correia da Fonseca

O Rei não morre

Já não é uma triste notícia porque, não sendo já novidade, não tem lugar no conceito rigoroso de notícia: aquilo que nesta coluna foi chamado de «A Expedição dos Tugas» não conseguiu ir tão longe quanto o País desejava e, o que é ainda pior, esperava. Aliás com algumas boas razões para esperar, pois não apenas a generalidade daquela voz indefinida mas convincente designada por Comunicação Social predizia para a embaixada portuguesa ao Oriente um futuro recheado de altos feitos mas também, e principalmente, o senhor Primeiro-Ministro recomendara (ou ordenara?) aos jovens expedicionários numa breve frase: «Tragam a taça!» Ora, é bem sabido que o senhor Primeiro-Ministro é homem de altos saberes, que não diz nada por dizer e, pelo contrário, age sempre com muita discrição e grande prudência. Veja-se, por exemplo, como estas duas virtudes o nortearam recentemente,

equipa-do-Oliveira, naturalmente). E foi um prejuízo para o perfil da informação dia a dia prestada aos portugueses pela televisão. É claríssimo que a campanha dos Tugas, com cobertura jornalística adequadamente intensa, havia de gerar no País euforias bastantes para que pouco ou nada se pensasse noutros aspectos da realidade, evidentemente menores: desemprego para uns milhares, trespasses para o sector privado do melhor naco da segurança social, privatização de unidades hospitalares na esteira do glorioso exemplo do Hospital Amadora-Sintra, generalizado aperto de cintos. Tudo isto é um bocado melindroso, sobretudo essa coisa dos cintos que são, para muitos portugueses, o órgão mais sensível do seu corpo. Ora, o regresso antecipado de «mister» Oliveira, dos seus pupilos e mais da meia centena de personalidades imprescindíveis que integraram a expedição, veio prejudicar enormemente o projecto informativo em curso. Valeu um pouco o Brasil, para cuja equipa transferimos muito justificadamente o nosso investimento sentimental, mas é claro que não foi a mesma coisa. E o caso é que logo começou a haver quem falasse de despedimentos, de cintos: até mesmo na TV cuja função é, como se sabe, distrair-nos, impedir que nos lembremos de coisas desagradáveis. Por isso, de resto, é que todos os dias um canal nos serve uma dose de anedotas por via *endovisual* e um outro, por acaso muito cultural, está recheadinho de séries de humor transmitidas em «prime time».

... e depois

O mais importante, porém, é que percebi hoje mesmo, segunda-feira, que não tenho de ficar preocupado quanto ao futebol: o Mundial acabou ontem mesmo, ainda não se extinguiram os clamores de júbilo pela vitória canarina nem sararam as mazelas causadas na Costa de Caparica pelos bastões da polícia, e já surgiram em vários canais notícias da nova época futebolística. Com o destaque adequado, soube-se que o Sporting já começou a treinar para a próxima época (ainda não com Jardel, mas o craque tem chegada prevista para terça-feira, tranquilizem-se os corações-de-leão) e que o mesmo terá ocorrido com o Varzim. Diz-se por vezes que «rei morto, rei posto», mas a TV dá-nos a boa notícia de que com o Rei Futebol nem sequer há caso de morte: por rude que seja algum embate sofrido, e foi o caso com o desaire dos Tugas, a vida segue-se ininterruptamente. Este rei não morre, tem muito mais de sete vidas e, para maior segurança, está sempre sob cuidados intensivos por parte do poder mediático. E agora, com o futebol regressado (ele, que nem por um dia se ausentara...) e com o Verão supostamente balnear aí, não será a altura de anunciar a compra de um submarino ou outro?

quando, estando ele em Espanha e com José Maria Aznar ali ao pé, se coibiu de protagonismos para protestar quando a Guardia Civil espanhola tratou com «safanões dados a tempo» uns portugueses que, tendo sido identificados como gente de *izquierda*, tinham o bastão ou trato similar como sendo o seu destino natural. Eu sei porque vi na televisão. Quanto ao eventual protesto do nosso Primeiro não vi nada, nem eu nem ninguém, e no mínimo pode ser caso para lembrar aquela espécie de aforismo que ensina que o que não passa na televisão não existe. Embora bem se saiba que se esse fosse o único índice da excelente capacidade de encaixe do nosso Primeiro-Ministro em relação a safanões aplicados em corpo alheio estaria salvo o pundonor português.

O revés...

Mas passemos: estávamos nós a falar dos Tugas, do Mundial de onde foram excluídos prematuramente e em circunstâncias pouco abonatórias do actual grau civilizacional de quem deu novos mundos ao mundo. Foi uma tristeza. E também um prejuízo. Segundo soube pela TV, com quem aliás aprendo praticamente tudo quanto vou sabendo da vida, foi um prejuízo e grande pela perda de publicidade já contratada que deveria ter acompanhado as esperadas fulgurâncias da equipa-de-todos-nós (que passou a ser apenas a

A talhe de foice

• Henrique Custódio

Impunes

Sem pompa e quase na clandestinidade, foi oficialmente constituído esta semana o Tribunal Penal Internacional – TPI, que passou discretamente a funcionar num edifício de 14 andares em Haia, onde já trabalham quatro diligentes pessoas (embora não se saiba muito bem o que estarão por lá a fazer, dada a presente e total inoperacionalidade do Tribunal). A razão desta bisonha estreia deve-se ao facto – nu e cru – de os EUA se oporem frontalmente ao TPI (e sem EUA não há festa, evidentemente) ou, no mínimo, que os seus cidadãos (civis ou militares norte-americanos) fiquem por ele abrangidos e a ele sujeitos. Dito de outra forma, os EUA exigem que todos os seus cidadãos fiquem acima deste Tribunal Penal Internacional, não podendo, assim, ser por ele acusados ou julgados.

Convém recordar que o Tribunal Penal Internacional foi criado com o objectivo de investigar, julgar e condenar indivíduos responsáveis por crimes internacionais graves, nomeadamente genocídio, crimes contra a Humanidade e crimes de guerra, sendo também um tribunal de última instância, que só intervirá caso as autoridades nacionais não possam ou não queiram iniciar determinados processos judiciais. Portanto, para o governo dos EUA, os cidadãos norte-americanos – leia-se militares norte-americanos – podem fazer o que muito bem entenderem em qualquer parte do mundo (incluindo genocídios, crimes de guerra e crimes contra a Humanidade), que nada nem ninguém os pode chamar à pedra – a começar pelo Tribunal Penal Internacional.

Para deixar isto bem claro, as autoridades norte-americanas já fizeram uma ameaça igualmente concreta, em pleno Conselho de Segurança das Nações Unidas: se os cidadãos norte-americanos – capacetes azuis ou outros – não forem excluídos previamente da jurisdição do TPI, os EUA não participarão em quaisquer operações de manutenção de paz.

E para que o mundo veja que os EUA não estão a brincar, a administração norte-americana já mandou retirar os seus três observadores que integravam a missão da ONU em Timor-Leste e ameaça fazer o mesmo com os elementos que mantém na missão de paz do Kosovo.

Acontece que a retirada dos EUA das diversas missões de paz da ONU no mundo não significa apenas a ausência física dos seus homens no terreno (que nem seria muito significativa, dado que, no momento, há poucos norte-americanos a integrar esse tipo de missões). Traduz-se, sobretudo, numa brutal quebra de financiamentos, pois a presença mais substantiva dos EUA nessas missões de paz é, precisamente, material, o que se compreende: muitas dessas missões ditas «de paz» são simplesmente determinadas pelos interesses económicos e estratégicos dos EUA que, por isso mesmo, suportam grande parte do financiamento dessas acções.

Recorde-se, igualmente, que a criação do Tribunal Penal Internacional teve o aval dos próprios EUA, através da assinatura do presidente Bill Clinton, em Dezembro de 2000, constituindo a materialização de uma nova ordem internacional liderada também pelos EUA e onde, pela primeira vez, se instituiu um tribunal internacional com juízes nomeados não se sabe por quem para aplicar a justiça ao gosto dos vencedores.

Mas agora, que a direita mais retrógrada e boçal está no poder nos EUA através de George W. Bush, nem esse simulacro de justiça dos vencedores serve e satisfaz.

Para os novos senhores da América, é preciso que fique bem claro quem domina o planeta: assim, o TPI pode aspirar à jurisdição sobre o mundo, desde que todos aceitem que quem manda impunemente no mundo são os EUA.



Em luta. Os trabalhadores das OGMA voltaram à rua para defender os seus postos de trabalho

Trabalhadores das OGMA manifestaram-se anteontem Estado tem que intervir

Os trabalhadores consideram que a empresa é viável e falam de «situações gravosas» que provocaram e agravaram as «condições bastante difíceis» em que se encontra.

Os trabalhadores das OGMA voltaram à rua anteontem, desta vez para se concentraram em frente à residência oficial do primeiro-ministro para exigir que o Governo tome atitudes no sentido da viabilização da empresa. Os sindicatos afirmam que já por diversas vezes alertaram os sucessivos governos para o que consideram ser «situações gravosas», em relação às quais não se tomaram quaisquer atitudes, o que provocou as condições bastante difíceis que a empresa actualmente vive. Os trabalhadores consideram que a empresa tem todas as condições para singrar nos mercados que compete, quer pelo seu prestígio internacional quer pelas capacidades humanas e infra-estruturas que possui.

Esta acção foi decidida na passada semana, num plená-

rio em que participaram mais de mil trabalhadores, a que se seguiu uma outra concentração, junto ao edifício da administração, em Alverca. Segundo os sindicalistas, a grande participação verificada no plenário deve-se à situação de incerteza que se vive na empresa.

O PCP já apresentou um requerimento sobre a situação das OGMA

Depois do protesto, os trabalhadores foram recebidos pelo Conselho de Administração que não adiantou qualquer data para o pagamento da dívida aos trabalhadores, pelo que avançou para a concentração da passada terça-feira.

Cumprir as obrigações

Para além de requererem a intervenção estatal para resolução do problema, os trabalhadores exigem o pagamento

imediato dos salários em atraso, o cumprimento da Lei de Contratação Colectiva, a aplicação integral do regulamento de carreiras e o termo imediato da entrega de trabalho à Litoral e a outras empresas de subcontratação.

Os sindicatos do sector – STEFFA's e SITAVA – estimam que cerca de 400 contratados que laboram na empresa saiam no momento em que os seus contratos expirem, como aliás já aconteceu com 50 trabalhadores nessas condições.

Na passada semana, uma delegação do grupo parlamentar do PCP visitou as instalações da empresa e manteve contactos com os representantes dos trabalhadores, bem como com a administração. Para além do requerimento do grupo comunista, apresentado no dia 28, o PCP tomou posição por intermédio da Comissão Concelhia de Vila Franca de Xira. Os comunistas exigem que o Governo assumas as suas responsabilidades na empresa, lembrando que não há desenvolvimento com fecho de empresas e redução de postos de trabalho.

Acção do PCP em defesa da Segurança Social Pública

Precedendo a discussão, na Assembleia da República, do pedido de autorização legislativa do Governo para alterar a Lei de Bases da Segurança Social, de Agosto de 2000, o PCP promove nos próximos dias 8 e 9 de Julho uma acção pública de esclarecimento, inserida na defesa do sistema público de segurança social, e que será designadamente apoiada com a distribuição de um folheto.

Não ao assalto à Segurança Social!

O Governo do PSD/CDS-PP lançou, em nome dos interesses dos grandes grupos financeiros, o assalto à segurança social.

Querem trocar as reformas certas do sistema público de segurança social, pela incerteza das pensões dependentes das oscilações das bolsas de valores, pondo igualmente em causa o futuro das prestações sociais.

Aproveitando o período de férias dos trabalhadores, o Governo do PSD/CDS-PP quer alterar - destruindo direitos fundamentais - a Lei de Bases da Solidariedade e Segurança Social. É uma lei com cerca de dois anos de existência e que, agora, o Governo PSD/CDS-PP quer mandar para o caixote do lixo.

O Governo quer entregar a gestão dos dinheiros da segurança social aos grandes grupos financeiros.

A actual Lei de Bases da Segurança Social consagra o sistema público como o núcleo central de protecção social dos portugueses, movimentando mais de 3.000 milhões de contos por ano, sem contar com os meios financeiros resultantes das economias acumuladas pela Segurança Social, que já ultrapassaram os 726 milhões de contos.

São todos estes recursos financeiros que estão na mira dos bancos e das seguradoras, sectores para quem trabalhava o Ministro Bógão Félix antes de entrar para o governo.



Eles querem sujeitar as reformas à lógica do jogo de casino. É vender "gato por lebre"! Não se deixe enganar!



Por onde pretendem começar?

1ª - a redução imediata das receitas para a segurança social pública;

2ª - a transferência de uma parcela dos recursos que os trabalhadores fazem para a segurança social para sociedades financeiras gestoras de fundos de pensões, que pertencem, na sua maioria, a seguradoras e a bancos, para acumular os seus lucros;

3ª - transferir os poderes acima do chamado tecto contributivo, de participar nos encargos das pensões dos trabalhadores reformados, como sempre aconteceu, subvertendo o que se encontra estabelecido na lei de segurança social em vigor.

Informação do Secretariado do Comité Central

O Secretariado do Comité Central divulgou, na segunda-feira, a seguinte nota:

1. Os organismos executivos do Comité Central têm vindo a acompanhar a evolução da situação interna do Partido e, em particular, os comportamentos de alguns dos seus membros que, em intervenções públicas sobre os problemas internos e na promoção de iniciativas à margem da estrutura orgânica do Partido, vêm afrontando os Estatutos, as orientações congressuais e os princípios de solidariedade e lealdade que devem marcar o relacionamento entre os membros do PCP.

Tais comportamentos têm sido inseridos numa persistente campanha contra o Partido, prejudicando gravemente a sua imagem, designadamente ao longo dos últimos seis meses.

2. Estas atitudes, por de mais evidentes, têm sido tomadas por camaradas que até há pouco tempo exerciam as mais altas responsabilidades na Direcção do Partido, inclusive participando na elaboração e aprovação das normas de funcionamento que todos os membros do Partido, podendo manter discordâncias, se comprometeram a respeitar.

3. Todos os apelos dos Organismos Executivos e do Comité Central para cessarem actividades consideradas prejudiciais à unidade e ao prestígio do Partido não só não foram escutados como se sucederam novos e graves passos, atitudes e iniciativas de confrontação pública.

De registar ainda que, já depois da realização da Conferência Nacional do PCP em 22 de Junho (que culminou um amplo debate democrático em todas as organizações do Partido), alguns membros do Partido reiteraram publicamente o seu propósito de continuar a desenvolver tais actividades.

4. Tendo em conta esta situação e estes factos, no passado dia 28 de Junho, o Secretariado do Comité Central, em colaboração com a Comissão Central de Quadros e em articulação com a Comissão Política e a Comissão Central de Controlo, decidiu, no âmbito das suas competências, convocar para audição ao abrigo do art.º 60.º dos Estatutos, com vista à eventual aplicação de sanções disciplinares por reiterada e frontal violação dos Estatutos, os membros, do Partido, Edgar Correia, Carlos Luís Figueira e Carlos Brito.

